

MERCADOS

Bolsa inicia semana em alta de 0,53%, aos 182,5 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Após duas sessões no negativo, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) iniciou a semana em alta moderada, de 0,53%, aos 182.514,20 pontos, chegando ao fim do mês em registro diferente do que prevaleceu em janeiro e fevereiro, quando a rotação global de ativos, em especial a partir dos Estados Unidos, favorecia emergentes como o Brasil. A guerra de EUA-Israel ao Irã, ainda sem desfecho claro, mudou o jogo. Mas a exposição da B3 ao setor de petróleo e gás, em particular com o carro-chefe Petrobras, amorteceu parte da aversão a risco - no ano, Petrobras ON +67,79% e PN +61,16%.

Ainda assim, o Ibovespa (Índice Bovespa) caminha para fechar março com o pior desempenho desde julho de 2025, quando havia cedido 4,17% - por enquanto, recua 3,32% no mês. Por sinal, julho passado foi o mais recente mês de perdas para o Ibovespa: de agosto até aqui, foram sete meses de avanços consecutivos.

O macro externo continuou a dar o tom aos negócios neste fechamento de primeiro trimestre, mas em sinal inverso ao observado nos dois primeiros meses do ano, ainda que o fluxo externo, não interrompido para Brasil, tenha contribuído para suavizar o choque do petróleo sobre o mercado de ações.

Embora mais fraco do que se observava mais cedo na sessão, o avanço das ações na B3 persistiu apesar da quebra de ritmo nos principais índices de Nova York, que encerraram de forma mista, com variações de +0,11% (Dow Jones), -0,39%

(S&P 500) e -0,73% (Nasdaq). Aqui, o Ibovespa, com giro a R\$ 25,5 bilhões, oscilou dos 181.559,49 até os 184.414,18 pontos, tendo saído de abertura aos 181.560,58.

A perda de ritmo observada à tarde se concentrou nas ações do setor financeiro, que encerraram o dia sem direção única, entre -1,15% (BB ON) e +0,72% (Santander Unit). Vale (ON +0,63%) e Petrobras (ON +0,64%, PN +0,53%), por sua vez, mostraram ganhos mais fracos no fechamento. Na ponta vencedora do Ibovespa, Yduqs (+3,76%), WEG (+3,46%) e Brava (+2,97%). No lado oposto, Lojas Renner (-4,7%), C&A (-4,33%) e Vamos (-3,71%).

DÓLAR

Após trocas de sinal pela manhã, o dólar se firmou em terreno positivo ao longo da tarde desta segunda-feira, em meio a uma piora da aversão ao risco, mas fechou em leve alta, abaixo de R\$ 5,25. A incerteza em torno do desenrolar da guerra no Oriente Médio mantém o petróleo acima de US\$ 100 o barril e aviva temores de estagnação global, levando investidores a buscar abrigo na moeda norte-americana.

Com mínima de R\$ 5,2246 e máxima de R\$ 5,2673, o dólar à vista encerrou a sessão desta segunda-feira, 30, cotado a R\$ 5,2478, avanço de 0,12%. A moeda norte-americana acumula valorização de 2,22% em março, após queda de 2,16% em fevereiro. No ano, as perdas, que chegaram a superar 6%, estão em 4,39%. O real apresenta no mês desempenho superior a de seus principais pares, à exceção do peso colombiano.

TESOURO

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Pressionado pelo Programa Pé-de-Meia e pelos reajustes ao funcionalismo público, o Governo Central - Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central - teve déficit primário de R\$ 30,046 bilhões em fevereiro. O resultado foi divulgado ontem pelo Tesouro.

O déficit primário ocorre quando as despesas superam as receitas, desconsiderando os juros da dívida pública. Apesar do saldo negativo, houve melhora em relação ao mesmo mês de 2025, quando o rombo foi maior: R\$ 31,598 bilhões.

O desempenho também veio melhor que o esperado pelo mercado, indicando algum alívio nas contas públicas no curto prazo. A pesquisa Prisma Fiscal, sondagem com instituições financeiras divulgada todos os meses pelo Ministério da Fazenda, estimava resultado negativo de R\$ 34,3 bilhões.

O resultado reflete aumento das receitas, impulsionado pela arrecadação de tributos, mas também crescimento das despesas, especialmente em áreas como Previdência, pessoal e

programas sociais.

No acumulado do ano, o governo ainda mantém superávit, graças ao resultado positivo de janeiro, o que ajuda a equilibrar parcialmente as contas.

FEVEREIRO

Em fevereiro, o resultado negativo foi influenciado por receitas menores do que os gastos totais do governo.

Principais números do mês:

- déficit primário: R\$ 30,046 bilhões;
- receita líquida: R\$ 157,8 bilhões (+5,6% acima da inflação);
- despesas totais: R\$ 187,7 bilhões (+3,1% acima da inflação);
- diferença em relação a 2025: melhora frente a déficit maior no ano anterior.

RECEITAS

A arrecadação cresceu em termos reais, ou seja, acima da inflação. Na prática, isso significa que o governo conseguiu arrecadar mais, mas ainda não o suficiente para cobrir todos os gastos.

Entre os destaques:

- alta na arrecadação de tributos como Imposto sobre Ope-

rações Financeiras (IOF) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins);

- crescimento das contribuições para a Previdência Social, refletindo o aumento do emprego formal.

Esses dois fatores ajudaram a compensar a queda em receitas não administradas, como dividendos de estatais.

DESPESAS

Os gastos também aumentaram, pressionando o resultado final. O avanço das despesas está ligado tanto a políticas públicas quanto ao aumento no número de beneficiários e reajustes salariais.

Principais altas:

- educação: R\$ 3,4 bilhões a mais (programa Pé-de-Meia);
- saúde: R\$ 1,4 bilhão a mais;
- pessoal: R\$ 2,2 bilhões a mais (reajustes a servidores);
- previdência: R\$ 1,7 bilhão a mais.

ACUMULADO DO ANO

No primeiro bimestre, o governo ainda registra resultado positivo por causa do superávit de R\$ 86,9 bilhões em janeiro.

Tradicionalmente, o primeiro mês do ano é caracterizado por resultados positivos.

Principais números do ano:

- superávit primário: R\$ 56,85 bilhões;
- receita líquida: R\$ 430,5 bilhões (+2,8% acima da inflação);
- despesas totais: R\$ 373,6 bilhões (+3% acima da inflação).

META FISCAL

A meta do governo para 2026 é encerrar o ano com superávit de 0,25% do PIB, cerca de R\$ 34,3 bilhões. O arcabouço fiscal permite uma margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB).

Na semana passada, os ministros da Fazenda e do Planejamento divulgaram que, ao considerar todos os gastos públicos, a previsão oficial de déficit está em R\$ 59,8 bilhões no ano.

INVESTIMENTOS

Em janeiro e fevereiro, os investimentos - obras públicas e compra de equipamentos - somaram R\$ 9,527 bilhões. Isso representa alta de 49,7% em relação ao mesmo período do ano passado, descontada a inflação.

FGV

Petróleo pressiona e 'inflação do aluguel' fecha março em 0,52%

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), também conhecido como "inflação do aluguel", sentiu a pressão de produtos agropecuários e derivados do petróleo e fechou o mês de março em 0,52%, o que representa uma reversão em relação ao 0,73% de fevereiro.

Com o resultado conhecido ontem, o IGP-M acumula deflação de 1,83% em 12 meses, ou seja, na média, os preços recuaram. Os dados são do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Nos últimos 12 meses, metade dos resultados foram positivos e metade negativos. Em março de 2025, havia ficado em -0,34%.

ATACADO

A FGV leva em conta três componentes para apurar o IGP-M. O de maior peso é o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que

mede a inflação sentida pelos produtores e responde por 60% do IGP-M cheio.

Em março, o IPA apresentou alta de 0,61%. O economista do Ibre Matheus Dias explica que a pressão de alta de preços no IPA veio da agropecuária, com destaque para as contribuições de bovinos, ovos, leite, feijão e milho.

No caso dos ovos, o aumento no mês foi 16,95%, depois de já ter subido 14,16% em fevereiro. O feijão encareceu 20,91% em março, seguindo a alta de 13,77% em fevereiro.

O economista acrescenta que o cenário externo levou reflexos para o IGP-M.

"O agravamento do cenário geopolítico no Oriente Médio já se reflete nos preços de derivados de petróleo, indicando a disseminação dessas pressões para outros segmentos", aponta.

Ele detalha que o subgrupo produtos derivados do petróleo subiu 1,16% em março, contra deflação de 4,63% em fevereiro, "si-

nalizando mudança no sinal da variação e possível reversão da trajetória recente". Dias pondera que, em 12 meses, esse subgrupo apresenta patamar "bastante baixo", de -14,13%.

A guerra no Oriente Médio foi desencadeada em 28 de fevereiro, com ataques dos Estados Unidos e de Israel ao Irã.

A região concentra países produtores de petróleo e rotas estratégicas, como o Estreito de Ormuz — por onde passam 20% da produção mundial —, o que levou distorções à cadeia de petróleo e escalada de preços no mercado global.

MAIS COMPONENTES

Outro componente do IGP-M é o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que responde por 30% do indicador. Em março, o IPC subiu 0,30%.

Na cesta de consumo das famílias, o preço que mais pressionou os custos em março foi o da gasolina, com expansão de 1,12%.

O terceiro componente mediado pela FGV é o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), que subiu 0,36% no mês.

INFLAÇÃO DO ALUGUEL

O IGP-M é conhecido como inflação do aluguel porque o acumulado de 12 meses costuma ser base para cálculo de reajuste anual de contratos imobiliários. Além disso, o indexador é utilizado para reajustar algumas tarifas públicas e serviços essenciais.

No entanto, o IGP-M acumulado negativo não é certeza de que os aluguéis serão reajustados para baixo. Isso acontece porque alguns contratos incluem a expressão "reajuste conforme variação positiva do IGP-M", o que faz, na prática, que só haja reajuste se o índice for positivo.

A FGV faz a coleta de preços em Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. O período de levantamento do IGP-M foi 21 de fevereiro a 20 de março.

BANCO CENTRAL

Galípolo: Brasil está mais preparado para volatilidade do petróleo

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo (foto), avaliou ontem que o Brasil está em uma posição mais favorável que outros países para encarar a volatilidade do preço do petróleo causada pela guerra no Oriente Médio. O executivo participou do J. Safra Macro Day, realizado nesta manhã na capital paulista.

"É lógico que todo mundo preferia estar em uma situação sem todos esses potenciais riscos e choques que o mundo vem sofrendo nos últimos anos. Mas, quando eu comparo relativamente aos seus pares, o Brasil parece estar numa posição relativamente mais favorável", disse.

Galípolo afirmou que essa vantagem se deve ao fato de o Brasil exportar mais petróleo do que importar e à política monetária contracionista adotada pelo Banco Central, que mantém a taxa Selic em 14,75% ao ano.

"Comparativamente a outros bancos centrais, que estão mais próximos de uma taxa de juros neutra, acho que isso

ROQUE SÁ/AGENCIA SENADO



também nos coloca em uma posição mais favorável quando comparado com seus pares", destacou Galípolo.

Para ele, o atual nível de juros elevados no Brasil criou "uma gordura" que vai possibilitar cortar a taxa básica mesmo durante a pressão da guerra no Oriente Médio.

"Essa gordura que foi acumulada com uma posição mais conservadora ao longo das últimas reuniões do Copom nos permitiu, mesmo diante de novos fatos, não alterar a conjuntura como um todo", disse. "Então, a gente decidiu seguir com a nossa trajetória e iniciar o ciclo de calibragem da política monetária".

PROJETOS

Petrobras investirá R\$ 2,8 bilhões na Bacia do Marajó

GABRIELA DA CUNHA/AE

A Petrobras vai investir R\$ 2,8 bilhões em um projeto para ampliar o conhecimento sobre a Bacia do Marajó, no Pará. A pesquisa busca compreender os sistemas petrolíferos e áreas potenciais na bacia sedimentar, na confluência dos rios Amazonas

e Tocantins, além dos recursos minerais e hídricos. O projeto será executado ao longo de 18 meses pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB).

O Acordo de Cooperação Técnica (ACT) foca na revisão da carta estratigráfica da bacia, que se estende por uma área de 53 mil km². Além de atualizar

dados da área, situada entre as bacias do Amazonas e Parnaíba, o levantamento vai buscar preencher lacunas de informações, principalmente sobre a região de planície que se forma onde as placas tectônicas se separam (rift, ou seja, fenda ou falha).

Além dos pesquisadores do

SGB, a execução do projeto contará com a participação de pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Em nota, o diretor-presidente do SGB, Vilmar Medeiros Simões, enfatiza que a cooperação técnica com a Petrobras contribuirá para ampliar o conhecimento sobre o potencial do país, em uma área estratégica em relação aos recursos energéticos.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

AEROPORTO

Galeão é arrematado por R\$ 2,9 bi pela espanhola Aena

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

O Aeroporto Internacional do Galeão – Antônio Carlos Jobim, no Rio de Janeiro, foi leiloado ontem por R\$ 2,9 bilhões. O valor representa um ágio de 210,88% sobre o mínimo estabelecido em edital, de R\$ 932 milhões. A empresa vencedora foi a espanhola Aena, que fez a melhor proposta sobre a oferta de contribuição inicial.

No Brasil, a Aena já controla aeroportos como o de Congonhas (em São Paulo), Recife, Macaé, João Pessoa e Aracaju. A vencedora concorreu com ou-

tras duas empresas: a Zurich Airport – que opera os aeroportos de Florianópolis, Macaé, Natal e Vitória – e a RIOgaleão, atual controladora do aeroporto.

O leilão foi vencido após 26 lances em uma etapa em viva-voz, já que, na primeira etapa, a de apresentação de envelopes, a Zurich Airport e a Aena fizeram exatamente a mesma proposta, de R\$ 1,5 bilhão. Já a atual controladora do aeroporto, a RIOgaleão, ofertou R\$ 934.045.874,00 durante a abertura de envelopes 9na primeira etapa).

O certame de venda assistida foi realizado pelo Ministério de Portos e Aeroportos e pela

Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) na sede da B3, no centro da capital paulista. O evento contou com a participação do ministro Silvio Costa Filho.

Atualmente, a gestão do aeroporto é da RIOgaleão (Rio de Janeiro Airport), controlada pela Vinci Airports (70%) e Changi Airports (30%).

O terminal foi concedido em um modelo de venda assistida, uma solução desenhada junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) para modernização regulatória e reequilíbrio econômico-financeiro. A concessionária vencedora vai assumir o controle total do aeroporto, já que a In-

fraero, que hoje detém 49% da operação, deixará o negócio.

No leilão, a empresa vencedora também assumiu o compromisso de pagar à União uma contribuição variável anual correspondente a 20% do faturamento bruto da concessão até o ano de 2039.

O aeroporto do Galeão é uma das principais portas de entrada de turistas estrangeiros no país e também desempenha papel relevante na malha doméstica. Em 2025, o terminal registrou a movimentação de cerca de 18 milhões de passageiros, o equivalente a 13% do tráfego aéreo nacional.

ABIMAQ

Investimentos em máquinas recuam 14,2% em fevereiro

EDUARDO LAGUNA/AE

Os investimentos em máquinas e equipamentos no Brasil caíram 14,2% em fevereiro, ante o mesmo mês do ano passado, somando R\$ 29 bilhões entre bens de capital nacionais e importados. Na comparação com janeiro, as compras de máquinas subiram 8,5%. O balanço foi divulgado nesta segunda-feira, 30, pela Abimaq, a associação que representa os fabricantes de máquinas e equipamentos.

Segundo a entidade, os números de fevereiro revelam uma inflexão mais clara do ciclo de investimentos no País. No acumulado do primeiro bimestre, as compras de máquinas recuaram 17,9%, para R\$ 55,6 bilhões.

A queda dos investimentos foi quase generalizada entre as atividades econômicas, em especial na agricultura e na indústria de bens de consumo duráveis, onde foram registradas as maiores retrações. Infraestrutura e indústria de base, que ampliaram em 3,9% as aquisições de bens de capital produtivo nos dois primeiros meses do ano, são as exceções.

No mês passado, as compras de máquinas nacionais – um total de R\$ 15,1 bilhões – recuaram 18,8% no comparativo interanual. Colocando na conta as exportações, que subiram 5,2% quando convertidas para reais, as vendas totais da indústria de máquinas (R\$ 20,6 bilhões) encolheram 13,6% em fevereiro, na comparação com o mesmo mês de 2025.

A Abimaq observa que o apoio do mercado externo não foi suficiente para neutralizar a retração nas vendas domésticas. Em paralelo, as importações seguem ganhando espaço, com alta de 5,9% ante fevereiro do ano passado, chegando a US\$ 2,6 bilhões, sendo que 36% do total (US\$ 919 milhões) veio da China. Apesar da queda de 2,7% no primeiro bimestre, as importações de máquinas e equipamentos já representam praticamente metade (49,7%)

das máquinas adquiridas no Brasil.

Conforme a Abimaq, a menor participação dos produtos nacionais sugere um problema de competitividade relacionado a fatores estruturais, como custo de produção, escala e financiamento.

O balanço da entidade mostra ainda que cerca de 3 mil postos de trabalho foram fechados nas fábricas de máquinas e equipamentos na passagem de janeiro para fevereiro. O setor agora emprega 414,8 mil pessoas.

O nível de utilização da capacidade instalada no setor registrou leve melhora em relação a janeiro: alta de 0,4 ponto porcentual, para 78,5%. O indicador, explica a Abimaq, ainda não reflete plenamente a desaceleração em curso porque o ajuste na estrutura de produção tende a ocorrer com defasagem.

PROJEÇÕES

A Abimaq revisou de 3,5% para 0,5% a expectativa de crescimento da produção do setor neste ano, após os primeiros números de 2026 mostrarem uma inflexão mais clara do ciclo de investimentos produtivos no País.

Em relação às vendas da indústria, na soma de mercado doméstico e exportações, a previsão de crescimento caiu de 4% para 0,3%. No primeiro bimestre, a receita dessa indústria encolheu 15,2%, refletindo a queda dos investimentos em máquinas em meio aos juros altos, endividamento elevado, menor dinamismo da atividade econômica e avanço dos importados, que já são metade do consumo nacional de bens de capital.

Parte da demanda por máquinas e equipamentos deve continuar sendo sustentada por pedidos da indústria extrativa e de infraestrutura. Porém, os resultados mais fracos no início de ano, especialmente em máquinas agrícolas e equipamentos da indústria de transformação, levaram a Abimaq a rever para baixo suas projeções.

Expectativa é leiloar Aeroporto de Brasília em novembro, diz ministro

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

Depois do leilão do Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro, para a espanhola Aena, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou que a prioridade do ministério para 2026 é fazer o leilão do Aeroporto de Brasília.

Segundo o ministro, a expectativa do governo é de que este leilão ocorra em novembro. Silvio Costa Filho falou à imprensa, após a concessão do terminal fluminense por R\$ 2,9 bilhões, na B3, a bolsa de valores brasileira.

"A nossa prioridade esse ano é fazer esse grande leilão do Aeroporto de Brasília, que nós esperamos também que seja um sucesso."

Além disso, o governo espera também discutir a concessão do Aeroporto Santos Dumont, também no Rio de Janeiro, atualmente administrado pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, a Infraero.

Para o ministro, o leilão do Santos Dumont requer uma discussão prévia sobre o papel da Infraero:

"Nós precisamos discutir o

papel institucional da Infraero. Eu acho que a Infraero precisa passar por um processo de discussão com a sociedade, com os servidores. A gente precisa discutir o papel institucional da Infraero pensando no futuro próximo,"

Na opinião de Silvio Costa Filho, a Infraero deveria se dedicar mais à aviação regional: "Ela tem um papel importante para o Brasil, mas a gente pensa que pode ter um papel ainda mais importante se a Infraero puder se dedicar nestes próximos anos à aviação regional."

TECON 10

Após o leilão do Galeão, o ministro disse a jornalistas que espera que o leilão do terminal de contêineres do Porto de Santos (Tecon 10), no litoral paulista, ocorra ainda neste ano.

"Esse é um leilão que demorou mais de 12 anos. Passou por outros governos, mas a gente espera conseguir viabilizá-lo neste ano. Este será o maior leilão da história do setor portuário brasileiro."

Segundo ele, a expectativa do governo é de que este certame ocorra entre outubro ou dezembro.

BC/Focus

Mercado financeiro eleva previsão da inflação oficial para 4,31% este ano

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referência oficial da inflação no país, passou de 4,17% para 4,31% este ano.

A estimativa está no Boletim Focus desta segunda-feira, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Em meio às tensões em torno da guerra no Oriente Médio, pela terceira semana seguida a previsão para a inflação deste ano foi elevada, mas ainda se mantém dentro do intervalo da meta que deve ser perseguida pelo BC.

Estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%.

Em fevereiro, a alta dos preços em transportes e educação fez a inflação oficial do mês fechar em 0,7%, uma aceleração diante do registrado em janeiro, 0,33%.

No entanto, o acumulado em 12 meses recuou para 3,81%, abaixo dos 4% pela primeira vez desde maio de 2024.

Para 2027, a projeção da inflação subiu de 3,8% para 3,84%. Para 2028 e 2029, as estimativas são de 3,57% e 3,5%, respectivamente.

TAXA SELIC

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 14,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC.

Na reunião da semana passada, por unanimidade, o colegiado reduziu a Selic em 0,25 ponto percentual.

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio

("Companhia") - CNPJ/MF nº 00.880.446/0001-58 - NIRE 33.300.162.178

Aviso Aos Acionistas

Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio informa aos seus acionistas que se encontram à disposição na sede social da Companhia, com sede à Rua Almirante Grenfall, nº 405, Bloco II, 2º andar Sala 201 a 207, Andar 3 Sala 301 a 307, Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, CEP 25.085-135, os documentos a que se trata o Artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e suas alterações, relativo ao exercício social encerrado em 31.12.2025. Duque de Caxias, 26 de março de 2026. **Carlo Alberto Bottarelli** - Presidente do Conselho de Administração. (27, 28 e 31.03.2026)

FAMI PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 42.152.763/0001-06 - NIRE 33.3.0034236-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da FAMI PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), no dia 07 de abril de 2026, às 11h, a ser realizada de forma presencial, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Atlântica, nº 1.130, ENT N. 1, 16º andar, SUP. CL. 80.648, Copacabana, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.021-000, para deliberarem sobre (i) a conversão de parte ações ordinárias em ações preferenciais, (ii) a alteração do *caput* do Artigo Quinto do Estatuto Social da Companhia; e (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Rio de Janeiro/RJ, 28 de março de 2026.

Samy Botsman

Presidente do Conselho de Administração.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.023/2026

A Pregoeira Debora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.023/2026 no dia 13/04/2026 às 11h00min. - Objeto: TIAMINA 100 MG/ML INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML; TRIMETAZIDINA 35 MG COMPRIMIDO LIBERAÇÃO PROLONGADA; VÁRFARINA SÓDICA 2,5 MG COMPRIMIDO; VITAMINA C (ÁCIDO ASCÓRBICO) 200 MG/ML SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 20 ML. Processo nº. 33409.000789/2026-79. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO

SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÃO

AVISO DE SUSPENSÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 003/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO, considerando as razões de interesse público e por intermédio do Pregoeiro que este subscreve, torna público aos interessados que na Concorrência Pública Eletrônica nº 003/2026, marcado para o dia 31 de março de 2026, às 10:00 horas, na plataforma eletrônica <https://www.licitanet.com.br>, fica SUSPENSO para adequações nas peças técnicas e no Edital. Todas as informações referentes ao presente certame serão disponibilizadas na plataforma eletrônica acima referida, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal da Transparência desta municipalidade.

Araraial do Cabo, 30 de março de 2026.

Hélio Fernando Mozart Gimenez - Pregoeiro

Portaria nº 369/2024.

MRS LOGÍSTICA S.A.

CNPJ nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565

Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Edital de Convocação e Aviso aos Acionistas: Ficam convocados os Senhores acionistas da MRS LOGÍSTICA S.A. ("Companhia"), na forma do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 11 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma "Microsoft Teams", nos termos do artigo 28 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM nº 81/2022"), a fim de deliberar acerca das seguintes matérias: **Em Primeira Convocação: Em Assembleia Geral Ordinária:** (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (2) Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do parecer dos auditores independentes; (3) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como sobre a distribuição de dividendos, a aprovação de orçamento de capital para o exercício social de 2026 e sobre a retenção de parcela de lucros, conforme proposta dos órgãos da administração, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/76; (4) Fixar a remuneração global dos administradores para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2026 e 31 de dezembro de 2026; **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (5) Eleição de 2 (dois) membros para o Conselho de Administração da Companhia, em substituição aos ex-Conselheiros que renunciaram aos seus cargos, para exercerem o cargo até o término do mandato dos membros substituídos; (6) Deliberar sobre a celebração de contrato com parte relacionada, nos termos do artigo 122, x, da Lei 6.404/76, para Prestação de Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas e Eventuais Operações Acessórias a ser celebrado com Vale S.A.; (7) Deliberar sobre a celebração do 8º Termo Aditivo de contrato com parte relacionada, nos termos do artigo 122, x, da Lei 6.404/76 para Prestação de Serviços de Transporte Ferroviário de Carga e Serviços Acessórios a ser celebrado com a CSN Mineração S.A.; (8) Autorizar que os Administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à efetivação da celebração dos contratos listados nos itens (6) e (7) acima, bem como autorizar o Conselho de Administração a celebrar exclusivamente eventuais aditivos que não alterem substancialmente o objeto, as condições econômicas ou os demais elementos essenciais dos referidos contratos, nos termos dos critérios previamente estabelecidos; **Em Segunda Convocação: Em Assembleia Geral Extraordinária:** (9) Deliberar sobre a Proposta de alteração do objeto social da Companhia para melhor adequação das atividades existentes e inclusão de novas atividades, com a consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social; e (10) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, caso aprovada a proposta do item (9) acima. **Instruções Gerais:** A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sua sede à Praia de Botafogo, nº 228 - sala 707 - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ, no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.mrs.com.br>), bem como nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), o presente Edital de Convocação e a Proposta da Administração, que contém as informações requeridas pela Resolução CVM nº 80/2022 e pela Resolução CVM nº 81/2022 sobre as matérias a serem examinadas e discutidas na Assembleia Geral. Para participarem da Assembleia Geral, os acionistas deverão apresentar os seguintes documentos: a) Pessoas Físicas: Documento de identidade. b) Pessoa Jurídica: Estatuto social ou contrato social em vigor e documentação societária comprobatória de poderes de representação (eleição de administradores ou procuração, neste caso, observado o disposto no item "c" abaixo); documento de identidade do(s) representante(s) legal(is). c) Procuradores: O acionista pessoa física pode ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, nos termos do parágrafo 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76. O acionista pessoa jurídica pode ser representado na Assembleia por seus representantes legais ou mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil. Caso o acionista seja representado por procurador, além dos documentos mencionados nos itens "a" ou "b" acima, conforme aplicável, deverá apresentar instrumento de mandato com poderes especiais e firma reconhecida e documento de identidade do procurador. d) Acionistas estrangeiros: os acionistas estrangeiros deverão apresentar os documentos constantes dos itens "a" ou "b" acima, conforme aplicável, sendo que estes devem ser notariados, consularizados no Consulado brasileiro do país de origem, ou apostilados, conforme aplicável, e traduzidos por tradutor juramentado. Os acionistas poderão exercer o voto à distância nesta Assembleia Geral, por meio do preenchimento e entrega, até o dia 26 de abril de 2026 (inclusive), do boletim de voto à distância ("Boletim"), disponibilizado nesta data, 31 de março de 2026. O acionista poderá enviar o Boletim, dentro do prazo informado, para: 1) a Companhia; 2) o escriturador das ações de emissão da Companhia, qual seja, o Banco Bradesco S.A.; 3) seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou 4) o depositário central no qual as ações estão depositadas. As orientações e procedimentos para o preenchimento e entrega do Boletim podem ser verificados no próprio Boletim, disponibilizado pela Companhia, nesta data. Os acionistas que tiverem interesse em participar da Assembleia Geral exclusivamente digital deverão manifestar tal interesse e enviar os documentos e comprovantes de que trata o art. 126 da Lei nº 6.404/76, até o dia 28 de abril de 2026, isto é - 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM nº 81/2022, por meio do endereço eletrônico ago@mrs.com.br, devendo indicar o endereço eletrônico (e-mail) para o qual deve ser enviado o link que permitirá o acesso ao sistema para participação na Assembleia. Os acionistas que não manifestarem o interesse na participação na assembleia digital ou não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui exigido não estarão aptos à participação na Assembleia. Tendo em vista a Resolução CVM nº 81/2022 e a Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, o percentual mínimo necessário para que seja adotado o processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração na Assembleia é de 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto. A faculdade deve ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia, ou seja, até às 11:00 horas do dia 28 de abril de 2026, horário de Brasília, conforme o §1º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76. Em cumprimento ao disposto no artigo 5º, §4º, da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia esclarece que a escolha do formato para a realização da Assembleia Geral considerou diversos fatores relevantes, incluindo os níveis históricos de presença e engajamento dos acionistas, que têm se mostrado satisfatórios e compatíveis com a dinâmica da Companhia. Além disso, buscou-se um equilíbrio entre os custos de realização da Assembleia e os custos que os acionistas eventualmente teriam para participar, garantindo a viabilidade econômica do evento sem comprometer a acessibilidade e a efetiva participação dos interessados. Por fim, a decisão está alinhada com as práticas predominantes no mercado, reforçando o compromisso da Companhia com a adoção de modelos eficientes e aderentes às expectativas dos seus acionistas. As informações detalhadas sobre as regras e os procedimentos a serem seguidos para que os acionistas possam participar e votar à distância na Assembleia, incluindo informações para acesso e utilização do sistema por meio do qual será realizada a Assembleia estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://ri.mrs.com.br> Rio de Janeiro, 31 de março de 2026. Luis Fernando Barbosa Martinez - Presidente do Conselho de Administração



Quality Software S.A.

CNPJ: 35.791.391/0001-94

QUALITYDIGITAL.GLOBAL

Qualidade Digital

Receita Líquida 2025: **R\$ 273,3 milhões** (+6,9% vs. 2024)

EBITDA Aj. 2025: **R\$ 45 milhões** (+16,0% vs. 2024)

Lucro Líquido 2025: **R\$ 25,8 milhões** (+0,09% vs. 2024)

RELEASE DE RESULTADOS

4º TRIMESTRE | EXERCÍCIO DE 2025

Rio de Janeiro, 16 de março de 2025: A Quality Software S.A. (B3: Bovespa mais-QUSW3) ("Companhia"), Digital Business Acceleration, anuncia hoje os resultados consolidados do exercício de 2025 e do 4º trimestre de 2025 (4T2025).

QUALITY SOFTWARE
Fundada em 1989, a Quality Software S.A. ("Companhia", "Quality" ou "Quality Digital") tem como propósito ser o parceiro estratégico de seus clientes com autoridade em aceleração digital. A Companhia tem como objetivo apoiar os negócios de seus clientes com soluções criativas, inovadoras e de alto valor. Possui foco em desenvolvimento de Soluções Digitais de Negócios, e-commerce, estratégias de negócio e Growth, Plataformas de Automação e ESGRC (Auditoria, Governança, Risco e Compliance) e Otimização de TI.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas, colaboradores, clientes e parceiros, O ano de 2025 foi um marco de consolidação estratégica e transformação para a Quality Digital, com resultados que reforçam nossa posição no mercado. Em um cenário de constantes desafios e oportunidades no mercado de tecnologia, a Companhia demonstrou resiliência e capacidade de adaptação, alcançando uma Receita Líquida recorde de R\$ 273,3 milhões, o que representa um crescimento de 6,9% em comparação com o ano anterior. Este resultado reforça nosso posicionamento como um parceiro estratégico indispensável na jornada de aceleração digital de nossos clientes, impulsionando a inovação e a eficiência em seus negócios. A transformação do portfólio de serviços foi um dos pilares do sucesso em 2025, impulsionando nossa receita digital. A Companhia entregou mais 4 novas soluções de serviços e produtos na unidade de negócio Digital: AI Commerce Performance, Strategy, Growth (vindas da adquirida Driven Tecnologia) e a linha de AI-focada em soluções com múltiplos agentes de IA, batizados de Decipher e o StockPile. Ambos os projetos são incentivados pela linha de financiamento BNDES Mais Inovação. Além das novas soluções, a companhia ampliou as parcerias locais e globais, abrindo oportunidades para crescimento no Brasil e exterior. O resultado das novas soluções consolidou a unidade Digital como o motor de crescimento da Companhia, respondendo por 53,5% da receita total e registrando um crescimento de 13,3%. O lucro bruto da unidade Digital alcançou R\$ 45,7 milhões, um aumento de +17,5%, e representou 69,5% do lucro bruto total da Quality Digital. Essa mudança estratégica reflete nosso compromisso em oferecer soluções de maior valor agregado, com foco em linhas de negócio como Commerce, Business e Platforms, que destravaram a performance operacional, evolução e expansão em vendas e melhor e experiência para os nossos clientes. Embora a unidade de ITO tenha enfrentado desafios, como a reatuação da folha de pagamento e a redução de alguns contratos, realizamos um ajuste no portfólio no último trimestre de 2025, priorizando contratos com maior potencial de cross sell, e rentabilidade. Nosso desempenho financeiro reflete a eficácia das iniciativas implementadas ao longo do ano. Concluímos 2025 com um EBITDA ajustado de R\$ 45,1 milhões, com margem de 16,5%, incremento de 8,8% sobre o resultado apresentado em 2024. O lucro líquido atingiu R\$ 25,8 milhões, com uma margem de 9,4%. Esses resultados foram impulsionados por uma série de fatores, incluindo a contínua busca por eficiência operacional, aprimorada pela adoção de Inteligência Artificial em nossos processos internos e na entrega para os nossos clientes, a bem-sucedida integração da Driven Tecnologia e a estratégia bem executada para redução significativa da dívida da aquisição da empresa ACCT Consultoria, contribuindo significativamente para a nossa performance. Diversos eventos estratégicos marcaram o ano, fortalecendo nossa estrutura e capacidade de inovação. A aquisição da Driven Tecnologia, concluída em outubro de 2024, foi plenamente integrada, ampliando nossa expertise e alcance de mercado. A utilização de Inteligência Artificial não se limitou à eficiência operacional, mas também foi fundamental para a modernização de nossas ofertas, garantindo que nossos clientes tenham acesso às soluções mais avançadas. Em relação à gestão de dívida, mantivemos uma disciplina rigorosa, com uma baixa alavancagem, 1,54x EBITDA, e um custo da dívida médio ponderado de 101% do CDI (certificado de depósitos interbancários), demonstrando nossa solidez financeira e adequada estrutura de capital. O ano de 2025 foi marcado também pelo reconhecimento da Quality Digital como empresa que atrai e forma talentos, e como a 26ª melhor empresa para trabalhar no Brasil. Para 2026, nossas perspectivas são de continuidade e aprimoramento. Manteremos o foco no crescimento das linhas Digitais, na recuperação das margens da unidade de ITO, no aprimoramento das linhas Digitais, no incremento de novas soluções e parcerias. A estratégia de aceleração digital será intensificada, explorando novas oportunidades e consolidando nossa liderança no setor. A disciplina financeira, nosso time de experts e a inovação seguirão sendo os pilares que guiarão nossas decisões e investimentos, assegurando um crescimento sustentável e rentável. Agradecemos a confiança dos nossos clientes, aos parceiros pela colaboração, aos colaboradores pela dedicação e talento, e aos acionistas pelo apoio contínuo, cujo apoio foi essencial para superar os desafios de 2025. Temos plena confiança no futuro da Quality Digital e na nossa capacidade de gerar valor para todos os nossos stakeholders.

DESTAQUES FINANCEIROS

R\$ mil	2025	2024	Var.	4T2025	4T2024	Var.
Receita Líquida	273.257	255.611	6,90%	66.583	62.081	7,25%
EBITDA ajustado	45.067	41.415	8,82%	18.656	13.726	35,92%
Margem EBITDA ajustado	16,49%	16,20%	0,3 p.p	28,02%	22,11%	5,9 p.p
Lucro Líquido	25.768	25.746	0,09%	9.564	11.622	-17,70%
Margem Lucro	9,43%	10,07%	-0,6 p.p	14,36%	18,72%	-4,4 p.p

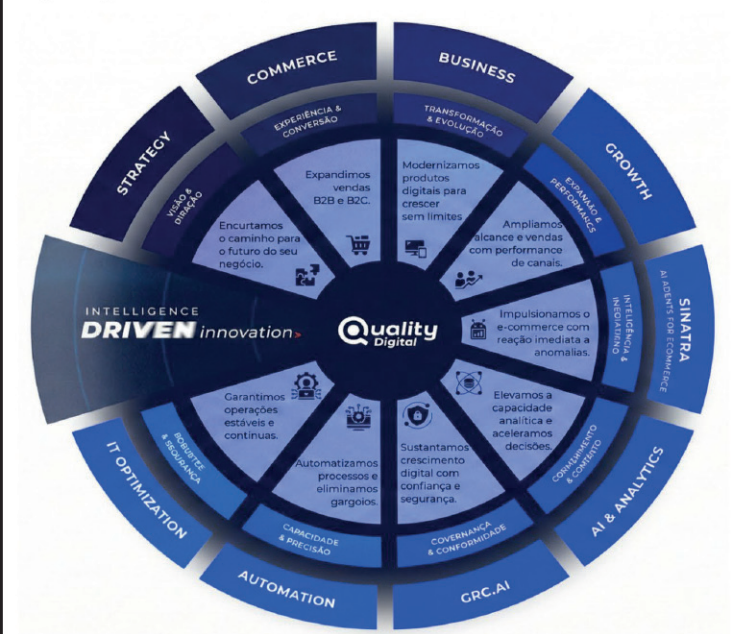
• **Receita Líquida: R\$ 273,3 milhões (+6,9% vs. 2024).** Em 2025, a Companhia alcançou R\$ 17,6 milhões de crescimento em relação ao anterior. Impulsionado pelas linhas Digitais, crescimento de 13,3% ou R\$ 17,2 milhões. A linha IT Optimization, se manteve estável, com leve crescimento de 0,3%.

• **EBITDA ajustado: Atingiu R\$ 45,1 milhões (8,9% vs. 2024),** com margem EBITDA ajustado de 16,5%, um ganho de 0,3 pontos percentuais em relação a 2024, demonstrando uma manutenção da margem EBITDA ajustado em relação a 2024. A melhoria do EBITDA ajustado no último trimestre está atrelada, principalmente, a redução de dívida de aquisição realizada pela companhia.

• **Lucro Líquido:** O lucro líquido atingiu, em 2025, o montante de **R\$ 25,8 milhões (+0,09% vs. 2024)** com margem de 9,4%. O crescimento do Lucro Líquido é atribuído ao melhor aproveitamento dos ágios de aquisição e ao aumento dos diferimentos das provisões de custos e despesas, resultantes da incorporação da empresa Driven Tecnologia, adquirida em outubro de 2024.

NOSSAS SOLUÇÕES

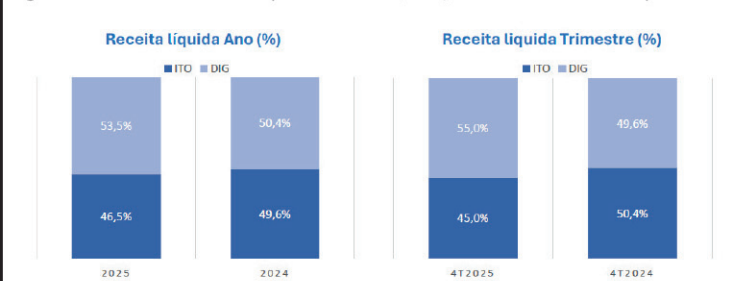
Somos especialistas em acelerar os negócios dos nossos clientes com estratégia e soluções digitais de alto valor, criativas e inovadoras.



DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

	2025	2024	Var %	4T2025	4T2024	Var %
Receita Líquida	273.257	255.611	6,90%	66.583	62.081	7,25%
ITO	127.154	126.711	0,35%	29.984	31.295	-4,19%
DIG	146.103	128.900	13,35%	36.599	30.786	18,88%

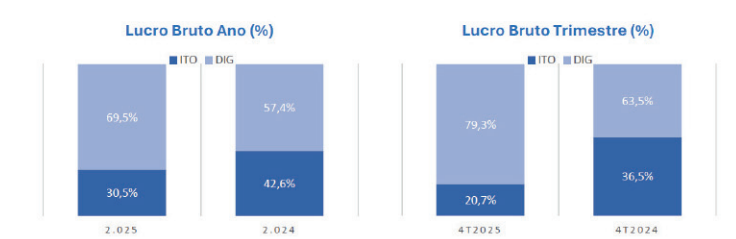
Receita líquida: A companhia alcançou em 2025 o valor de **R\$ 273,3 milhões** de receita líquida (+6,9% vs. 2024), sendo **R\$ 146,1 milhões** referentes à linha de negócios Digitais. A linha ITO finalizou o período com **R\$ 127,2 milhões** de receita líquida.



No 2025, a Companhia apresentou uma distribuição de receita líquida equilibrada entre suas linhas de negócios. A linha Digital, composta por soluções de Commerce, Business e Platforms, representou 53,5% do volume total, enquanto a linha de IT Optimization correspondeu a 46,5%, evidenciando um leve crescimento nas soluções digitais, o resultado está em linha com a estratégia da Companhia.

	2025	2024	Var %	4T2025	4T2024	Var %
Lucro Bruto	65.676	67.771	-3,09%	14.279	18.330	-22,10%
ITO	20.010	28.902	-30,77%	2.957	9.517	-68,93%
DIG	45.666	38.869	17,49%	11.321	8.812	28,47%

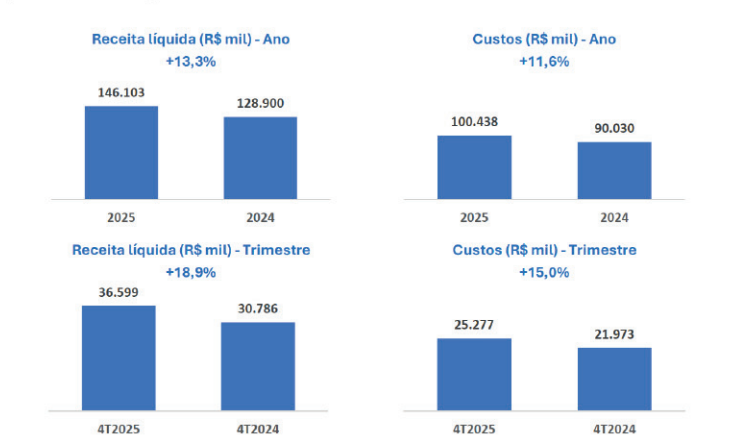
Lucro Bruto: A companhia alcançou em 2025 o valor de **R\$ 65,7 milhões (-3,1% vs. 2024)** de lucro bruto, sendo **R\$ 45,7 milhões** referentes a linha de negócios Digital, que representam 69,5% do total do lucro bruto no período. O incremento de +17,5% nas linhas Digitais ocorreu devido ao crescimento da receita de novas soluções digitais. Com relação a linha ITO, a redução em relação a 2024 se deve, principalmente, a custos pontuais com rescisões de equipes de determinados projetos, assim como, a redução da receita pelo término do período de alguns contratos.



Conforme apresentado no gráfico acima, houve um incremento da proporção do lucro bruto da linha de negócio Digital no valor total gerado, se comparado ao ano de 2024, passando de 57,4% para 69,5%. A alteração na relação proporcional é estratégica e se deve, principalmente, a entrada de novos contratos, oriundos da aquisição da Driven Tecnologia e do início de projetos de Inteligência Artificial, que impactaram positivamente as margens dessa linha de negócios. A redução da margem bruta na linha IT Optimization se refere, principalmente, se comparado com o ano de 2024, a estratégia de priorizar contratos com maior potencial de crescimento e rentabilidade, descontinuando alguns contratos, e à reatuação da folha de pagamentos.

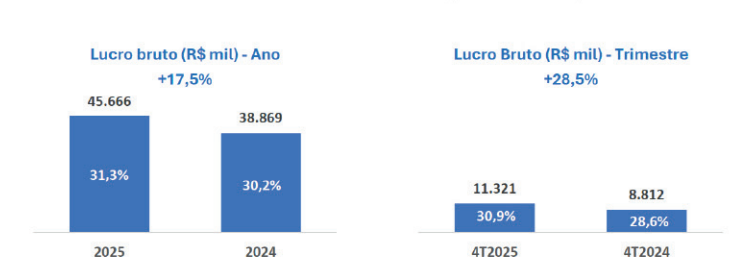
UNIDADE DIGITAL

DIGITAL ("DIG"):
As linhas Digitais se dividem em 3 linhas soluções: (1) Commerce, (2) Business, e (3) Platforms. A Linha de Commerce é uma consultoria ágil de engenharia de software especializada em e-commerce. Apoiamos desde a estratégia de e-commerce até a sustentação das plataformas com a implantação de soluções Omnichannel, Plataformas Digitais, dados e Growth. A Linha Business é especializada na cocriação com nossos clientes de soluções de aceleração digital, digital factory, integração e sustentação de aplicações, além de aplicativos Móveis, Microserviços/Barramento de Serviços. A Linha Digital Platforms possui soluções de ESGRC – Software integrado e data analytics, líder mundial reconhecido pelo Gartner e Forrester aplicada na gestão de riscos, prevenção de fraudes, monitoramento e auditoria contínua, Compliance e análise de dados, e 4AT (Automation) – Software de hiperautomação e RPA orientada por tecnologias de Inteligência Artificial, Machine Learning, entre outras, que automatizam processos de negócios e TI.



Receita líquida DIG: A linha Digital registrou uma receita líquida em 2025 de **R\$ 146,1 milhões (+13,3% vs. 2024)**, com um aumento de R\$ 17,2 milhões. Já no 4T2025 apresentou uma receita líquida de R\$ 36,6 milhões (+18,9% vs. 4T2024) crescimento de R\$ 5,8 milhões no período. O crescimento no período se deve especialmente pela entrada de novos clientes e demonstra estabilidade no crescimento de 2025.

Custo de DIG: Os custos em 2025 foram de **R\$ 100,4 milhões (+11,6% vs. 2024)**, aumento de R\$ 10,4 milhões. No 4T2025 apresentamos custos de R\$ 25,3 milhões (+15% vs. 4T2024). O crescimento do custo ocorreu, principalmente, em função do crescimento das receitas e com atualizações de softwares na linha Platforms. Importante destacar que o crescimento dos custos foi percentualmente inferior ao crescimento da receita, o que indica melhoria de performance operacional.

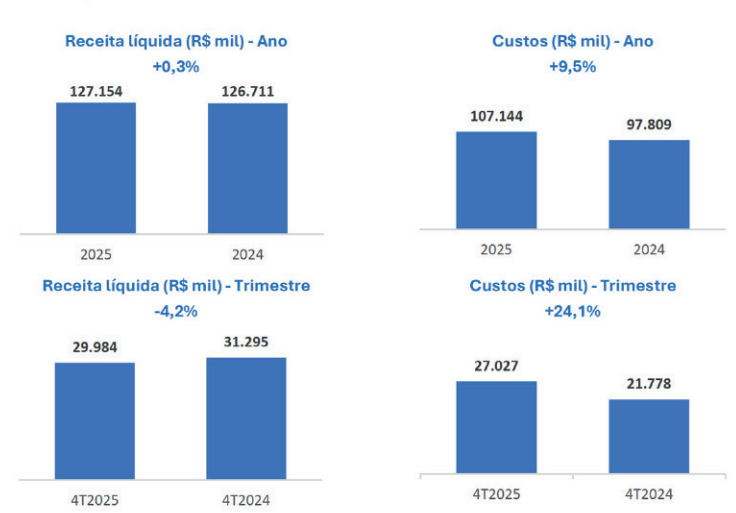


Lucro Bruto DIG: O lucro bruto em 2025 foi de **R\$ 45,7 milhões (+17,5% vs. 2024)**, com margem bruta de 31,3%. No 4T2025 a linha Digital apresentou Lucro Bruto de R\$ 11,3 milhões (+28,5% vs. 4T2024) com margens de 30,9%. A melhoria da margem percentual se deve, principalmente, a otimização dos custos apresentados acima. A Companhia vem realizando ações de eficiência operacional, com uso da IA para modernização das suas ofertas, com o objetivo de aprimorar a margem de alguns contratos e entregar novas soluções. O resultado em 2025 demonstra a efetividade das ações tomadas e uma clara recuperação dos resultados em relação aos períodos anteriores.

DIG Breakdown: A unidade de negócios Digital é composta por três grupos de produtos e serviços: Digital Business, Digital Commerce e Digital Platforms. A primeira linha de negócios está atrelada a aceleração digital relacionada diretamente aos negócios dos nossos clientes. A linha Digital Commerce se refere a consultoria ágil de engenharia de software especializada em Commerce. A linha Platforms está atrelada aos softwares de ESGRC, 4AT (Automação) e serviços correlacionados a implantação dessas ferramentas.

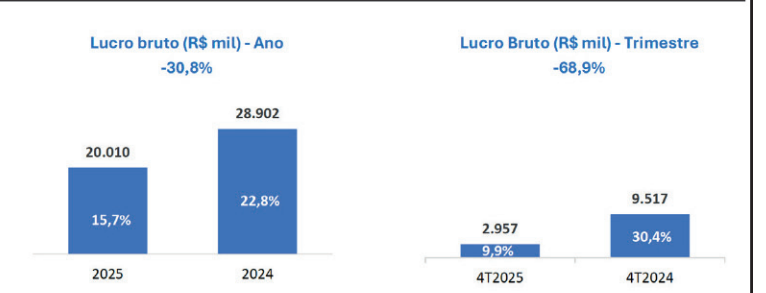
UNIDADE DE IT OPTIMIZATION | CORPORATE IT

IT Optimization (Corporate IT):
Soluções e serviços de TI e de negócios, estruturados para atuar otimizar processos operacionais de Managed Services, que englobam Service Desk com Platforms automatizada de autoatendimento omnichannel (Portal, Chatbot, Whatsapp, Urabot e e-mail), profissionais especialistas, Field Services, Gestão de Datacenter / Cloud e monitoramento de ambientes críticos NOC 24x7 (Network Operations Center) e Customer Experience Center.



Receita líquida ITO: A receita líquida em 2025 foi de **R\$ 127,2 milhões (+0,3% vs. 2024)**, um crescimento de R\$ 0,4 milhão. Já no 4T2025 a receita líquida foi de R\$ 30,0 milhões (-4,2% vs. 4T2024), redução de R\$ 1,3 milhão. O pequeno crescimento no ano de 2025 e redução no 4T2025 é consequência do término de alguns contratos.

Custos de ITO: Os custos em 2025 alcançaram **R\$ 107,1 milhões (+9,5% vs. 2024)**, aumento de R\$ 9,3 milhões. Já no 4T2025 os custos foram de **R\$ 27,0 milhões (+24,1% vs. 4T2024)**, aumento de R\$ 5,2 milhões. O aumento dos custos foi causado especialmente pela reatuação da folha de pagamento que impactou diretamente com R\$ 2,7 milhões, além de custo de rescisões para contratos não continuados, priorizando contratos estratégicos com maior potencial de crescimento.



Lucro Bruto ITO: O lucro bruto em 2025 atingiu **R\$ 20 milhões (-31% vs. 2024)** e margem bruta de 15,7%, redução de R\$ 8,9 milhões em relação ao 2024. Já no 4T2025 o lucro bruto foi de R\$ 3,0 milhões (-69% vs. 4T2024). O resultado no lucro bruto se deve, principalmente, a redução das receitas em relação ao 4º trimestre de 2024, a reatuação da folha de pagamento e encargos trabalhistas rescisórios.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

R\$ em mil	2025	2024	Var (%)	4T2025	4T2024	Var (%)
Despesas Gerais e Administrativas	37.031	34.834	6,31%	8.017	10.374	-22,72%
Despesas Gerais e Administrativas/Rol(%)	13,6%	13,6%	0,0 p.p	12,0%	16,7%	-4,7 p.p
Despesas com pessoal	25.633	20.123	27,38%	7.153	5.589	27,97%
Despesas gerais e administrativas	-761	3.113	-124,44%	-3.175	-345	819,62%
Despesas com serviços prestados	6.944	6.648	4,45%	2.793	2.887	-3,26%
Depreciação e amortização	4.898	3.260	50,25%	1.134	978	15,91%
Despesas com M&A	317	1.690	-81,24%	112	1.264	-91,13%

As despesas gerais e administrativas em 2025 se mantiveram estáveis em 13,6% em relação a receita operacional líquida. O valor de 2025 foi **R\$ 37,0 milhões (+6,3% vs. 2024)**, um crescimento de R\$ 2,2 milhões em relação ao mesmo período de 2024. As principais diferenças nos períodos analisados, se referem à "Despesas com pessoal", impactada pela reatuação da folha e aumento de equipes oriundas da aquisição da Driven Tecnologia. Outra linha de destaque é "Depreciação e amortização", que teve um aumento relevante devido a adoção dos processos contábeis do CPC 06 (R2)/IFRS 16 e pela consequente adequação de seus contratos de locação. Esses impactos foram amenizados por recuperações tributárias de períodos anteriores refletidas na linha de despesas gerais e administrativas. Um destaque importante é que as despesas oriundas da aquisição da Driven Tecnologia, correspondem a R\$ 1,2 milhão dos R\$ 2,2 milhões de crescimento total do período.

Outras receitas/despesas operacionais líquidas

R\$ em mil	2025	2024	Var (%)	4T2025	4T2024	Var (%)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	11.208	3.528	217,67%	11.149	3.528	216,00%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas /Rol(%)	4,1%	1,4%	2,7 p.p	16,7%	5,7%	11,1 p.p

Em 2025 tivemos um valor de R\$ 11,2 milhões de outras receitas operacionais líquidas impactadas por ganhos referente a redução de dívida da empresa ACCT Consulting.

EBITDA E EBITDA AJUSTADO

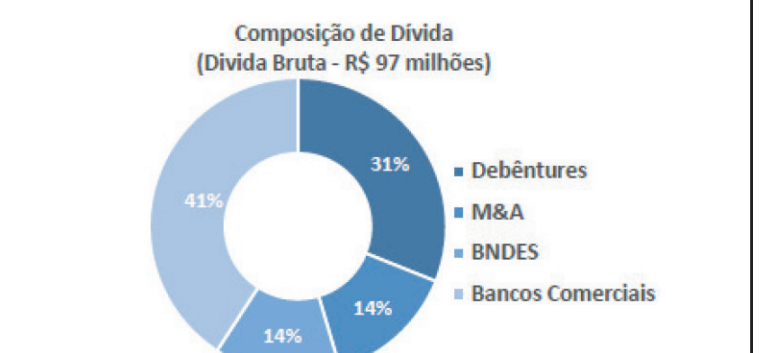
R\$ em mil	2025	2024	Var (%)	4T2025	4T2024	Var (%)
Lucro Líquido	25.768	25.746	0,1%	9.564	11.622	-17,7%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	-1.215	1.450	-183,8%	4.140	-492	-941,0%
(+) Resultado financeiro líquido	15.299	9.269	65,1%	3.706	355	944,2%
EBIT	39.852	36.465	9,3%	17.410	11.484	51,6%
Margem EBIT	14,6%	14,3%	0,3 p.p	26,1%	18,5%	7,6 p.p
(+) Depreciação e Amortização	4.898	3.260	50,2%	1.134	978	15,9%
EBITDA	44.750	39.725	12,6%	18.544	12.462	48,8%
Margem EBITDA (%)	16,4%	15,5%	0,9 p.p	27,9%	20,1%	8,8 p.p
Ajustes ¹						
(+) Despesas extraordinárias (M&A)	317	1.690	-81,2%	112	1.264	-91,1%
EBITDA ajustado²	45.067	41.415	8,8%	18.656	13.726	35,9%
Margem EBITDA (%) ajustado	16,5%	16,2%	0,3 p.p	28,0%	22,1%	5,9 p.p

¹ Ajustes executados de reconciliação, conforme resolução CVM 156 de 23 de junho de 2022. O quadro foi recomposto de forma a melhor se adequar às instruções da resolução acima. ² O EBITDA ajustado referente a 2024 foi recalculado de forma que as outras receitas/despesas operacionais líquidas compunham o EBITDA ajustado.

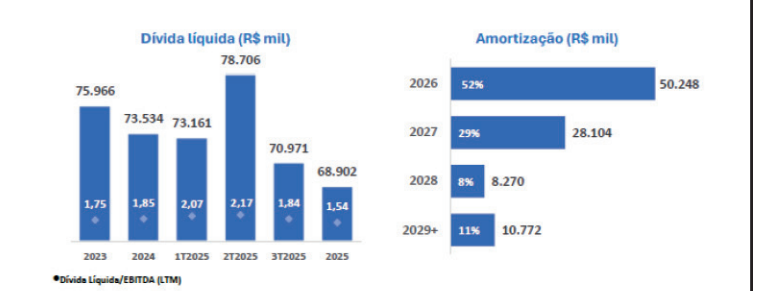
Reconciliação do EBITDA vs EBITDA ajustado (conforme Resolução CVM 156/22). No ano de 2025 o EBITDA ajustado somou **R\$ 45,1 milhões (+8,8% vs. 2024)**, com margem de 16,5% sobre a receita líquida. Já no 4T2025 o EBITDA ajustado foi de R\$ 18,7 milhões (+35,9% vs. 4T2024). O incremento do EBITDA ajustado foi consequência do impacto da reversão da dívida de earn out da ACCT.

DÍVIDA

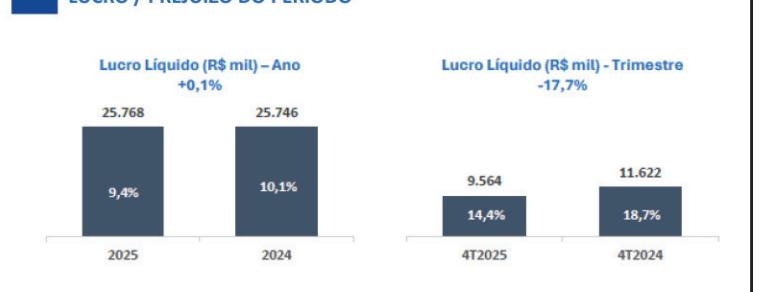
A Companhia fechou o 2025 com uma dívida total bruta de R\$ 97 milhões, dos quais R\$ 30 milhões ou 31%, se referem ao financiamento de longo prazo, debêntures, captado em dezembro de 2021 e com vencimento em dezembro de 2027. A dívida da aquisição das empresas ACCT e Driven Tecnologia representam 14%, e estão atreladas, principalmente a metas de performance (earn-out).



O custo médio ponderado da dívida ficou em 101% do CDI a.a. A alavancagem financeira se manteve reduzida em relação ao final de 2024.



LUCRO / PREJUÍZO DO PERÍODO



R\$ mil	2025	2024	Var.	4T2025	4T2024	Var.
Lucro Líquido	25.768	25.746	0,09%	9.564	11.622	-17,70%
Margem Lucro	9,43%	10,07%	-0,6 p.p	14,36%	18,72%	-4,4 p.p

O lucro líquido em 2025 atingiu o montante de **R\$ 25,8 milhões (+0,09% vs. 2024)**, com margem líquida de 9,4%. O resultado se deve, principalmente redução de dívidas de aquisição via Earn-Out e a diferimentos de impostos de renda e contribuição social, ocasionados pelo ágio das aquisições da Premier IT, ACCT e Driven Tec.

ESTRUTURA ACIONÁRIA

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 37.606 mil e é representado por 861.605 ações ordinárias.

Composição acionária	31/12/2025	% do Capital Votante
Henkan I – FIP Multistratégia	368.198	42,73%
BNDES Participações S.A.	218.315	25,34%
Júlio Cesar Estevam de Britto Junior	214.352	24,88%
Outros	60.740	7,05%
Total	861.605	100,00%

AUDITORES INDEPENDENTES

As informações intermediárias, individuais e consolidadas, da Quality Software S/A, do período findo em 31 de dezembro de 2025, foram revisadas pela **BKR LOPES MACHADO AUDITORES**. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que guardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não advogar pela Quality Software S.A. ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Em atendimento a RESOLUÇÃO CVM Nº 162, DE 13 DE JULHO DE 2022, declaramos que, para o período findo em 31 de dezembro de 2025, a **BKR LOPES MACHADO AUDITORES** não prestou quaisquer outros serviços que não relacionados à auditoria externa das demonstrações contábeis.



Quality Software S.A.

CNPJ: 35.791.391/0001-94

DRE-2025
Demonstrações dos resultados consolidados Período de três meses e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Consolidado			Consolidado		
	2025	AV	2024	AV	AV	AH
Receita operacional líquida	273.257	100%	255.611	100%	6,9%	
ITO	127.154	46,5%	126.711	49,6%	0,3%	
DIG	146.103	53,5%	128.900	50,4%	13,3%	
Custos dos serviços prestados¹	(207.581)	-76,0%	(187.840)	-73,5%	10,5%	
ITO	(107.144)	-84,3%	(97.809)	-77,2%	9,5%	
DIG	(100.438)	-68,7%	(90.030)	-69,8%	11,6%	
(=) Lucro bruto¹	65.676	24,0%	67.771	26,5%	-3,1%	
ITO	20.010	15,7%	28.902	22,8%	-30,8%	
DIG	45.666	31,3%	38.869	30,2%	17,5%	
(=) Despesas/receitas operacionais	(25.824)	-9,5%	(31.306)	-12,2%	-17,5%	
Despesas com pessoal	(25.633)	-9,4%	(20.123)	-7,9%	27,4%	
Despesas gerais e administrativas	761	0,3%	(3.113)	-1,2%	-124,4%	
Despesas de serviços prestados	(6.944)	-2,5%	(6.648)	-2,6%	4,4%	
Despesas com depreciação e amortização	(4.898)	-1,8%	(3.260)	-1,3%	50,2%	
Outras receitas/despesas	10.891	4,0%	1.838	0,7%	100,0%	
(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro	39.852	14,6%	36.465	14,3%	9,3%	
Receitas financeiras	6.222	2,3%	7.369	2,9%	-15,6%	
Despesas financeiras	(21.522)	-7,9%	(16.638)	-6,5%	29,3%	
(=) Lucro antes dos impostos	24.553	9,0%	27.196	10,6%	-9,7%	
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(4.617)	-1,7%	(5.206)	-2,0%	-11,3%	
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	5.833	2,1%	3.756	1,5%	100,0%	
(=) Lucro do período	25.768	9,4%	25.746	10,1%	0,1%	

¹A AV é calculada pela Receita Operacional Líquida correspondente.

DRE - 4T2025
Demonstrações dos resultados consolidados Período de três meses e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Consolidado			Consolidado		
	4T2025	AV	4T2024	AV	AV	AH
Receita operacional líquida	66.583	100%	62.081	100%	7,3%	
ITO	29.984	45,0%	31.295	50,4%	-4,2%	
DIG	36.599	55,0%	30.786	49,6%	18,9%	
Custos dos serviços prestados¹	(52.304)	-78,6%	(43.751)	-70,5%	19,5%	
ITO	(27.027)	-90,1%	(21.778)	-69,6%	24,1%	
DIG	(25.277)	-69,1%	(21.973)	-71,4%	15,0%	
(=) Lucro bruto¹	14.279	21,4%	18.330	29,5%	-22,1%	
ITO	2.957	9,9%	9.517	30,4%	-68,9%	
DIG	11.321	30,9%	8.812	28,6%	28,5%	
(=) Despesas/receitas operacionais	3.132	4,7%	(6.846)	-11,0%	-145,7%	
Despesas com pessoal	(7.153)	-10,7%	(5.589)	-9,0%	28,0%	
Despesas gerais e administrativas	3.175	4,8%	345	0,6%	819,6%	
Despesas de serviços prestados	(2.793)	-4,2%	(2.887)	-4,7%	-3,3%	
Despesas com depreciação e amortização	(1.134)	-1,7%	(978)	-1,6%	15,9%	
Outras receitas/despesas	11.037	16,6%	2.264	3,6%	100,0%	
(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro	17.410	26,1%	11.484	18,5%	51,6%	
Receitas financeiras	751	1,1%	4.629	7,5%	-83,8%	
Despesas financeiras	(4.457)	-6,7%	(4.983)	-8,0%	-10,6%	
(=) Lucro antes dos impostos	13.704	20,6%	11.129	17,9%	23,1%	
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(3.034)	-4,6%	(3.045)	-4,9%	-0,4%	
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	(1.106)	-1,7%	5.537	5,7%	100,0%	
(=) Lucro do período	9.564	14,4%	11.622	18,7%	-17,7%	

¹A AV é calculada pela Receita Operacional Líquida correspondente.

BALANÇO PATRIMONIAL-ATIVOS
Balancos patrimoniais consolidados Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Consolidado			Consolidado		
	31/12/2024	AV	31/12/2025	AV	AV	AH
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	37.601	13,4%	28.492	9,9%	-24,2%	
Contas a receber	56.137	20,1%	66.468	23,0%	18,4%	
Outras contas a receber	5.187	1,9%	4.500	1,6%	-13,2%	
Impostos e contribuições a recuperar	16.535	5,9%	14.767	5,1%	-10,7%	
Despesas antecipadas	2.941	1,1%	5.302	1,8%	80,3%	
Instrumentos financeiros derivativos	2.426	0,9%	723	0,3%	100,0%	
Total do ativo circulante	120.828	43,2%	120.253	41,7%	-0,5%	
Não circulante						
Contas a receber	-	0,0%	-	0,0%	100,0%	
Outros ativos não circulantes	2.165	0,8%	4.127	1,4%	90,7%	
Impostos diferidos	8.830	3,2%	14.663	5,1%	66,1%	
Imobilizado	3.739	1,3%	3.667	1,3%	-1,9%	
Intangível	144.006	51,5%	145.971	50,6%	1,4%	
Total do Ativo	158.740	56,8%	168.429	58,3%	6,1%	
	279.568	100%	288.682	100%	3%	

BALANÇO PATRIMONIAL-PASSIVOS
Balancos patrimoniais consolidados Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo	Consolidado			Consolidado		
	31/12/2024	AV	31/12/2025	AV	AV	AH
Circulante						
Empréstimos e Financiamentos	5.743	2,1%	26.297	9,1%	357,9%	
Debêntures	15.109	5,4%	15.152	5,2%	100,0%	
Fornecedores	5.026	1,8%	8.224	2,8%	63,6%	
Dívida por aquisição de empresas	10.634	3,8%	8.799	3,0%	-17,3%	
Salários e encargos	11.668	4,2%	12.675	4,4%	8,6%	
Provisões para férias e encargos	11.634	4,2%	12.073	4,2%	3,8%	
Impostos e contribuições a recolher	3.661	1,3%	2.733	0,9%	-25,3%	
Passivos com operações com arrendamento	894	0,3%	1.386	0,5%	55,1%	
Dividendos a pagar	6.115	2,2%	6.121	2,1%	0,1%	
Outras Obrigações	22.389	8,0%	22.770	7,9%	1,7%	
Total do Passivo Circulante	92.871	33,2%	116.231	40,3%	25,2%	
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	29.644	10,6%	26.860	9,3%	-9,4%	
Debêntures	30.113	10,8%	15.091	5,2%	-49,9%	
Dívida por aquisição de empresas	19.893	7,1%	5.195	1,8%	-73,9%	
Passivos com operações com arrendamento	303	0,1%	767	0,3%	153,0%	
Impostos e contribuições parcelados	1.959	0,7%	1.601	0,6%	-18,2%	
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	635	0,2%	163	0,1%	-74,3%	
Total do Passivo Não Circulante	82.547	29,5%	49.677	17,2%	-39,8%	
Patrimônio líquido						
Capital social	37.606	13,5%	37.606	13,0%	0,0%	
Reserva de lucros	65.140	23,3%	84.791	29,4%	30,2%	
Ajuste acumulado de conversão	1.400	0,5%	377	0,1%	-73,1%	
Resultado do período	-	0,0%	-	0,0%	100,0%	
Participação dos acionistas não controladores	3	0,0%	0	0,0%	200,0%	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	104.149	37,3%	122.774	42,5%	17,9%	
	279.568	100%	288.682	100%	3%	

DFC - FLUXO DE CAIXA
Demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas-método indireto Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024 (Valores expressos em Reais)

FLUXO DE CAIXA	31/12/2024		31/12/2025	
	AV	AH	AV	AH
Lucro líquido do período	25.746	25.746	25.746	25.746
Depreciações e amortizações	3.260	4.898	3.260	4.898
Aumento das provisões de férias e encargos	1.708	439	1.708	439
Reversão/Constituição com Perda Esperada de Liquidação Duvidosa (PECLD)	86	166	86	166
Adição de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	374	(472)	374	(472)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, líquidos	(3.756)	(5.833)	(3.756)	(5.833)
Encargos financeiros não realizados	2.727	(10.120)	2.727	(10.120)
Total	32.139	14.847	32.139	14.847
Fluxos de caixa de atividades operacionais	(350)	(10.497)	(350)	(10.497)
Aumento/(redução) do caixa a receber	466	687	466	687
Aumento/(redução) outras contas a receber	(5.512)	1.768	(5.512)	1.768
Aumento/(redução) dos fornecedores	(2.028)	3.199	(2.028)	3.199
Aumento/(redução) dos salários e encargos	2.419	1.007	2.419	1.007
Aumento/(redução) dos impostos e contribuições a recolher	1.435	(742)	1.435	(742)
Redução dos impostos e contribuições parcelados	1.579	(357)	1.579	(357)
Aumento/(redução) outros ativos não circulantes	(1.268)	(1.963)	(1.268)	(1.963)
Aumento/(redução) das outras contas a pagar	8.780	381	8.780	381
Aumento/(redução) das despesas antecipadas	336	(2.361)	336	(2.361)
Caixa líquido (aplicado nas)/proveniente das atividades operacionais	37.811	5.782	37.811	5.782
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(25.872)	(6.791)	(25.872)	(6.791)
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(25.872)	(7.815)	(25.872)	(7.815)
Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades de investimento	(25.872)	(7.815)	(25.872)	(7.815)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	35.351	37.669	35.351	37.669
Captação de empréstimos e financiamentos	(9.322)	(10.309)	(9.322)	(10.309)
Juros pagos sobre empréstimos	(17.391)	(23.476)	(17.391)	(23.476)
Pagamento de principal sobre empréstimos	247	(5.802)	247	(5.802)
Pagamento de dívida aquisição	340	956	340	956
Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades de financiamento	4.531	(7.077)	4.531	(7.077)
Aumento líquido/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	16.470	(9.109)	16.470	(9.109)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	21.131	37.601	21.131	37.601
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	37.601	28.492	37.601	28.492
Aumento líquido/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	16.470	(9.109)	16.470	(9.109)

CONTROLE DE INDICADORES
OBRIGAÇÃO CONTRATUAL: Abaixo relacionamos os itens de controle, que visam atender os contratos de financiamento:

	2024	2025
CONTAS BALANÇO PATRIMONIAL		
Ativo Total:	279.568	288.682
Patrimônio Líquido:	104.149	122.774
Dívida Bancária Líquida	2024	2025
Caixa e equivalentes de caixa	37.601	28.492
(-) Empréstimos e Financiamentos	-80.609	-83.401
(-) Dívida Aquisição	-30.526	-13.994
(=) Dívida Bancária Líquida	-73.534	-68.902
EBITDA*	2024	2025
Lucro Líquido	25.746	25.746
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	1.450	-1.215
(+) Resultado financeiro líquido	9.269	15.299
(+) Depreciação e Amortização	3.260	4.898
(=) EBITDA	39.725	44.750
(+) AJUSTES	1.690	317
(=) EBITDA ajustado	41.415	45.067
Índices	2024	2025
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL/AT)	0,37	0,43
Dívida Bancária Líquida/EBITDA (DBL/EBITDA):	1,85	1,54
* EBITDA LTM		

Balancos patrimoniais individuais e consolidados
Em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024 (Valores expressos em Reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.884.608	23.482.226	28.492.117	37.601.374
Contas a receber	5	55.499.016	49.100.847	66.467.767	56.137.297
Outras contas a receber	6	4.128.269	4.798.272	4.499.890	5.186.669
Impostos e contribuições a recuperar	7	13.753.469	14.851.728	14.767.491	16.535.339
Despesas antecipadas		2.887.580	2.255.015	5.301.885	2.940.530
Instrumentos financeiros derivativos		723.427	2.426.391	723.427	2.426.391
Total do ativo circulante		95.876.369	96.914.479	120.252.577	120.827.600
Não circulante					
Contas a receber	5	-	-	-	-
Créditos com partes relacionadas	8	4.373.787	2.652.901	-	-



Quality Software S.A.

CNPJ: 35.791.391/0001-94

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Individuais e Consolidadas-Método Indireto

Períodos de Doze Meses Findos em 31 Dezembro 2025 e de 2024 (Valores expressos em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do período	25.771.119	25.748.141	25.768.350	25.746.166
Ajustes para reconciliar o resultado do período				
Depreciações e amortizações	4.895.003	3.259.614	4.897.538	3.259.669
Resultado de equivalência patrimonial	(5.521.661)	(2.381.844)	-	-
Aumento das provisões de férias e encargos	712.577	1.452.260	439.421	1.708.245
Reversão/Constituição com Perda Esperada de Liquidação Duvidosa (PECLD)	166.167	86.027	166.167	86.027
Adição de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(472.226)	374.261	(472.226)	374.261
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, líquidos	(5.831.834)	(3.820.627)	(5.832.630)	(3.756.394)
Resultado com alienações, baixa de ativos	-	-	(138)	1.994.558
Encargos financeiros não realizados	(10.119.956)	29.777	(10.119.956)	2.726.700
	9.599.189	24.747.609	14.846.526	32.139.232
Fluxos de caixa de atividades operacionais				
Aumento/(redução) do contas a receber	(6.564.335)	(1.959.083)	(10.496.636)	(350.046)
Aumento/(redução) outras contas a receber	670.003	591.480	686.779	466.329
Aumento dos impostos e contribuições a recuperar	1.098.259	(4.763.321)	1.767.848	(5.511.665)
Aumento/(redução) dos fornecedores	2.920.601	(3.202.611)	3.198.676	(2.027.674)
Aumento/(redução) dos salários e encargos	1.016.885	2.233.546	1.007.494	2.418.634
Aumento/(redução) dos impostos e contribuições a recolher	(1.611.160)	2.206.118	(742.192)	1.434.672
Redução dos impostos e contribuições parcelados	1.297.338	(91.260)	(357.469)	1.578.757
Aumento/(redução) outros ativos não circulantes	(1.962.673)	(1.268.344)	(1.962.673)	(1.268.344)
Aumento/(redução) das outras contas a pagar	9.437.778	(937.891)	380.974	8.780.493
Aumento/(redução) das despesas antecipadas	(632.565)	(1.007.730)	(2.361.355)	336.251
Imposto de renda e contribuição social correntes pagos	-	-	(185.581)	(185.581)
Caixa líquido (aplicado nas)/proveniente das atividades operacionais	15.269.320	17.548.513	5.782.391	37.811.058
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Varição do Investimento	14.973.745	(5.862.850)	(1.023.418)	-
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(28.535.790)	(4.121.256)	(6.791.389)	(25.872.475)
Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades de investimento	(13.562.045)	(9.984.106)	(7.814.807)	(25.872.475)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	40.169.720	35.350.993	37.669.312	35.350.993
Juros pagos sobre empréstimos	(10.308.644)	(9.222.111)	(10.308.644)	(9.321.701)
Pagamento de principal sobre empréstimos	(23.476.182)	(17.294.144)	(23.476.182)	(17.391.068)
Aumento/(redução) de partes relacionadas	(1.723.578)	(1.880.730)	-	-
Pagamento de dívida aquisição	(5.802.215)	246.725	(5.802.215)	246.725
Pagamento de arrendamento mercantil	951.189	340.837	956.071	340.183
Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades de financiamento	(6.304.893)	2.847.865	(7.076.841)	4.531.427
Aumento líquido/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(4.597.618)	10.412.272	(9.109.257)	16.470.010
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	23.482.226	13.069.954	37.601.374	21.131.364
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	18.884.608	23.482.226	28.492.117	37.601.374
Aumento líquido/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(4.597.618)	10.412.272	(9.109.257)	16.470.010

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do Valor Adicionado Individuais e Consolidadas

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	268.623.920	257.454.979	299.994.141	283.498.421
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	268.407.622	257.361.967	299.749.152	283.405.409
Provisão para créditos incobráveis	216.298	93.012	244.989	93.012
Insumos adquiridos de terceiros	(26.702.617)	(35.252.189)	(45.366.695)	(50.034.525)
Custos operacionais	(31.948.369)	(28.967.962)	(49.446.773)	(42.156.663)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	5.245.752	(6.284.227)	4.080.078	(7.877.862)
Valor adicionado bruto	241.921.303	222.202.790	254.627.446	233.463.896
Depreciação, amortização e exaustão	(4.895.003)	(3.259.614)	(4.897.538)	(3.259.669)
Valor adicionado líquido produzido	237.026.300	218.943.176	249.729.908	230.204.227
Valor adicionado recebido em transferência	10.342.919	8.713.319	6.222.494	7.369.294
Resultado de equivalência patrimonial	5.521.661	2.381.844	-	-
Receitas financeiras	4.821.258	6.331.475	6.222.494	7.369.294
Outras receitas	-	-	-	-
Valor adicionado total a distribuir	247.369.219	227.656.495	255.952.402	237.573.521
Distribuição do valor adicionado	247.369.219	227.656.495	255.952.402	237.573.521
Pessoal	166.983.688	156.500.954	170.940.999	162.673.698
Remuneração direta	126.738.962	125.102.270	130.270.283	130.668.231
Benefícios	27.847.312	23.632.190	28.117.917	23.906.568
FGTS	11.055.080	10.049.728	11.081.918	10.144.018
INSS	1.342.334	(2.283.234)	1.470.881	(2.045.119)
Impostos, taxas e contribuições	33.114.613	29.378.763	37.131.199	31.838.220
Federais	27.306.769	23.643.326	30.805.805	25.621.719
Municipais	5.807.844	5.735.437	6.325.394	6.216.501
Remuneração de capitais de terceiros	21.499.799	16.028.637	22.111.854	17.315.437
Juros	21.499.799	16.028.637	22.111.854	17.315.437
Remuneração de capitais próprios	25.771.119	25.748.141	25.768.350	25.746.166
Resultado do período	19.650.479	25.748.141	19.650.479	25.748.141
Lucros distribuídos	6.120.640	-	6.120.640	-
Participação de não controladores	-	-	(2.769)	(1.975)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Em 31 de Dezembro 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

1. Informações Gerais: As presentes demonstrações financeiras são uma versão resumida das demonstrações financeiras completas da Quality Software S.A. ("Companhia") referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Esta publicação foi elaborada com o objetivo de apresentar os principais indicadores de desempenho e a posição patrimonial da Companhia de forma sintetizada, atendendo à legislação vigente. **2. Contexto Operacional:** Fundada em 1989, a Quality Software S.A. ("Companhia") atua no segmento de Tecnologia da Informação. A sede está localizada na Avenida Oscar Niemeyer, nº 2000, sala nº 401, bloco nº 01, Santo Cristóvão-CEP 20.220-297, Rio de Janeiro-RJ. O registro na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) foi realizado em 03 de dezembro de 2013 na Categoria "A". A Companhia foi informada pela B3 sobre a descontinuidade, a partir de 16 de março de 2026, dos segmentos de listagem Bovespa Mais e Bovespa Mais Nível 2. Em razão dessa alteração, as companhias atualmente listadas nesses segmentos serão automaticamente migradas para o Segmento Básico de listagem da B3. Conforme regras do segmento Básico da B3, não há a obrigatoriedade de realizar o enquadramento do percentual mínimo de ações em circulação, 25% do capital social. Desta forma, a Companhia não precisa realizar a distribuição do capital adicional, conforme informado em fato relevante no dia 22 de dezembro de 2024. A Quality Software S.A. e suas controladas possuem como missão "Construir soluções digitais de alto valor conectadas ao negócio de nossos clientes" e como visão "Ser referência em transformar negócios, resolvendo problemas e proporcionando experiências inovadoras com resultados sustentáveis". Possui foco em Omnichannel, desenvolvimento de Plataformas Digitais, Automação e Integração de Software, GRC (Auditoria, Governança, Risco e Compliance) e Outsourcing de Tecnologia. A Companhia ajuda seus clientes a terem melhor performance operacional, governança e comunicação com seus clientes usando plataformas digitais, equipes especializadas e metodologias para promover a aceleração digital, transformar dados em valor e a experiência do cliente final. As principais receitas da Companhia são provenientes de: **• ITO (Information Technology/Business Process Outsourcing):** Soluções e serviços de TI e de negócios, estruturados para atuar de forma preventiva em processos operacionais de *Managed Services*, que englobam Service Desk com plataforma automatizada de autoatendimento omnichannel (Portal, Chatbot, Whatsapp, Urabot e e-mail), profissionais especialistas, Field Services, Gestão de Data-center / Cloud e monitoramento de ambientes críticos NOC 24x7 (Network Operations Center) e Customer Experience Center. **• DIG (Digital):** A unidade Digital Serviços e plataformas tecnológicas especializadas na co-criação com nossos clientes de soluções inovadoras, aceleração digital. As Linhas Digitais se dividem em 3 linhas ou unidades de negócio: (1) *Commerce*, (2) *Business* e, (3) *Platforms*. A linha de *Commerce* é uma consultoria ágil de engenharia de software especializada em e-commerce. Apoiamos desde a estratégia de e-commerce até a sustentação das plataformas. Inovamos os negócios dos nossos clientes com a implantação de soluções *Omnichannel*, Plataformas Digitais e dados. A linha *Business* é especializada na co-criação com nossos clientes de soluções de aceleração digital, digital factory, integração e sustentação de aplicações, além de aplicativos Móveis, *Microserviços* / Barramento de Serviços. A linha *Digital Platforms*, possui soluções de ESGRC - Software integrado e data *analytics*, líder mundial reconhecido pelo Gartner e Forrester aplicada na gestão de riscos, prevenção de fraudes, monitoramento e auditoria contínua, Compliance e análise de dados, e 4AT (Automation) - Software de hiperautomação e RPA orientada por tecnologias de Inteligência Artificial, Machine Learning, entre outras, que automatizam processos de negócios e TI. Em 9 de setembro de 2024, a Quality Software S.A. concluiu a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, regulando os termos e condições para a aquisição de 100% do capital social total e votante da Driven Tecnologia Ltda ("Driven"), a qual é especializada em aceleração digital, oferece amplo pacote de soluções para a digitalização de canais, desde o planejamento estratégico até a implementação. Os projetos de *omni commerce* entregam design estratégico, aplicado à modelagem de negócios, jornada do consumidor e experiência do cliente. Possui seis frentes de atuação: *Experience Design*, *Business Modeling*, *Data Intelligence*, *Tech Lab*, *Creative Lab* e *Performance Lab*. Em 21 de março de 2025 os acionistas/quotistas aprovaram a incorporação da empresa Driven Tecnologia Ltda pela Quality Software S.A, a incorporação foi baseada no "Protocolo e Justificação de Incorporação", elaborado nos termos dos Artigos 224, 225 e 227 da Lei nº 6.404/76. O Capital Social da Incorporadora foi mantido inalterado, como consequência direta desta operação, a empresa Driven Tecnologia Ltda, foi extinta, sucedendo a Quality Software SA, em todos os seus direitos e obrigações, sejam eles operacionais, tributários, trabalhistas ou civis. **2.1. Continuidade operacional:** A Companhia e suas controladas possuem uma carteira de clientes diversificada, não havendo concentrações de seus recebíveis em determinados clientes, sendo que nenhum cliente tem participação percentual superior a 10% do todo. Dessa forma, não afetando qualquer risco de continuidade operacional. **3. Apresentação, Elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e resumo das principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2026. **3.1 Acesso às informações completas:** Informamos que o conjunto completo das Demonstrações Financeiras, acompanhado das Notas Explicativas integrais e do Relatório dos Auditores Independentes (BKR-Lopes, Machado Auditores), emitido com opinião sem ressalvas em 23 de março de 2026, encontra-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e disponível para consulta nos sites da Companhia (<https://ri.qualitydigital.global/>), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). **3.2. Declaração de conformidade: Demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 26 (R1)-Demonstração financeira e com a norma internacional IAS 34-*Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. Para o IAS 34 é uma informação suplementar. **3.3. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração da Companhia deve, no final de cada exercício social, fazer uso de determinadas práticas contábeis que contemplem julgamentos e estimativas a respeito dos valores de receitas, despesas, ativos, passivos e divulgações de passivos contingentes, as quais não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as suas respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica da Administração e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. As práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios anteriormente apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas, foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas mesmas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vida útil do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações (nota 11), avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente (notas 5 e 18), análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (nota 5), a redução do valor recuperável dos ativos intangíveis (*software* e *ágio*) (nota 12), assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências (nota 20 e 21). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 3.17. **3.4. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.5. Consolidação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são preparadas em conformidade com os princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira, e compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. Controlada é a entidade na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhes assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. As práticas contábeis são consistentemente aplicadas em todas as Companhias consolidadas, sendo que as consolidadas tomaram como parâmetro a data-base de 31 de dezembro de 2025. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora no patrimônio líquido (ou passivo a descoberto, quando aplicável) das contro-

ladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas. A parcela relativa aos não controladores no patrimônio líquido das controladas é apresentada destacadamente no patrimônio líquido e no resultado consolidado. A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo Quality S.A. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação transferida e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Transação entre sócios". As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Quality Software S.A e suas controladas, apresentadas a seguir:

Razão social	País	Relação	Participação em 31/12/2025	Participação em 31/12/2024
Latin Technology Distribuição				
Informática Ltda	Brasil	Direta	100%	100%
Qsw Next Tech	México	Direta	100%	100%
Quality Digital LLC	Estados Unidos	Direta	100%	100%
Acupula Consulting & Technology	Espanha	Direta	100%	100%
Evanston S.A.	Paraguai	Direta	98%	98%
Driven Tecnologia Ltda	Brasil	Incorporada		100%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo está a data na qual a Quality Software S.A. obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas. **3.6. Informações por Segmento:** As informações reportadas ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia para fins de alocação de recursos e avaliação do desempenho do segmento focam os tipos de serviços e produtos entregues. Contudo, como estes serviços e produtos possuem características semelhantes, a Administração da Companhia agregou em um único segmento operacional. As informações por segmento são baseadas em informações utilizadas pela Administração, em que a Companhia e suas controladas definiriam como sendo um único segmento de negócio; todavia, o monitoramento de desempenho de margem é efetuado de forma segregada entre os principais serviços e produtos da Companhia, conforme prevê o CPC 22 - Informações por Segmento. Mantendo como forma de apresentação gerencial de nossos negócios o acompanhamento de receita e margens de operação dos nossos serviços como: prestação de serviços de Tecnologia de Informação (ITO e DIG) e venda de licença de softwares. O principal tomador de decisões operacionais avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na margem dos serviços e produtos, assim como as informações por área geográfica, nas quais possuem concentração na região sudeste do país, com desenvolvimento de atividades no exterior, ainda com resultados irrelevantes, para que possa ser efetuada a divulgação. **4. Intangível**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	Amortiza-	Amortiza-		
	ção/ baixas	ção/ baixas	Saldo	Saldo

Projeto registro de bens (a)	11.047.151	-	11.047.151	11.047.151
Softwares	2.597.770 (1.948.924)	648.846	94.293	2.597.772 (1.948.924)
Projeto Serasa Auto	1.104.973	-	1.104.973	1.104.973
Direitos de uso de telefone	5.429	-	5.429	5.429
Plataforma ITO	724.274 (338.153)	386.121	530.818	724.274 (338.153)
Portal Suprimentos	94.151	-	94.151	94.151
QAIExchangeMGR	1.716.131	-	1.716.131	1.716.131
Metodologia IA-commerce	320.166	-	320.166	320.166
QAI StockpileMgmt	1.030.408	-	1.030.408	1.030.408
Ágio de aquisição de empresas (b)	-	-	-	-
	27.651.532	(251.853)	127.399.679	105.902.349
	146.291.985	(2.538.930)	143.753.055	129.869.713
			129.869.713	(251.854)
			129.617.859	129.869.713

Projeto registro de bens (a)	11.047.151	-	11.047.151	11.047.151
Softwares	2.597.770 (1.948.924)	648.846	94.293	2.597.772 (1.948.924)
Projeto Serasa Auto	1.104.973	-	1.104.973	1.104.973
Direitos de uso de telefone	5.429	-	5.429	5.429
Plataforma ITO	724.274 (338.153)	386.121	530.818	724.274 (338.153)
Portal Suprimentos	94.151	-	94.151	94.151
QAIExchangeMGR	1.716.131	-	1.716.131	1.716.131

FORPART S.A. – EM LIQUIDAÇÃO

CNPJ/MF: 00.249.786/0001-85

RELATÓRIO DO LIQUIDANTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2012 foi deliberada a dissolução e início da liquidação da Companhia em razão da falta de perspectiva de novos investimentos e da ineficiência da gestão do seu patrimônio de renda variável. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2013 foi deliberado e aprovado o laudo de liquidação antecipada da Companhia, com proposta de entrega de bens, direitos e valores aos acionistas. A evolução dos principais fatos ocorridos neste exercício poderá ser examinada através das próprias demonstrações contábeis e notas explicativas. Sendo assim, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações contábeis acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Colocamo-nos à disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais. **Desempenho no Exercício** - A Companhia apresentou mutação negativa dos ativos líquidos no montante de R\$51 mil oriundo de despesas inerentes à sua manutenção enquanto perdura o processo de liquidação. **Divulgação de Informações Sobre Serviços Que Não Auditoria Independente** - Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que não há outros serviços prestados pelos auditores independentes da Forpart S.A. – Em liquidação, Grant Thornton Auditores Independentes, senão os serviços de auditoria das demonstrações contábeis. Rio de Janeiro, 25 de março de 2026.

Demonstração dos Ativos Líquidos - Em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	52	104
Tributos a recuperar	5	5	3
		57	107
Ativos líquidos		57	107

Demonstração da Mutação dos Ativos Líquidos - Referentes aos Exercícios Findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	01/01/2025	01/01/2024
Gastos no exercício:			
Despesas administrativas	8	(58)	(53)
Despesas tributárias		(2)	(2)
Resultado antes do resultado financeiro		(60)	(55)
Resultados financeiros			
Receitas financeiras		10	9
Varição dos ativos líquidos		(50)	(46)

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Direto) - Referentes aos Exercícios Findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos financeiros		
Aplicações financeiras	10	9
Recebimentos		
Integralização de capital	-	100
Pagamentos		
Serviços de auditoria	(27)	(23)
Publicações societárias	(15)	(15)
Tributos	(2)	(2)
Serviços do sistema financeiro	(18)	(16)
(Redução) aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(52)	53
Caixas e Equivalentes a Caixa no Início do Exercício	104	51
Caixas e Equivalentes a Caixa no Final do Exercício	52	104
(Redução) aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(52)	53

Demonstrações dos Valores Adicionados - Referentes aos Exercícios Findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(58)	(53)
Valor adicionado bruto	(58)	(53)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(58)	(53)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	10	9
Valor adicionado total a distribuir	(48)	(44)
Distribuição do valor adicionado	(48)	(44)
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	2	2
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo no exercício	(50)	(46)
	(50)	(46)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração as Demonstrações Contábeis Em 31/12/2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto operacional: a forpart s.a. – Em liquidação (“companhia”), sociedade de capital aberto com sede na cidade do rio de janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista, a operação de serviço móvel celular, a prestação de outros serviços públicos de telecomunicações, a importação, exportação e comercialização de bens ou equipamentos relacionados aos serviços públicos de telecomunicações, a elaboração de projetos, execução, implementação, comercialização, operação, manutenção e faturamento de sistemas relacionados aos serviços públicos de telecomunicações. A companhia propôs uma série de ações judiciais contra companhias de telefonia, objetivando o recebimento de indenização pelo descumprimento de contratos de participação financeira em investimentos do serviço telefônico que concediam aos seus titulares o direito ao recebimento de ações de emissão da então telebrás ou de suas subsidiárias – posteriormente privatizadas. Tais contratos foram firmados originalmente pelos assinantes das linhas telefônicas e seus direitos transferidos à companhia por instrumento em causa própria. As ações judiciais foram propostas no rio de janeiro, são paulo, minas gerais, santa catarina e paraná em face das companhias de telefonia destes estados. Em assembleia geral extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2012 foi deliberada a dissolução e início da liquidação da companhia, em razão da falta de perspectiva de novos investimentos e da ineficiência da gestão do seu patrimônio de renda variável. Em assembleia geral extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2013 foi deliberado e aprovado o laudo de liquidação antecipada da companhia, com a proposta de entrega de bens, direitos e valores aos acionistas, remanescendo na companhia um saldo de caixa, cujo montante foi avaliado pelo liquidante como sendo suficiente para dar seguimento ao processo de dissolução anteriormente aprovado. A companhia possui pendências jurídicas e administrativas a serem concluídas impedindo a conclusão da sua liquidação. Não é possível, ainda, a administração estabelecer um cronograma de liquidação, tendo em vista que as pendências jurídicas e administrativas estão sujeitas ao andamento dos órgãos julgadores, que fogem do controle da companhia. Adicionalmente, a cessão imediata para os seus acionistas pode colocar em risco o desfecho dos referidos processos. Os direitos discutidos nas ações judiciais em curso contra as companhias de telefonia, nas quais a companhia figura como autora, não possuem custo contábil associado, o que impossibilita a contabilização de valores a serem transferidos aos sócios da companhia. A companhia não vem exercendo atividades operacionais e apresenta prejuízos recorrentes. Caso seja necessário obterá aporte de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo. **2 - Apresentação das demonstrações contábeis em liquidação:** **2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis - A) declaração de conformidade** - As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no brasil e com a nbc tg 900 – entidades em liquidação. As demonstrações contábeis da companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica opc 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados

quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela administração em 25 de março de 2026. **B) base de mensuração** - Considerando que foram preparadas no pressuposto da não continuidade das operações, quando aplicável, os ativos foram ajustados a seus valores recuperáveis, assim como, foram reconhecidos todos os passivos de obrigações contratuais gerados pelo encerramento das operações. **C) moeda funcional e de apresentação** - As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a companhia opera (“moeda funcional”). **D) uso de estimativas e julgamentos** - A elaboração das demonstrações contábeis em liquidação requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da administração da companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações anuais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da companhia em 31 de dezembro de 2024. **2.2. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente** - Não houve alterações significativas, para essas demonstrações contábeis, nos pronunciamentos e interpretações contábeis em relação aos divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações contábeis da companhia, estão descritas a seguir. A companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento	Emissão	Destques	Vigência
IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements	Abril de 2024	A norma busca endereçar demandas de investidores por informações mais relevantes e comparáveis divulgadas nas demonstrações contábeis das entidades. A IFRS 18 introduz alterações nas demonstrações de resultado com três novas categorias de receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - dois subtotais obrigatórios, e alterações no agrupamento de saldos. Além disso, traz a obrigatoriedade de divulgações em nota explicativa sobre medidas de desempenho definidas pela Administração, alterações na demonstração dos fluxos de caixa e novos requisitos de apresentação de despesas por natureza ou função.	Exercícios iniciados a partir de 1o de janeiro de 2027
Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Julho de 2024	Em julho de 2024, o IASB emitiu o documento Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11, que faz pequenas alterações às IFRS 1 (CPC 37 (R1)), IFRS 7 (CPC 40 (R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e IAS 7 (CPC 03 (R2)).	Exercícios iniciados a partir de 1o de janeiro de 2026
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.	Maio de 2024	IFRS 19 é uma nova norma de aplicação voluntária que permite entidades elegíveis fornecerem divulgações reduzidas ao aplicar os padrões contábeis IFRS em suas demonstrações contábeis.	Exercícios iniciados a partir de 1o de janeiro de 2026

3 - Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados. **a) Demonstração dos ativos líquidos** - A demonstração dos ativos líquidos é apurada pelo regime de competência. **b) caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em aplicações financeiras, conforme nota explicativa nº 4. **c) tributos a recuperar** - São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais, conforme nota explicativa nº 5. **d) imposto de renda e contribuição social** - São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das informações contábeis. A companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda (irpj) é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$240 mil ano ou R\$ 20 mil mês. A contribuição social sobre o lucro líquido (csll) é calculada com base na alíquota de 9%. A companhia não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. O saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido é de R\$4.352 Em 31 de dezembro de 2025. **e) demonstração dos fluxos de caixa** - As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto e estão apresentadas de acordo com o cpc 03 (r2) – demonstração dos fluxos de caixa.

	31/12/2025	31/12/2024
4 - Caixa e equivalentes de caixa		
Aplicações financeiras (a)	52	104
	52	104

(a) As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de quotas de

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Forpart S.A. – Em liquidação voluntária - Rio de Janeiro - RJ - **Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis da Forpart S.A. – Em liquidação voluntária (Companhia), que compreendem a demonstração dos ativos líquidos em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações da mutação dos ativos líquidos e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Forpart S.A. – Em liquidação voluntária em 31 de dezembro de 2025 e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades em liquidação, conforme previsto na NBC TG 900 – Entidades em Liquidação. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. **Acreditamos** que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **ênfase** - **Processo de dissolução/liquidação voluntária aprovado pelos acionistas** - Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 das demonstrações contábeis em liquidação, os acionistas deliberaram, em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 27 de dezembro de 2012 e 19 de fevereiro de 2013, aprovar a dissolução/liquidação das operações da Companhia de forma voluntária e respectivo laudo de avaliação, respectivamente (em razão da falta de perspectiva de novos investimentos e da ineficiência da gestão do seu patrimônio de renda variável). Em 2013, foi realizada a entrega antecipada de parte dos ativos e passivos aos acionistas. A Companhia possui pendências jurídicas e administrativas que estão sendo concluídas e que impedem a sua liquidação imediata. Consequentemente, as demonstrações contábeis foram preparadas em base de liquidação e, portanto, a valorização dos ativos e passivos foi efetuada sob esta premissa, de acordo com o previsto na NBC TG 900 - Entidades em Liquidação. Como consequência, a Companhia alterou a base contábil de continuidade (“going concern”) para base de liquidação de forma voluntária. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. **Ativo financeiro ao valor de liquidação - Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria** - Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía aplicações financeiras em cotas de fundos de investimento no valor de R\$ 52 mil. A mensuração do valor das respectivas cotas é realizada pelo administrador do fundo, seguindo a política de remuneração definida no respectivo regulamento, e reconhecida contabilmente ao valor de liquidação. Em razão da representatividade desse saldo, entendemos que a existência e a mensuração desses ativos financeiros constituem uma área de risco e, dessa forma, um principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi tratado na nossa auditoria** - Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, dentre outros: • obtenção de confirmações externas junto à instituição financeira administradora do fundo, com o objetivo de evidenciarmos a existência e valorização das cotas detidas pela Companhia e respectivos registros nas demonstrações contábeis; • recálculo dos rendimentos apurados sobre o ativo financeiro, com base nos critérios de remuneração estabelecidos pelo instrumento; • avaliação se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para o reconhecimento, mensuração e divulgação dos referidos ativos, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado** - A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo** - O exame das demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação em 7 de março de

Fundo	Ni-vel	Adminis-trador	Quant. de Cotas	Va-lor	Quant. de Cotas	Va-lor
Itaú Top RF Referenciado						
DI FIFCIC RL	1	Itaú	6.164,53	52	14.271,90582	104
5 - Tributos a recuperar						
Imposto de renda				5	3	3

A restituição do imposto de renda é prevista em lei e pode ser revertida em caixa por meio de solicitação de restituição. O tributo a recuperar não se encontra prescrito. **6 - Partes relacionadas:** De acordo com a ata de assembleia geral ordinária e extraordinária de 30 de abril de 2025, foi fixado montante global da remuneração dos administradores para 2025 em até R\$390. Em ata de reunião do conselho de administração de 6 de maio de 2025, houve a aprovação para que cada diretor e conselheiro receba R\$3 mensais durante o exercício de 2025. Em ato contínuo, nesta mesma data, foi assinado o termo de renúncia à remuneração por todos os diretores e conselheiros da companhia. A companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoa-chave da administração ou qualquer outra operação com parte relacionada durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **7 - Ativos líquidos:** Os ativos líquidos estão representados por 890.744.064 Ações, sendo 854.933.621 Ordinárias e 35.810.443 Preferenciais, todas sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso i do artigo 17 da lei nº 6.404/76, Com redação dada pela lei nº 10.303/01.

	De 01/01/2025 a 31/12/2025	De 01/01/2024 a 31/12/2024
8 - Despesas administrativas		
Auditoria externa	(26)	(22)
Publicações	(15)	(15)
Serviços do sistema financeiro	(17)	(16)
	(58)	(53)

9 - Estrutura do gerenciamento de risco: A administração da companhia tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco da companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. A companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da administração. A companhia analisou sua exposição a risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam a companhia podem ser assim resumidos: **Risco de juros** - A companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexados ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros. **Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de a companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelos valores dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial. No que tange as instituições financeiras, a companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco. **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco em que a companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da companhia. **Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros** - O cpc 40 (r1) – instrumentos financeiros: evidênciação estabelece que a entidade deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros. A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela administração da companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2025:

Operação	Fator de risco	cenário provável	cenário I - deterioração de 25%	cenário II - deterioração de 50%
Ativos				
Indexador	CDI	12,25%	9,19%	6,13%
Aplicações financeiras R\$ 52 em 31 de dezembro de 2025		6,37	4,78	3,19

(*) Relatório focus – bacen, em 16 de janeiro de 2026. A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela administração da companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2024:

Operação	Fator de risco	cenário provável	cenário I - deterioração de 25%	cenário II - deterioração de 50%
Ativos				
Indexador	CDI	14,75%	11,06%	7,38%
Aplicações financeiras R\$104 em 31/12/2024		15,34	11,51	7,67

Liquidante - Norberto Aguiar Tomaz
 Contador: Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque - CRC-RJ 087065/O-8

2025. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a norma NBC TG 900 – Entidades em Liquidação, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis em liquidação voluntária, a administração é responsável pelos critérios de avaliação aplicáveis na mudança da base de continuidade das operações para base contábil de liquidação, quando aplicável, bem como pelos assuntos relacionados com a sua liquidação e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis em liquidação voluntária. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de não continuidade operacional. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis preparadas em base de liquidação voluntária representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 25 de março de 2026

Grant Thornton
 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
 CRC SP-025.583/F-2
 Rodrigo Souza Fidalgo
 Contador CRC 1RJ-115.816/O-5

SUDESTE S.A.

CNPJ: 02.062.747/0001-08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Em 31 de dezembro de 2025 - Cumpre-nos informar que a Sudeste S.A. ("Companhia") não realizou e/ou promoveu nenhuma mudança administrativa. Em dezembro de 2023, a Companhia adquiriu 13.960.806 ações sem valor nominal de emissão do Grupo Salta Educação S.A. ("Grupo Salta"), segregadas em 9.517.716 ações ordinárias nominativas e 4.443.090 ações preferenciais nominativas, perfazendo a participação de 3,72% no capital social do Grupo Salta. Em dezembro de 2025 a participação no capital social do Grupo Salta é de 3,7289% (3,7389% em 31 de dezembro de 2024), totalizando 14.986.363 ações sem valor nominal, segregadas em 10.216.885 ações ordinárias nominativas e 4.769.478 ações preferenciais nominativas. A Companhia possui o direito de indicar um membro titular no Conselho de Administração da Investida. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício poderão ser examinados através das próprias Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas. Colocamo-nos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais. **Divulgação de Informações Sobre Serviços de Não Auditoria Independente** - Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes – Grant Thornton Auditores Independentes, informamos que não há outros serviços prestados pelos mesmos a SUDESTE S.A. Rio de Janeiro, 27 de março de 2026. **SUDESTE S.A.**

Balancos patrimoniais - Em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Demonstrações das mutações do patrimônio líquido						
Ativo				Referente aos exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	Notas	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	4	250	124							
Tributos a recuperar	5	8	5							
Dividendos a receber	6	-	187							
		258	316							
Não Circulante										
Investimentos	6	134.464	131.095							
		134.464	131.095							
Total do Ativo		134.722	131.411							
Passivo e Patrimônio Líquido										
Circulante										
Impostos e contribuições a recolher		4	1							
		4	1							
Patrimônio Líquido										
Capital social		134.612	134.462							
Outros resultados abrangentes		(322)	(296)							
Lucros (prejuízos) acumulados		-	(2.756)							
Reservas de lucros		428	-							
		134.718	131.410							
Total do Passivo e Patrimônio líquido		134.722	131.411							

Demonstrações do resultado - Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quantidade média ponderada de ações e o lucro básico e diluído por ação)

Receitas (despesas) operacionais	Notas	2025	2024
Despesas gerais e administrativas	9	(241)	(169)
Equivalência patrimonial	6	4.513	2.905
Outras receitas operacionais	6	328	-
Resultado antes do resultado financeiro		4.600	2.736
Resultado financeiro			
Resultado financeiro líquido		30	11
Lucro líquido do exercício		4.630	2.747
Lucro básico e diluído por ação - (Em R\$)	7.c	0,0000006	0,0000001
Quantidade média ponderada de ações		7.507.081.667.594	7.360.623.741.729

Demonstrações do resultado abrangente - Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Resultado do exercício	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Outros resultados abrangentes:		4.630	2.747
Ajuste de avaliação patrimonial	7.d	(26)	(296)
Resultado abrangente do exercício		4.604	2.451

Demonstrações dos fluxos de caixa - Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício		4.630	2.747
Equivalência patrimonial	6	(4.513)	(2.905)
Outras receitas operacionais		(328)	-
Resultado do exercício ajustado		(211)	(158)
Aumento de ativos:			
Tributos a recuperar		(3)	-
Aumento de passivos:			
Impostos e contribuições a recolher		3	1
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(211)	(157)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de investimento	6	-	(7.141)
Recebimento de dividendos	6	1.633	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		1.633	(7.141)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	7a	150	7.289
Antecipação de dividendos	7b	(1.446)	-
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento		(1.296)	7.289
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		126	(9)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		124	133
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		250	124
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		126	(9)

Demonstrações do valor adicionado - Referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Insumos adquiridos de terceiros	31/12/2025	31/12/2024
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(216)	(176)
Valor adicionado bruto	(216)	(176)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(216)	(176)
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	4.513	2.905
Receitas financeiras	30	11
Outras transferências recebidas	328	-
	4.871	2.946
Valor adicionado total a distribuir	4.655	2.770
Distribuição do valor adicionado	4.655	2.770
Impostos, taxas e contribuições	25	23
Federais	21	20
Estaduais	4	3
Remuneração de Capitais Próprios	4.630	2.747
Lucros retidos	4.630	2.747

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis Referente ao exercício findo em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Sudeste S.A. ("Companhia"), companhia listada junto à Comissão de Valores Mobiliários com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; participação em empreendimentos imobiliários; participação como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2023, foi aprovado o aumento de capital da Companhia com a emissão de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, integralizado em bens representativos de ações de emissão do Grupo Salta Educação S.A. ("Grupo Salta"). **2. - Apresentação das Demonstrações Contábeis: 2.1. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis - a) Declaração de conformidade** - As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As Demonstrações Contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCP 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. A emissão das Demonstrações Contábeis foi aprovada pela diretoria em 27 de março de 2026. **b) Base de mensuração** - As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (d). **c) Moeda funcional e de apresentação** - As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). **d) Uso de estimativas e julgamentos** - Ao preparar as Demonstrações Contábeis, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2024. **2.2. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente** - Não houve alterações significativas para essas Demonstrações Contábeis, nos Pronunciamentos e Interpretações Contábeis em relação aos divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas Demonstrações Contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

2.3. Continuidade operacional: A Administração tem, na data de aprovação das Demonstrações Contábeis, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional. Portanto, a Companhia continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das Demonstrações Contábeis. **3 - Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas Demonstrações Contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **a) Apuração do resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência. **b) Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem aplicações financeiras. **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4. **(ii) Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **(iii) Hierarquia de valor justo** - A Companhia aplica a hierarquia do valor justo introduzida pelo CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para todos os itens mensurados ao valor justo. A hierarquia concede prioridade máxima aos inputs do Nível 1 e prioridade mínima aos inputs do Nível 3. As premissas de cada nível seguem: Nível 1: são preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode acessar na data de mensuração. Nível 2: são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente. Nível 3: são inputs baseados em dados não-observáveis. **c) Tributos a recuperar** - São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais, conforme Nota Explicativa nº 5. **d) Investimentos** - O investimento está avaliado pelo método de equivalência patrimonial. O investimento da Companhia é avaliado com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária. O ágio relacionado é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura ("goodwill") integrar o valor contábil do investimento (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. A Companhia avalia o valor recuperável desses ativos anualmente, por meio de teste de redução ao valor recuperável ("impairment") ou quando há eventuais indicativos que possam representar necessidade de ajustes no valor de recuperação desses ativos. Esse ágio está economicamente fundamentado por meio de rentabilidade futura das operações da investida Grupo Salta. **e) Passivo circulante** - São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. **f) Imposto de renda e contribuição social** - São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das Demonstrações Contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240 mil/ano ou R\$ 20 mil/mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. **g) Resultado básico e diluído por ação** - O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, conforme Nota Explicativa nº 7c. **h) Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)** - A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico OCP 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, aplicáveis a companhias abertas. **i) Demonstrações dos Fluxos de Caixa** - As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras (a)	250	124
Total	250	124

(a) As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de quotas de fundos de investimentos de renda fixa, mantidos em instituições de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2025 a remuneração média foi de 100% do CDI (89,24% em 31 de dezembro de 2024). A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras (em milhares de reais, exceto quantidade de cotas):

Fundo	Admi- nistra- vel	Quant. de Cotas	31/12/2025 Valor	31/12/2024 Valor	
Itaú Top RF Referenciado DI FIFCIC RL	1	Itaú	17.911,70	149	16.983
Itaú Soberano RF Simples FIFCIC RL	1	Itaú	1.234,30	101	-
Total			250	124	

5 - Tributos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ 2025	6	-
IRPJ 2024	2	2
IRPJ 2023	-	3
Total	8	5

6 - Investimentos: Refere-se a participação de 3,7289% (3,7389% em 31 de dezembro de 2024) no capital social do Grupo Salta, totalizando 14.986.363 ações sem valor nominal, segregadas em 10.216.885 ações ordinárias nominativas e 4.769.478 ações preferenciais nominativas. A Companhia possui o direito de indicar um membro titular no Conselho de Administração da Investida. Em 20 de maio de 2024, a Companhia integralizou o valor de R\$ 7.141 no investimento. Em 7 de maio de 2025, a Companhia recebeu o montante de R\$ 187 a título de dividendos a receber da investida. Posteriormente, em 19 de dezembro de 2025, a Companhia recebeu o montante de R\$ 1.446 a título de dividendos a receber da investida.

Saldo inicial do investimento

	31/12/2025	31/12/2024
Aumento de capital	131.095	121.532
Equivalência patrimonial	-	7.141
Equivalência reflexa	4.513	2.905
Dividendos a receber	(26)	(296)
Dividendos recebidos	187	(187)
Ganho na variação de participação	(1.633)	-
Saldo final do investimento	134.464	131.095

Investimento a valor patrimonial
 Ágio na aquisição do investimento (*)
Saldo do investimento

	31/12/2025	31/12/2024
(*) Ágio pago na aquisição de ações do Grupo Salta, ocorrida em dezembro de 2023. O teste de recuperação do ativo da Companhia é efetuado anualmente e não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados indícios de que esse ativo tenha sofrido desvalorização. A Companhia se utilizou de transação de mercado ocorrida em 25 de novembro de 2025 para efetuar a análise de recuperabilidade do ágio, em que o Grupo Salta divulgou fato relevante sobre a alienação de participação acionária então detida por acionista "VFP XII F Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada" relevante da totalidade das ações detidas no Grupo Salta, sendo 78.318.494 ações ordinárias e 25.500.000 ações preferenciais, as quais representam 26,04% do capital social da investida. O Grupo Salta é uma companhia de capital aberto, registrada na categoria A na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, com sede no Rio de Janeiro, Brasil, que atua, em conjunto com as suas controladas, em duas frentes de negócio relacionadas à prestação de serviços educacionais (ensino infantil, ensino fundamental e médio) e venda de material didático socioeconômico. As ações do Grupo Salta estão registradas no segmento Nível 2 da B3 S.A.	47.256	43.887
	87.208	87.208
Saldo do investimento	134.464	131.095

- Brasil, Bolsa, Balcão, sob os códigos de negociação SALT3 para as ações ordinárias, SALT5 para as ações preferenciais classe A, e SALT6 para as ações preferenciais classe B. A Companhia é acionista minoritária do Grupo Salta em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, e considera que o Grupo Salta é uma coligada por possuir influência significativa em suas operações, por possuir direito de indicar membro no Conselho de Administração, por possuir direitos de veto sobre matérias estratégicas e vinculação ao acordo de acionistas. Dessa forma, o investimento no Grupo Salta é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis da coligada Grupo Salta Educação S.A. estão resumidas a seguir:

Balancos patrimoniais	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante	1.529.849	1.073.316
Ativo não circulante	3.577.875	3.208.870
Total do ativo	5.107.724	4.282.186
Passivo circulante	869.998	939.854
Passivo não circulante	2.971.479	2.168.511
	3.841.477	3.108.365
Patrimônio líquido	1.266.247	1.173.821
Total do passivo e patrimônio líquido	5.107.724	4.282.186
Demonstrações do Resultado do Exercício	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	2.791.597	2.204.231
Custos dos serviços prestados	(1.437.465)	(1.126.993)
Resultado bruto	1.354.132	1.077.238
Receitas (despesas) operacionais	(884.244)	(741.303)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	469.888	335.935
Resultado financeiro	(308.959)	(264.918)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	160.929	71.017
Imposto de renda e contribuição social	(39.904)	5.367
Lucro (prejuízo) do exercício	121.025	76.384
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa utilizados nas atividades de operacionais	417.542	278.423
Caixa e equivalentes de caixa utilizados nas atividades de investimentos	(694.810)	(400.877)
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das atividades de financiamentos	195.796	186.901
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(81.472)	64.447
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	176.168	111.721
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	94.696	176.168

7 - Patrimônio Líquido (em milhares de Reais, exceto quantidade de ações): a) **Capital social** - O capital social de R\$ 134.612 está representado por 7.530.483.602.362 em 31 de dezembro de 2025 (7.521.985.933.553 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital, independentemente de decisão em assembleia, até o limite de R\$ 2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 20 de maio de 2024, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$ 7.138 e a emissão de 408.488.572.334 (quatrocentos e oito bilhões, quatrocentos e oitenta e oito milhões, quinhentos e setenta e dois mil e trezentos e trinta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de julho de 2024, foi deliberado o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 150, mediante a emissão privada de 8.586.934.121 (oito bilhões, quinhentos e oitenta e seis milhões, novecentos e trinta e quatro mil e cento e vinte e um) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2025, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$ 150 e a emissão de 8.497.668.806 (quatrocentos e oito bilhões, quatrocentos e oitenta e oito milhões, quinhentos e setenta e dois mil e trezentos e trinta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O aporte foi recebido em 16 de maio de 2025. **b) Dividendos** - Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Os dividendos propostos estão sujeitos à aprovação pela Assembleia de Acionistas ao fim de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os dividendos foram calculados da seguinte forma:

	31/12/2025

Operação		Fator de risco	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Ativos					
Indexador		CDI	14,75%	11,06%	7,38%
Aplicações financeiras					
R\$ 124 em 31 de dezembro de 2024 (Nota Explicativa no 4)			18	14	9
12 - Eventos subsequentes: Em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 09 de janeiro de 2026 ocorreu a redução do capital social da Companhia em R\$ 35.624, por julgá-lo excessivo em relação às atividades desenvolvidas pela Companhia, passando o capital social de R\$ 134.612 para R\$ 98.988, realizado mediante restituição do valor aos acionistas da Companhia. A restituição do valor ocorreu integralmente, que faz jus ao valor de R\$ 35.624 mediante a entrega de 9.265.885 de ações ordinárias e de 1.790.478 ações preferenciais de classe A, nominativas e sem valor nominal de emissão da investida Grupo Salta, de titularidade da Companhia, avaliadas na data-base de 30 de novembro de 2025.					
DIRETORIA					
Diogo Alexandre de Melo Bahia			Norberto Aguiar Tomaz		
Contador: Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque - CRC-RJ 087065/O-8					

continuação...

tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. **Riscos de crédito** - Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelos valores dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial. No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instrumentos financeiros de primeira linha, consideradas de baixo risco. **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco de juros** - A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexados ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros. **Riscos**

fiscais - As declarações de IRPJ e CSLL apresentadas durante os cinco últimos anos estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais. Outros impostos estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando em cada caso o prazo de prescrição. **Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros** - O CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece que a entidade deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros. A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2025:

Operação	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Ativos				
Indexador	CDI (*)	12,25%	9,19%	6,13%
Aplicações financeiras				
R\$ 250 em 31 de dezembro de 2025 (Nota Explicativa no 4)		31	23	15

(*) Relatório Focus - Bacen de 20 de fevereiro de 2026. A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2024:

Relatório dos Auditores Independentes Sobre às Demonstrações Contábeis

efetuados, consideramos que as premissas, metodologias e modelos utilizados pela Companhia para a mensuração, reconhecimento e divulgação dos valores relacionados aos investimentos em coligadas, incluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura, são razoáveis, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as evidências obtidas no contexto daquelas demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)** - A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo** - O exame das demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação em 25 de março de 2025. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais

de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2026

Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. CRC SP-025.583/F-2

Rodrigo Souza Fidalgo Contador CRC 1RJ-115.816/O-5

Rio de Janeiro

OUTONO: Sol dom nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

Manhã  Tarde  Noite  **33°** **22°** **55%** **06:03** **18:00**

Concurso público

Colégio Militar reabre inscrição para candidatos com deficiência

O Colégio Militar reabriu prazo de inscrições de candidatos com deficiência para o concurso público da instituição, em atendimento à recomendação do Ministério Público Federal (MPF).

São oferecidas 80 vagas para a carreira do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico.

Os candidatos com deficiência poderão se inscrever até o próximo dia 6 de abril, por meio da plataforma eletrônica do concurso.

As 80 vagas do concurso nacional são destinadas a unidades de ensino em 13 unidades brasileiras: Belém, Brasília, Manaus, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte, Campo Grande, Curitiba, Porto Alegre, Juiz de Fora e Santa Maria.

IGUALDADE

A medida foi adotada após o MPF identificar falhas no edital, que comprometem a igualdade de condições do concurso.

Inicialmente, o Colégio Militar exigia a entrega presencial de documentos no Rio de Janeiro, o que, segundo o MPF, criava barreira institucional,

logística e financeira desproporcionada aos candidatos autodeclarados com deficiência, sobretudo aos que moram em regiões mais distantes.

Havia também a fixação de prazo reduzido para esse grupo de candidatos. Com a medida, a instituição restringiu o acesso aos candidatos que necessitam de maior acessibilidade.

No texto, o MPF destacou a importância da garantia de ações afirmativas para ampliar a inclusão social e a igualdade material de oportunidades.

“É necessário adotar medidas que eliminem barreiras estruturais e institucionais com a finalidade de assegurar condições reais de participação para grupos historicamente vulnerabilizados”, destacou a instituição.

Diante das irregularidades, o MPF decidiu pela reabertura do prazo de inscrição, além da substituição da entrega presencial de documentos por meios eletrônicos ou postais. Também foi recomendada a ampla divulgação das alterações no edital, a fim de garantir transparência e alcance nacional das medidas.

DIRETA OU INDIRETA

STF marca para 8 de abril decisão sobre eleição para governador do RJ

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, comunicou ontem que o plenário prevê analisar, em sessão presencial no dia 8 de abril, a vacância do cargo de governador do estado do Rio de Janeiro. Os ministros vão decidir se a eleição será indireta, feita pelos deputados estaduais, ou direta, quando a população vai às urnas votar.

“A deliberação do Plenário, orientada pelos princípios da legalidade constitucional, da segurança jurídica e da estabilidade institucional, terá por finalidade fixar a diretriz juridicamente adequada à condução do processo sucessório no Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com a ordem constitucional e a legislação eleitoral vigente”, diz o comunicado.

Na noite de sexta-feira, o ministro Cristiano Zanin concedeu uma decisão liminar que suspendeu a eleição indireta para o cargo. O pedido

atendeu a uma reclamação do Partido Social Democrático (PSD) no Rio de Janeiro, que defende votação direta para a escolha de quem comandará o governo do estado no mandato-tampão até 31 de dezembro de 2026. A decisão de Zanin foi tomada no mesmo dia em que outra decisão do próprio STF validou a eleição indireta para o governo fluminense, referente à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7942.

Na decisão, Zanin cita seu entendimento em prol do voto direto, divergente da maioria do STF. Ele classificou a renúncia do governador Cláudio Castro, no dia 23, como uma tentativa de burlar a Justiça Eleitoral.

Até que o assunto seja resolvido, Zanin determinou que o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), Ricardo Couto de Castro, ocupe interinamente o posto de governador.

ENTENDA O CASO

Na quinta-feira passada, a Assembleia Legislativa do Estado do

PL pede que governo tampão do RJ seja exercido por presidente da Alerj

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Partido Liberal (PL) pediu ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o comando interino do governo do Rio de Janeiro seja transferido para o futuro presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

O pedido foi feito após o Su-

premo suspender o julgamento que vai decidir se as eleições para o mandato-tampão de governador serão realizadas de forma direta, com voto popular, ou indireta, por meio dos votos dos deputados da Alerj.

Com a decisão, o presidente do Tribunal de Justiça do Rio, Ricardo Couto de Castro, ficará a cargo até a Corte decidir a

Rio de Janeiro (Alerj) elegeu um novo presidente da Casa que iria assumir o governo do estado interinamente após a saída do ex-governador Cláudio Castro. Horas depois, a presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargadora Suely Lopes Magalhães, anulou a votação.

Nesse mesmo dia, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), Cláudio de Mello Tavares, marcou para a hoje, às 15h, sessão que irá recontar os votos para o cargo de deputado estadual nas eleições de 2022.

O tribunal determinou que os votos recebidos pelo deputado Ricardo Bacellar devem ser retotalizados, ou seja, ele deve perder o cargo. Ainda cabe recurso da decisão. Essa medida poderá impactar na composição para a Alerj.

O vácuo na sucessão de Castro começou com sua saída no dia 23 quando ele renunciou ao cargo para concorrer ao Senado

nas eleições de outubro. Na linha sucessória, deveriam assumir o cargo o vice-governador ou o presidente da Alerj, mas o vice, Thiago Pampolha, que assumiu um cargo no Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ), saiu em 2025 e o então presidente da Alerj, Rodrigo Bacellar, está afastado do cargo.

Na terça-feira passada, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) condenou Castro à inelegibilidade pelo prazo de oito anos, a contar do pleito de 2022. Dessa forma, o ex-governador deve ser impedido de disputar eleições até 2030. Castro disse que irá apresentar recurso contra a decisão.

Ele foi condenado em um processo por abuso de poder político e econômico na campanha à reeleição, em 2022. Nessa mesma ação, Thiago Pampolha foi condenado ao pagamento de multa. O TSE também declarou inelegível o deputado estadual Rodrigo Bacellar, ex-secretário de governo de Castro.

bleia, diante da ausência do governador e vice.

“É exatamente essa explicitação que se requer. O exercício interino da chefia do Poder Executivo do estado do Rio de Janeiro pelo presidente do Tribunal de Justiça possui natureza subsidiária, temporária, excepcional e instrumental, somente subsistindo enquanto inviável a investidura do primeiro sucessor constitucional”, disse o partido.

Na semana passada, a Justiça do Rio anulou a votação da Alerj que elegeu o deputado Douglas Ruas (PL) para a presidência da Casa.

Diário do Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

Parcom Participações S.A. – Em liquidação

CNPJ 00.185.475/0001-08

têm direito a voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 10.303/01. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de julho de 2025 foi aprovada a redução do capital social da Companhia em R\$ 20.440, sem o cancelamento de ações. A redução de capital ora aprovada será realizada mediante a absorção dos prejuízos acumulados da Companhia, na quantia de R\$ 3.440, e da restituição do valor de R\$ 17.000 ao único acionista da Companhia, em moeda corrente nacional, por julgá-lo excessivo em relação às atividades desenvolvidas pela Companhia. O valor de R\$ 17.000 foi pago em 09 de setembro de 2025.b)Destinação do lucro O estatuto assegura aos acionistas o pagamento de dividendo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Não houve distribuição de dividendos devido à prejuízos acumulados. 10 - Despesas administrativas	Exclusões (162) (11.333) Atualização de créditos tributários - (7) Atualização de depósitos judiciais (162) (1.160) Reversão de provisão - (10.166)				
Armazenagem (46) (40) Auditoria externa (26) (22) Publicações (20) (19) Serviços jurídicos (367) (81) Outras despesas (18) (17) Total (477) (179)	Lucro real antes da compensação do prejuízo fiscal 3.308 403				
11-Despesas Tributárias	Compensação do prejuízo fiscal (30%) (993) (121) Base de Cálculo 2.315 282 Imposto de renda e contribuição Social 13 - Resultado Financeiro, Líquido (763) (72)				
PIS e Cofins (185) (29) Impostos não compensados (5) (162) Taxas estaduais - (2) Total (190) (193)	De 01/01/2025 a 31/12/2025 De 01/01/2024 a 31/12/2024				
12 - Imposto de Renda e Contribuição Social	Receitas financeiras: Rendimento de aplicação financeira 1.504 613 Atualização depósito judicial 356 1.160 Atualização de tributos a recuperar 7 Total 1.860 1.780				
Varição dos ativos líquidos antes do IRPJ 1.140 10.941 Adições 2.330 795 Provisões tributárias (Nota Explicativa nº 8) 46 211 Despesas não dedutíveis 6 167 Atualização de depósito judicial realizado em caixa 2.278 - Reversão de atualização de depósito judicial - 417	Despesas financeiras: Reversão de atualização depósito judicial - 417 Total 1.860 1.363				
	14 -Estrutura do Gerenciamento de RiscoA Administração da Companhia tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.A Companhia analisou sua exposição ao risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam a Companhia podem ser assim resumidos: Risco de Juros A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexados ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.				
	De 01/01/2025 a 31/12/2025 De 01/01/2024 a 31/12/2024				
	Fator de risco provável	Cenário de 25%	Cenário I – deterioração de 25%	Cenário II – deterioração de 50%	
	Operação Ativos Indexador CDI	12,25%	9,19%	6,13%	
	Aplicações financeiras R\$ 1.440 em 31 de dezembro de 2025	176	132	88	
	A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2024:				
	Fator de risco provável	Cenário de 25%	Cenário I – deterioração de 25%	Cenário II – deterioração de 50%	
	Operação Ativos Indexador CDI	14,75%	11,06%	7,38%	
	Aplicações financeiras R\$ 5.989 em 31/12/2024	- 883	663	442	
	Liquidante Norberto Aguiar Tomaz				
	Contador: Marcelo Seixas Cavalanti de Albuquerque CRC/RJ 087065/O-8				

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Parcom Participações S.A. – Em liquidação voluntária** Rio de Janeiro – RJ Opinião Examinamos as demonstrações contábeis da Parcom Participações S.A. – Em liquidação voluntária (Companhia), que compreendem a demonstração dos ativos líquidos em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações da mutação dos ativos líquidos e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Parcom Participações S.A. – Em liquidação voluntária em 31 de dezembro de 2025 e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades em liquidação, conforme previsto na NBC TG 900 – Entidades em liquidação. Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **ênfase Processo de dissolução/ liquidação voluntária aprovado pelos acionistas** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 das demonstrações contábeis em liquidação, os acionistas deliberaram, em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 27 de dezembro de 2012 e 20 de fevereiro de 2013, aprovar a dissolução/ liquidação das operações da Companhia de forma voluntária e respectivo laudo de avaliação, respectivamente (em razão da falta de perspectiva de novos investimentos e da ineficiência da gestão do seu patrimônio de renda variável). Em 2013 foi realizada a entrega antecipada de parte dos ativos e passivos aos acionistas. A Companhia possui pendências jurídicas e administrativas que estão sendo concluídas e que impedem a sua liquidação imediata. Consequentemente, as demonstrações contábeis foram preparadas em base de liquidação e, portanto, a valorização dos ativos e passivos foi efetuada sob esta premissa, de acordo com o previsto na NBC TG 900 – Entidades em Liquidação. Como consequência, a Companhia alterou a base contábil de continuidade (“going concern”) para base de liquidação de forma voluntária. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto. Principais Assuntos de Auditoria (PAA) Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. Ativo financeiro ao valor de liquidação **Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía aplicações financeiras em cotas de fundos de investimento no valor de R\$ 1.440 mil. A mensuração do valor das respectivas cotas é realizada pelo administrador do fundo, seguindo a política de remuneração definida no respectivo regulamento, e reconhecida contabilmente ao valor de liquidação. Em razão da representatividade desse saldo, entendemos que a existência e a mensuração desses ativos financeiros constituem uma área de risco e, dessa forma, um principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi tratado na nossa auditoria** Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, dentre outros: obtenção de confirmações externas junto à instituição financeira administradora do fundo, com o objetivo de evidenciar a existência e valorização das cotas detidas pela Companhia e respectivos registros nas demonstrações contábeis; recálculo dos rendimentos apurados sobre o ativo financeiro, com base nos critérios de remuneração estabelecidos pelo instrumento; avaliação se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para o reconhecimento, mensuração e divulgação dos referidos ativos, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Impostos incidentes sobre a atualização monetária de depósitos judiciais **Motivo da inclusão como principal assunto de auditoria** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$ 1.642 mil atualizados pela variação da Selic como receita financeira. **Como o assunto foi tratado na nossa auditoria** Nossos

procedimentos de auditoria compreenderam, dentre outros: recálculo da atualização monetária dos depósitos judiciais e confronto com os registros contábeis; verificação do recebimento das restituições de depósitos judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2025; recálculo dos impostos incidentes sobre a receita financeira de atualização monetária dos depósitos judiciais e avaliação se estavam reconhecidos de acordo com o regime de competência; avaliação se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração. Durante a execução desses procedimentos, identificamos uma deficiência nos controles internos da Companhia relacionada ao processo de registro dos impostos incidentes sobre a receita financeira de atualização monetária dos depósitos judiciais (de acordo com o regime de competência de exercícios), que resultou na necessidade de ajustes nas demonstrações contábeis, inclusive com efeitos em exercícios anteriores, conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.1. Em nossa avaliação, tal deficiência constituiu uma deficiência significativa no ambiente de controles internos da Companhia. Desta forma, revisamos nossa avaliação dos riscos relacionados ao tema e alteramos nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos originalmente planejados, a fim de obtermos evidências de auditoria apropriadas e suficientes. A referida deficiência significativa foi comunicada aos responsáveis pela governança, observando as normas de auditoria. Com base nos procedimentos de auditoria realizados (e considerando os ajustes efetuados pela administração) consideramos que as premissas, metodologias e pressupostos utilizados pela Companhia para o registro dos impostos incidentes sobre a receita financeira de atualização monetária dos depósitos judiciais de acordo com o regime de competência de exercícios são razoáveis, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as evidências obtidas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos** Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior (31 de dezembro de 2024) e saldos iniciais (1º de janeiro de 2024) Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 3.1 às demonstrações contábeis, que descreve que, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia procedeu com o registro de ajustes decorrentes da correção de erro relacionado com o processo de registro dos impostos incidentes sobre a receita financeira de atualização monetária dos depósitos judiciais (de acordo com o regime de competência de exercícios). Dessa forma, os valores correspondentes às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 aos saldos iniciais de 1º de janeiro de 2024 (anteriormente examinados por outro auditor independente, cujo relatório de auditoria, emitido em 07 de março de 2025, não continha ressalvas), estão sendo reapresentadas conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 3.1, que foram efetuados para ajustar o registro dos impostos incidentes sobre a receita financeira de atualização monetária dos depósitos judiciais (de acordo com o regime de competência de exercícios) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (e saldos iniciais de 1º de janeiro de 2024). Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações contábeis de 2024 tomadas em conjunto. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto. **Demonstração do Valor Adicionado (DVA)** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se,

com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a norma NBC TG 900 – Entidades em Liquidação, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis em liquidação voluntária, a administração é responsável pelos critérios de avaliação aplicáveis na mudança da base de continuidade das operações para base contábil de liquidação, quando aplicável, bem como pelos assuntos relacionados com a sua liquidação e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis em liquidação voluntária. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de não continuidade operacional. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis preparadas em base de liquidação voluntária representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-025.583/F-2

Rodrigo Souza Fidalgo

Contador CRC 1RJ-115.816/O-5

País

GESTÃO TARCÍSIO

SP registra um feminicídio a cada 25 horas no primeiro bimestre

CAIO POSSATI/AE

O Estado de São Paulo registrou 55 feminicídios nos dois primeiros meses do ano, conforme dados da Secretaria da Segurança Pública (SSP-SP). A quantidade corresponde a um caso a cada 25 horas - praticamente um por dia. A informação foi noticiada pelo portal G1 e confirmada pelo Estadão.

Trata-se do maior índice desse tipo de crime no primeiro bimestre desde 2018, quando a pasta passou a divulgar os dados nas suas estatísticas criminais. Do total de 55 ocorrências, 11 aconteceram na

capital paulista - foram 13 no mesmo período do ano passado.

Procurada, a Secretaria da Segurança Pública informou que o enfrentamento à violência contra a mulher "é prioridade do Governo de São Paulo" e que a gestão de Tarcísio de Freitas (Republicanos) busca ampliar a rede de proteção às vítimas.

Segundo a SSP-SP, o governo inaugurou três novas Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs) no Estado durante a atual gestão e implantou 111 salas "DDM" nos últimos três anos - um aumento de 179%.

Nesta segunda-feira,, o governo de São Paulo anunciou

um pacote de medidas voltado à ampliação das políticas públicas de combate à violência contra a mulher. Entre as iniciativas está a criação de um Plano de Metas Decenal de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, além da expansão da rede de proteção, que passará a contar com atendimento itinerante.

O conjunto de ações também prevê a inclusão prioritária de órfãos de feminicídio no programa SuperAção SP, com oferta de acolhimento, apoio financeiro e suporte às famílias.

AUMENTO DA VIOLÊNCIA

Os dados de 2026 superam

as 52 ocorrências registradas no mesmo período de 2024, até então o maior número da série, e representam um aumento de 31% em relação ao primeiro bimestre de 2025, quando foram contabilizadas 42 mortes de mulheres por feminicídio no Estado.

Os números de fevereiro indicam a continuidade da alta da violência contra as mulheres em território paulista. Em janeiro deste ano, São Paulo já havia registrado 27 feminicídios, número recorde para o mês, pouco depois de o Estado atingir, em 2025, o maior patamar de casos em um único ano: 266.

UNIVERSIDADE

Zanin condena acusado de participar de trote misógino contra alunas

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu ontem condenar o médico Matheus Gabriel Braia ao pagamento de danos morais por participar de um trote universitário misógino, em 2019.

O ministro aceitou recurso do Ministério Público para anular decisões das instâncias inferiores que absolveram o acusado do imputação de promover discurso para expor calouras a tratamento humilhante e ofender a dignidade das mulheres.

O caso ocorreu no curso de

medicina da Universidade de Franca (Unifran), em 2019. De acordo com o processo, o acusado, que é ex-aluno da faculdade, foi responsável por ler um discurso de “juramento” que deveria ser repetido pelas calouras do curso.

O texto dizia que as alunas “deveriam estar à disposição dos veteranos” e “nunca recular a uma tentativa de coito de um veterano”.

Após ser processado pelas falas, uma juíza absolveu o acusado e disse que o discurso não causou ofensa às mulheres.

XX DE NOVEMBRO INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF Nº 03.538.833/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO Em 31 de dezembro de 2025: Senhores Acionistas: A Administração da XX de Novembro Investimentos e Participações S.A. ("Companhia"), submete à apreciação de V.S.as, as Demonstrações Contábeis acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Negócios realizados:** A Companhia auferiu receita de clientes pela locação de imóveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 à quantia bruta de R\$ 16.056 (R\$ 11.380 em 31 de dezembro de 2024). As contas a receber estão representadas pelo valor de realização. Estes aluguéis são corrigidos pelos índices contratuais, anuais. O total de receitas líquidas no exercício foi de R\$ 15.479 (R\$ 10.972 em 31 de dezembro de 2024). **Política de reinvestimento de lucro e distribuição de dividendos:** A Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% do lucro do exercício, e ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **Divulgação de Informações Sobre Serviços de Não Auditoria Independente:** Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes - Grant Thornton Auditores Independentes, informamos que não há outros serviços prestados pelos mesmos a XX de Novembro Investimentos e Participações S.A. Rio de Janeiro, 30 de março de 2026. XX de Novembro Investimentos e Participações S.A.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)									
Ativo	Notas	31/12/2025		31/12/2024		Reserva de lucros							
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total		
Circulante:													
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.216	2.673	2.783			18.497	3.699	528	-	-	-	22.724
Contas a receber por locação	5	1.052	780	1.141			-	-	-	26.314	-	-	26.314
Tributos a recuperar	6	39	37	2			18.497	3.699	26.842	-	-	6.798	49.038
		4.307	3.490	3.926									6.798
Não circulante:													
Depósitos judiciais	7	869	697	668			-	-	-	-	(3.700)	-	(3.700)
Investimentos	8	6	6	-			-	-	-	2.724	-	(2.724)	-
Propriedades para investimento	9	47.641	48.451	45.020			-	-	-	-	(374)	-	(374)
		48.516	49.154	45.688			18.497	3.699	29.566	-	-	9.169	51.762
Total do ativo		52.823	52.644	49.614									9.169
Passivo e Patrimônio Líquido		52.823	52.644	49.614									
Circulante:													
Tributos a recolher	11	440	293	241			-	-	-	-	(7.095)	-	(7.095)
Dividendos a pagar	12.b	-	374	176			-	-	-	(1.651)	-	-	(1.651)
Contas a pagar		198	215	159			18.497	3.699	29.989	-	-	2.074	-
		638	882	576									2.074
Patrimônio líquido:													
Capital social	12.a	18.497	18.497	18.497									
Reservas de lucros		33.688	33.265	30.541									
		52.185	51.762	49.038									
Total do passivo e do patrimônio líquido		52.823	52.644	49.614									

Demonstrações do Resultado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto a quantidade média ponderada de ações e o lucro básico e diluído por ação)				Demonstrações do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
	Notas	31/12/2025		31/12/2024		Notas	31/12/2025		31/12/2024	
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)		
Receita operacional líquida	14	15.479	10.972	10.972						
Custos na locação de imóveis	15	(4.152)	(1.739)	(1.739)						
Lucro bruto		11.327	9.233	9.233						
Receitas (despesas) operacionais										
Despesas gerais e administrativas	16	(874)	(911)	(911)						
Outras despesas operacionais		(559)	(819)	(819)						
Outras receitas operacionais	17	577	273	273						
Resultado antes do resultado financeiro		10.471	7.776	7.776						
Resultado financeiro										
Receitas financeiras	18	577	310	310						
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		11.048	8.086	8.086						
Imposto de renda e contribuição social	19	(1.879)	(1.288)	(1.288)						
Lucro líquido do exercício		9.169	6.798	6.798						
Lucro líquido por ação - básico e diluído - Em R\$	12.c	0,02032	0,01506	0,01506						
Quantidade média ponderada de ações	12.c	451.303.226	451.303.226	451.303.226						

Demonstrações do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
	Notas	31/12/2025		31/12/2024		Notas	31/12/2025		31/12/2024	
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)		
Lucro líquido do exercício		9.169	6.798	6.798						
Outros resultados abrangentes		-	-	-						
Resultado abrangente do exercício		9.169	6.798	6.798						
Fluxo de caixa das atividades operacionais										
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		11.048	8.086	8.086						
Ajustes sobre o lucro líquido do exercício:										
Depreciação de propriedade para investimentos	15	829	829	829						
Provisão (Reversão) para crédito de liquidação duvidosa de locação	5	(422)	554	554						
Lucro do exercício ajustado		11.455	9.469	9.469						
Varição nos ativos e passivos:										
Contas a receber por locação		150	(193)	(193)						
Tributos a recuperar		(2)	(35)	(35)						
Depósitos judiciais		(172)	(29)	(29)						
Investimentos		-	(6)	(6)						
Tributos a recolher		(175)	52	52						
Dividendos a pagar		-	198	198						
Contas a pagar		(17)	56	56						
		11.239	9.512	9.512						
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.557)	(1.288)	(1.288)						
Recursos provenientes das atividades operacionais		9.682	8.224	8.224						
Fluxo de caixa das atividades de investimento										
Propriedades para investimento	9	(19)	(4.260)	(4.260)						
Recursos consumidos nas atividades de investimento		(19)	(4.260)	(4.260)						
Fluxo de caixa das atividades de financiamento										
Distribuição de dividendos	12b	(1.651)	-	-						
Antecipação de dividendos	12b	(7.095)	(3.700)	(3.700)						
Distribuição de dividendos remanescentes	12b	(374)	(374)	(374)						
Recursos consumidos nas atividades de financiamento		(9.120)	(4.074)	(4.074)						
Aumento (edução) de caixa e equivalentes de caixa		543	(110)	(110)						
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.673	2.783	2.783						
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		3.216	2.673	2.673						
Aumento (edução) de caixa e equivalentes de caixa		543	(110)	(110)						

Demonstrações do Valor Adicionado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Demonstrações do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2024:						
	Notas	31/12/2025		31/12/2024		Notas	31/12/2025		31/12/2024	
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)		
Receitas										
Receita de contrato com cliente	14	16.056	11.380	11.380						
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - Reversão (constituição)	5	422	11.380	11.380						
		16.478	-	-						
Insumos adquiridos de terceiros										
Impostos sobre venda		-	(408)	(408)						
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	15	(1.542)	(909)	(911)						
Outras despesas operacionais		(566)	(911)	(911)						
Outras despesas operacionais		(403)	-	-						
Valor adicionado bruto		13.967	9.152	9.152						
Depreciação		(829)	(829)	(829)						
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		13.138	8.323	8.323						
Valor adicionado recebido em transferência										
Receitas financeiras	18	577	310	310						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		-	(809)	(809)						
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa		-	255	255						
Outras despesas operacionais		-	(70)	(70)						
Outras receitas operacionais		-	17	17						
Outras transferências recebidas		(1)	-	-						
Valor adicionado total a distribuir		13.714	8.086	8.086						
Distribuição do valor adicionado										
Impostos, taxas e contribuições		4.545	1.288	1.288						
Federais	14 e 19	2.456	-	-						
Estaduais	16	31	-	-						
Municipais	15 e 16	2.058	-	-						
Remuneração de capitais próprios		9.169	6.798	6.798						
Dividendos propostos		-	374	374						
Dividendos	12b	7.095	3.700	3.700						
Lucros retidos		2.074	2.724	2.724						

Demonstrações do Valor Adicionado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2024:						
	Notas	31/12/2025		31/12/2024		Notas	31/12/2025		31/12/2024	
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)		
Receitas										
Receita de contrato com cliente	14	16.056	11.380	11.380						
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - Reversão (constituição)	5	422	11.380	11.380						
		16.478	-	-						
Insumos adquiridos de terceiros										
Impostos sobre venda		-	(408)	(408)						
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	15	(1.542)	(909)	(911)						
Outras despesas operacionais		(566)	(911)	(911)						
Outras despesas operacionais		(403)	-	-						
Valor adicionado bruto		13.967	9.152	9.152						
Depreciação		(829)	(829)	(829)						
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		13.138	8.323	8.323						
Valor adicionado recebido em transferência										
Receitas financeiras	18	577	310	310						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		-	(809)	(809)						

XX DE NOVEMBRO INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF Nº 03.538.833/0001-07

4. Caixa e Equivalentes de Caixa:		31/12/2025		31/12/2024		Conforme requerido pelo CPC 28, apresentamos a seguir o valor justo das propriedades para investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:			01/01/2025 a 31/12/2025		01/01/2024 a 31/12/2024						
						Valor de Custo			Ganho		Valor de Mercado						
Depósitos bancários		3		1		10.991			12.649		23.640						
Aplicações financeiras (a)		3.213		2.672		2.833			1.297		4.130						
Total		3.216		2.673		48.352			19.748		68.100						
As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de quotas de fundos de investimentos de renda fixa, mantidos em instituições de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a remuneração média foi de 100,27% do CDI (94,27% em 31 de dezembro de 2024). A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras (em milhares de reais, exceto quantidade de cotas):						Bloco 2			Bloco 4		Bloco 7		Total				
Fundo		Administra-dora		Quant. de cotas		Valor		Quant. de cotas		Valor		Total					
Opportunity Top DI FIC de FIF		BNY Mellon		5.400,57		42		5.587,34		38							
Itaú Soberano		Itaú Unibanco		35.573,22		2.910		35.343,40		2.530							
RF Simples FIF		S.A.															
CIC RL																	
Itaú Top RF Re-fereciado DI FIF		Itaú Unibanco		31.456,59		261		14.315,69		104							
CIC RL		S.A.															
Total		3.213		2.672		62.176			33.694		95.870						
5. Contas a Receber por Locação:						Bloco 2			Bloco 4		Bloco 7		Total				
Contas a receber por locação de imóveis		2.771		2.921		10.991			13.709		24.700						
(-) Perda estimada com devedores duvidosos de locação (i)		(1.719)		(2.141)		2.833			1.307		4.140						
Total		1.052		780		48.333			22.797		71.130						
A Companhia constitui provisão para perda sobre o saldo total a receber de clientes referente a aluguel, conforme critério nota nº 3 c, que tenham parcelas vencidas há mais de um ano e que tenham realizado um baixo percentual de pagamento sobre seu contrato de aluguel da unidade imobiliária. Em 31 de dezembro de 2025, a provisão para perda esperada, totaliza o montante de R\$ 1.719, representando 62,04% sobre o total das contas a receber de aluguéis. (R\$ 2.141 e 73,29% em 2024).						Bloco 2			Bloco 4		Bloco 7		Total				
Aging		%		Valor		Aging		%		Valor							
A vencer		0,93%		10		A vencer		0,93%		8							
1 A 30		6,58%		-		1 A 30		6,58%		-							
31 A 60		35,30%		7		31 A 60		35,30%		6							
61 A 90		52,93%		-		61 A 90		52,93%		-							
91 A 120		69,19%		-		91 A 120		69,19%		-							
121 A 150		84,75%		-		121 A 150		84,75%		-							
151 A 180		92,56%		-		151 A 180		92,56%		-							
>180		100,00%		1.702		>180		100,00%		2.127							
Total		1.719		1.719		2.141		2.141		2.141							
Movimentação de perda estimada com devedores duvidosos de locação:						31/12/2025		31/12/2024									
Saldo inicial		(2.141)		(1.918)													
Reversão de provisão para perda estimada com devedores duvidosos		578		88													
Constituição de provisão para perda estimada com devedores duvidosos		(156)		(311)													
Saldo final		(1.719)		(2.141)													
6. Tributos a recuperar:						31/12/2025		31/12/2024									
IRPJ 2024		37		35													
Crédito tributário		2		2													
Total		39		37													
7. Depósitos Judiciais: A Companhia apurou créditos tributários relativos a períodos anteriores, tendo apresentado as declarações de compensação para utilização desses créditos na quitação de débitos fiscais no valor total de R\$ 1.011. Em despacho decisório a Delegacia da Receita Federal do Brasil decidiu pela não homologação dessas compensações. Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia foram apresentadas manifestações de inconformidades e avaliada a chance de perda como possível. A Companhia efetuou depósito judicial no valor histórico de R\$ 262, que atualizados até 31 de dezembro de 2025 perfazem o valor de R\$ 605 (R\$573 em 31 de dezembro de 2024). 8. Investimentos: A Companhia adquiriu em 2024 cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários, cujos valores estão apresentados a seguir:						31/12/2025		31/12/2024									
Fundo		Quant. de cotas		Valor		Quant. de cotas		Valor									
Dovel FII		1		1		1		1									
OPP FII		3		3		3		3									
BRIX FII		1		1		1		1									
OPP Balassiano FII		1		1		1		1									
Total		6		6		6		6									
9. Propriedades para Investimentos: As propriedades para investimento estão representadas por 85 unidades do empreendimento imobiliário objeto da Companhia, e são mantidas para auferir rendas de locação e/ou valorização do capital, conforme demonstrado adiante, sendo importante reforçar que as propriedades para investimento estão mensuradas ao custo:						31/12/2025		31/12/2024									
Taxa depreciação (% a.a.)																	
Imóveis alugados (*)		62.176		62.157		57.897											
Depreciação acumulada		(14.535)		(13.706)		(12.877)											
Total		47.641		48.451		45.020											
A movimentação dos saldos de propriedade para investimento em 31 de dezembro de 2025 pode ser assim demonstrada:						31/12/2024		Adições		Depreciação		Saldo em 31/12/2025					
Imóveis alugados		48.451		19		(829)		47.641									
Total		48.451		19		(829)		47.641									
A movimentação dos saldos de propriedade para investimento em 31 de dezembro de 2024 pode ser assim demonstrada:						31/12/2023		Adições		Depreciação		Saldo em 31/12/2024					
Imóveis alugados		45.020		4.260		(829)		48.451									
Total		45.020		4.260		(829)		48.451									
No exercício de 2025, a Companhia realizou uma revisão técnica no cálculo de depreciação, a qual resultou na alteração da taxa aplicável. A vida útil anteriormente estimada em 25 anos foi reavaliada para 60 anos, a partir da data de aquisição do ativo. Dessa forma, houve aumento na vida útil estimada da propriedade para investimento e redução do valor residual anteriormente utilizado. (*) Representados por 78 unidades do empreendimento que estão alugadas, da seguinte forma:						31/12/2025 e 31/12/2024		Total de m²		Quantidade							
Bloco 02		6.838,14		18													
Bloco 04		1.452,94		15													
Bloco 07		18.038,86		45													
Total		26.329,94		78													
10. Contingências Ativas não Provisionadas: Os processos contingentes cuja chance de ganho é avaliada como provável pelos assessores jurídicos e a Administração não são reconhecidos contabilmente e totalizam R\$ 911 em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. Os processos com essa classificação são: I. Execução da dívida referente às parcelas para aquisição das unidades, totaliza o valor de R\$ 681 em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. II. Execução das parcelas da transação extrajudicial firmada para quitação de dívida de aluguéis e encargos locatícios, totaliza o valor de R\$ 230 em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. 11. Tributos a Recolher:						31/12/2025		31/12/2024									
IRPJ		265		176													
CSLL		127		83													
PIS s/ faturamento		8		6													
Cofins s/ faturamento		37		27													
PIS/Cofins/CSLL retidos		3		1													
Total		440		293													
12. Patrimônio Líquido: a) Capital social (em milhares de reais, exceto quantidade de ações): O capital social em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 451.303.226 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, trezentos e três mil, duzentos e vinte e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo montante de R\$ 18.497. b) Dividendos a pagar: De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido tem a seguinte destinação: (i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado e (ii) 25% do saldo remanescente para o pagamento de dividendos obrigatórios. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os dividendos foram calculados da seguinte forma:						31/12/2025		31/12/2024									
Lucro líquido do exercício		9.169		6.796													
Reserva legal (5% - limitada a 20% do capital social) (*)		-		-													
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios		9.169		6.796													
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar (25%)		(2.292)		(1.700)													
Lucro destinado a reserva de lucros		6.877		5.096													
Distribuição de dividendos com reservas de lucros		(1.651)		(374)													
Dividendos antecipados		(7.095)		(3.700)													
Reserva de retenção de lucros		(2.074)		(2.724)													
(*) Não foi constituída reserva legal por ter ultrapassado o limite dos 20% sobre o capital social. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2025, foi aprovada a destinação do montante de R\$ 4.074 referente a destinação do lucro líquido da Companhia apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, para pagamento de dividendos aos acionistas, sendo que desta quantia o valor de R\$ 3.700 foi distribuído antecipadamente durante o exercício social de 2024, e o montante de R\$ 374 foi pago em 16 de maio de 2025. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 23 de maio de 2025, foi aprovado o pagamento de dividendos no montante de R\$ 3.500, sendo R\$ 1.849 a título de antecipação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, e R\$ 1.651 a conta de reserva de retenção de lucros. O pagamento no valor de R\$ 3.500 foi realizado em 30 de maio de 2025. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de novembro de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$ 3.789, a título de antecipação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O pagamento no valor de R\$ 3.789 foi realizado em 17 de novembro de 2025. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de dezembro de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$ 1.457, a título de antecipação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O pagamento no valor de R\$ 1.457 foi realizado em 30 de dezembro de 2025. c) Lucro líquido por ação - básico: Conforme requerido pela CPC 41- Resultado por ação, foram reconhecidos o Lucro e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído:						31/12/2024 (Reapresentado)		31/12/2025		Quantidade de ações		Resultado por ação (em R\$)					
		6.796		451.303.226		0,01506											
		9.169		451.303.226		0,02032											
13. Partes relacionadas: De acordo com a ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2025, foi fixado o montante global da remuneração dos administradores para 2025 em até R\$ 390. Em ata de reunião do Conselho de Administração de 6 de maio de 2025, houve a aprovação para que cada diretor e conselheiro receba R\$ 3 mensais durante o exercício de 2025. Em ato contínuo, nesta mesma data, foi assinado o Termo de Renúncia à Remuneração por todos os diretores e conselheiros da Companhia. A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoal-chave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada, durante o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025. A Companhia possui transações entre partes relacionadas junto à Opportunity Métrica Ltda., referentes a serviços de gestão administrativa e financeira imobiliária, cujas despesas totalizam R\$ 130 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 150 em 31 de dezembro de 2024). 14. Receita Operacional Líquida:						01/01/2025 a 31/12/2025		01/01/2024 a 31/12/2024									
Recargas:																	
Locação de unidades imobiliárias		13.344		11.380													
Recuperação de despesa de condomínio		626		-													
Recuperação de despesa de taxa de ocupação		203		-													
Recuperação de despesa de taxa de incêndio		7		-													
Recuperação de despesa de IPTU (*)		1.832		-													
Recuperação de despesa de seguro de imóveis		44		-													
Total receita operacional bruta		16.056		11.380													
Deduções:																	
PIS e Cofins		(577)		(408)													
Receita líquida		15.479		10.972													
15. Custo na Locação de Imóveis:																	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações Contábeis. Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da XX de Novembro Investimentos e Participações S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da XX de Novembro Investimentos e Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da XX de Novembro Investimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria (PAA):** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. Avaliação de valor justo e cálculo de depreciação das propriedades para investimento. **Motivo pelo qual o assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia detinha propriedades para investimento no montante de R\$ 47.641 mil, registradas ao custo histórico de aquisição e depreciadas de acordo com as respectivas vidas úteis econômicas definidas pela administração, suportada por estudos elaborados por avaliador independente. Adicionalmente, com o objetivo de identificar a existência de indícios de perda no valor recuperável desses ativos ("impairment") a Companhia realiza, a menos anualmente, a comparação entre o valor contábil e o valor recuperável, reconhecendo provisão para redução ao valor recuperável, quando aplicável, em conformidade com os requerimentos das práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). O valor justo é determinado com base em dados de mercado, através de laudo de avaliação elaborado por avaliador independente. Esse assunto foi considerado como uma área de risco e, portanto, um principal assunto de auditoria, devido a representatividade das propriedades para investimento, à subjetividade e ao julgamento envolvidos na definição das premissas utilizadas para mensuração do valor justo e na determinação das vidas úteis econômicas, bem como à dependência de dados de mercado e cenários específicos, fatores que podem impactar de forma significativa os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e respectivas divulgações. **Como o assunto foi tratado na nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, dentre outros: • Recálculo dos valores registrados a título de depreciação, considerando as vidas úteis definidas pela administração e suportada por laudo de avaliação elaborado por avaliador independente; • Envolvimento de nossos especialistas internos em avaliação de ativos, para analisar e revisar a metodologia e modelos empregados pela administração para a estimativa do valor justo das propriedades para investimento para fins de divulgação, bem como na definição das vidas úteis econômicas dos ativos; • Comparação do valor recuperável adotado pela administração, com base no Método Comparativo Direto de Dados de Mercado ("CDDM"), conforme laudo de avaliação elaborado por avaliador independente; • avaliação se as divulgações constantes das notas explicativas estavam consistentes com as informações utilizadas e representadas pela administração, observando também as práticas contábeis aplicáveis. Durante a execução desses procedimentos, identificamos uma deficiência nos controles internos da Companhia relacionada ao processo de estimativa das vidas úteis econômicas e do cálculo da depreciação das propriedades para investimento, que resultou na necessidade de ajustes nos valores de depreciação, inclusive com efeitos em exercícios anteriores, conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.1. Em nossa avaliação, tal deficiência constitui uma deficiência significativa no ambiente de controles internos da Companhia. Desta forma, revisamos nossa avaliação dos riscos relacionados ao tema e alteramos nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos originalmente planejados, a fim de obtermos evidências de auditoria apropriadas e suficientes. A referida deficiência significativa foi comunicada aos responsáveis pela governança, observando as normas de auditoria. Com base nos procedimentos de auditoria realizados (e considerando os ajustes efetuados pela administração) consideramos que as premissas, metodologias e pressupostos utilizadas pela Companhia para a mensuração, reconhecimento e divulgação do valor justo das propriedades para investimento, são razoáveis, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as evidências obtidas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Outros assuntos. **Representação dos valores correspondentes ao exercício anterior (31 de dezembro de 2024) e saldos Iniciais (1º de janeiro de 2024).** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3.1 às demonstrações contábeis, que descreve que, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia procedeu ao registro de ajustes decorrentes da correção de erro relacionado com o cálculo da depreciação de propriedades para investimentos. Dessa forma, os valores correspondentes às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 aos saldos iniciais de 1º de janeiro de 2024 (anteriormente examinados por outro auditor independente, cujo relatório de auditoria, emitido em 12 de fevereiro de 2025, não continha ressalvas), estão sendo reapresentadas conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 3.1, que foram efetuados para ajustar a depreciação da propriedade para investimento referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (e saldos iniciais de 1º de janeiro de 2024). Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações contábeis de 2024 tomadas em conjunto. **Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor. A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está

MAMATA DO JUDICIÁRIO

PGR recorre contra fim da aposentadoria compulsória

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou ontem recurso contra a decisão do ministro Flávio Dino que acabou com a aposentadoria compulsória como pena máxima aos magistrados condenados por faltas disciplinares graves, como venda de sentenças, assédio sexual e moral, entre outras. Após receber o recurso, que

está em segredo de Justiça, o gabinete de Dino determinou a intimação das partes envolvidas no processo para se manifestarem no prazo de 15 dias. Em seguida, o recurso deverá ser julgado pelo Supremo.

No dia 16 de março, o ministro determinou o fim da aposentadoria compulsória e alegou que a reforma da previdência de 2019 deixou de prever o benefício previdenciário e estabelece a perda do cargo

como punição mais grave. Além disso, Dino disse que a pena beneficia os magistrados condenados.

PUNIÇÕES

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi criado em 2005 e é responsável pelo julgamento de faltas disciplinares cometidas por juízes e desembargadores. Em 20 anos, o órgão condenou 126 magistrados à aposentadoria compulsória, punição que

permite que o condenado receba vencimentos.

O CNJ tem aplicado a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), norma que definiu que são penas disciplinares a advertência, censura, remoção compulsória, disponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço e aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, a punição mais grave.

'LADROINHA'

Dino amplia investigação sobre emendas para fundação da Lagoinha

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu ontem ampliar a apuração sobre supostas irregularidades envolvendo o envio de emendas parlamentares do senador Carlos Viana (Podemos-MG) para a Fundação Oasis, ligada à Igreja Batista da Lagoinha. A decisão foi tomada após o ministro receber as respostas do parlamentar e do Senado sobre alegações de falta de transparência e rastreabilidade dos repasses, que somaram R\$ 3,6

milhões, entre os anos de 2019 e 2025. No dia 19 deste mês, Dino pediu esclarecimentos sobre as emendas. Na decisão proferida hoje, o ministro ampliou a análise do caso e determinou que sejam enviados ao Supremo, no prazo de 10 dias, todos os documentos relativos aos repasses das emendas para a fundação e às prefeituras dos municípios de Capim Branco e Belo Horizonte, que também receberam transferências.

"Diante da insuficiência de transparência e rastreabilidade das emendas sob exame, impõe-

se a necessidade de requisição de documentos junto às prefeituras envolvidas, ao governo Federal e à própria Fundação Oasis", decidiu o ministro. O caso chegou ao Supremo após os deputados Rogério Correia (PT-MG) e Pastor Henrique Vieira (PSOL-RJ) citarem a ligação pessoal de Viana com a Lagoinha e acusá-lo de "blindar" o avanço das investigações da CPMI contra as entidades beneficiárias de suas emendas.

Em publicação nas redes sociais, o senador Carlos Viana disse que é alvo ataques por ter atuado

como presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS. Viana também convocou uma entrevista coletiva para amanhã e disse que vai apresentar documentos e dar esclarecimentos técnicos sobre as emendas.

"Com a proximidade das eleições, e diante do medo daqueles que tentaram blindar os responsáveis pelos crimes contra os idosos e enterraram a prorrogação da CPMI, sabemos que a partir de agora será intensificado um verdadeiro ataque à reputação", afirmou.

VAGA DE CAMILO

Leonardo Barchini será o novo ministro da Educação, anuncia Lula

LUIZ CLAUDIO FERREIRA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ontem, que o novo ministro da Educação será Leonardo Barchini, que ocupa atualmente o cargo de secretário-executivo da pasta. O atual ministro, Camilo Santana, deixará o cargo para participar da campanha eleitoral deste ano.

Em evento de balanço do Ministério da Educação (MEC), em Brasília, Lula pediu ao futuro ministro que dê continuidade aos investimentos na área em todo o país. Na cerimônia, ocorreu a inauguração simultânea de 107 obras de educação.

Segundo o governo, o investimento federal nas construções soma R\$ 413,49 milhões, provenientes do Novo PAC e de recursos próprios do Ministério da Educação (MEC).

CONECTIVIDADE

O governo ainda anunciou a marca de 99 mil escolas com conectividade adequada, o que representa mais de 71,7% das unidades de ensino. O governo informou que a meta é conectar 137,847 mil escolas de educação básica.

Segundo Lula, o objetivo é que 100% das escolas estejam com internet. A ideia é beneficiar 24 milhões de estudantes. Em 2023, esse percentual era de 45,4%.

O Ministério das Comunicações informa que a meta é conectar 137.847 mil escolas de educação básica. Atualmente, 99.005 escolas públicas brasileiras contam com conectividade adequada para uso pedagógico, o que representa 71,7% das unidades do país.

Durante o evento, o Ministério das Comunicações anunciou a contratação de serviços de conectividade para mais 16,7 mil escolas em todo o país, medida que permitirá universalizar o acesso à internet nas unidades de ensino da educação básica ainda não conectadas até o fim de 2026.

Segundo o governo, na Região Norte, o número de escolas com conectividade adequada passou de 4.803 em 2023 para 12.714, atualmente (62,5%). Nas escolas rurais, o total foi de 17.367 para 34.913 unidades (69,7%). Nas comunidades tradicionais, também houve elevação. São 1.815 escolas indígenas e 1.971 escolas quilombolas com conectividade.

OBRAS

No balanço do Ministério da Educação, foi informado que há 9,7 mil obras, sendo 7,1 mil em andamento e 2,6 mil concluídas.

As obras incluem 18 creches, 23 escolas e três novos campi de institutos federais. As demais 63 obras correspondem a ampliações e melhorias em unidades já existentes.

SGA VEÍCULOS E PEÇAS S.A.

CNPJ nº 36.152.916/0001-04 - NIRE: 33300304207

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as demonstrações contábeis e notas explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

Ativo	Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)		Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)						
	31/12/2025	31/12/2024	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva estatutária	Lucros à disposição da Assembleia	Lucro líquido/prejuízo do exercício	Total
Circulante			10.000.000	2.484	1.101.189	18.282.094	-	-	29.385.767
Caixa e equivalentes de caixa	3.418.244	4.489.378	-	-	-	-	-	-	6.203.421
Clientes	25.999.478	26.953.082	-	-	310.171	-	-	(310.171)	-
Créditos fábrica e terceiros	2.941.204	2.483.510	-	-	-	-	-	(200.000)	(200.000)
Estoques	70.354.645	29.780.682	-	-	-	-	5.693.250	(5.693.250)	-
Impostos a recuperar	547.047	251.531	-	-	-	-	-	-	-
Despesas antecipadas	249.776	180.056	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante	103.510.394	64.138.239							
Realizável a longo prazo									
Depósitos judiciais	871.893	755.958	-	-	-	-	-	-	-
Outros valores	99.394	53.589	-	-	-	-	-	-	-
	971.287	809.547							
Imobilizado	27.594.232	26.352.842							
Ativo de direito de uso	13.413.791	14.227.104	-	-	-	-	-	-	-
Intangível	18.741.668	28.441.667	-	-	-	-	-	-	-
	60.720.978	69.831.160							
Total do ativo	164.231.372	133.969.399	10.000.000	2.484	1.734.489	17.225.344	2.389.459	(2.389.459)	31.351.776
Passivo e Patrimônio líquido									
Circulante									
Fornecedores de veículos e peças	41.839.556	15.293.300	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores de consumo	8.464.738	6.299.144	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	33.627.989	30.892.468	-	-	-	-	-	-	-
Arendamentos a pagar	3.437.605	3.133.052	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações trabalhistas	4.881.801	4.773.248	-	-	-	-	-	-	-
Tributos a recolher	1.399.819	1.457.156	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos de clientes	12.273.298	10.661.548	-	-	-	-	-	-	-
Outras obrigações	413.035	364.372	-	-	-	-	-	-	-
	106.337.841	72.874.288							
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos	8.822.317	14.008.072	-	-	-	-	-	-	-
Arendamentos a pagar	10.969.438	11.687.936	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	6.750.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras obrigações	-	9.915	-	-	-	-	-	-	-
	26.541.755	25.705.923							
Patrimônio líquido									
Capital social	10.000.000	10.000.000	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de capital	2.484	2.484	-	-	-	-	-	-	-
Reserva estatutária	17.225.344	18.282.094	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	1.734.489	1.411.360	-	-	-	-	-	-	-
Lucros à disposição da assembleia	2.389.459	5.693.250	-	-	-	-	-	-	-
	31.351.776	35.389.188							
Total do passivo e Patrimônio líquido	164.231.372	133.969.399							

Demonstrações do resultado abrangente para o exercício Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

Lucro líquido do exercício	Demonstrações do resultado abrangente para o exercício Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)	
	31/12/2025	31/12/2024
Outros resultados abrangentes	6.462.588	6.203.421
Total do resultado abrangente do exercício	6.462.588	6.203.421
Atribuível a:		
Acionista controlador	2.608.753	2.504.135
Participação dos não controladores	3.853.835	3.699.286
	6.462.588	6.203.421

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

Das atividades operacionais	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)	
	31/12/2025	31/12/2024
Provenientes das operações	6.462.588	6.203.421
Lucro líquido acumulado do exercício	13.442.182	13.955.918
Amortização	3.564.945	2.780.046
Amortização de direito de uso	(2.401.910)	(3.728.177)
Prejuízo na venda de imobilizado	(51.597)	-
Efeito na baixa de arrendamentos	5.363.517	2.971.510
Juros sobre empréstimos	26.379.725	22.182.718
(=) Lucro líquido ajustado	953.604	2.484.302
Acréscimos/(decréscimos) nos ativos e passivos	(753.210)	1.915.084
Pelo aumento do do contas a receber	(40.573.963)	14.699.035
Pela (diminuição)/aumento líquido de outros créditos	(69.720)	(15.716)
Pela (diminuição)/aumento líquido da conta de estoques	(161.740)	(147.625)
Pela diminuição da conta de despesas antecipadas	2.165.594	1.202.855
Pela diminuição do realizável a longo prazo	26.546.256	(45.783.861)
Pelo aumento líquido da conta de fornecedores	1.711.629	2.240.769
Pelo aumento líquido/(diminuição) da conta de financiamento fábrica	(3.113.620)	(2.524.964)
Pelo aumento do contas a pagar	(9.915)	(17.923)
Pelo aumento do contas a pagar	(13.305.085)	(25.948.044)
Arendamentos pagos	13.074.640	(3.765.326)
Pela diminuição de outros valores-passivo não circulante	(1.071.134)	231.896
(=) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	4.489.378	4.257.482
Das atividades de investimentos	3.418.244	4.489.378
Pela aquisição de imobilizado e intangível	(12.023.293)	(10.652.276)
Pelo recebimento na venda de imobilizado	9.441.620	14.694.911
(=) Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(2.581.663)	4.042.635
Das atividades de financiamentos	(8.143.535)	(7.845.413)
Amortização de empréstimos de instituições financeiras	2.000.000	8.000.000
Captação de empréstimo com partes relacionadas	(1.670.576)	-
Amortização de empréstimo a partes relacionadas	(3.750.000)	(200.000)
Pago de lucros aos sócios	(11.564.111)	(45.413)
(=) Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	(1.071.134)	231.896
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.489.378	4.257.482
Caixa e equivalente de caixa no início do período	3.418.244	4.489.378
Caixa e equivalente de caixa no final do período	(1.071.134)	231.896
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.071.134)	231.896

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

1. Contexto operacional: A SGA Veículos e Peças S.A., ("SGA" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ nº 36.152.916/0001-04 com sede na cidade do Macaé - RJ é concessionária da Toyota do Brasil Ltda. A Companhia é controlada pela J. L. Braz Participações S.A. 2. Apresentação das demonstrações contábeis: A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 02 de março de 2026. 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a legislação em vigor. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, moeda funcional da Companhia. 2.4. Uso de estimativas e julgamentos: Em conformidade com as normas contábeis vigentes, a Administração da Companhia é requerida a fazer julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores apresentados em ativos, passivos, receitas e despesas. 2.5. Alterações nas normas contábeis aplicáveis em 2025: A Administração vem, por meio desta nota, apresentar as principais alterações decorrentes da aplicação de pronunciamentos novos ou revisados, que serão implementados pela primeira vez em 2025. Essas mudanças estão alinhadas com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. 2.6 Reforma tributária sobre o consumo - avaliação dos impactos e adequação operacional: A Emenda Constitucional nº 132/2023 promoveu alteração substancial no Sistema Tributário Nacional, com a substituição do ICMS do ISS pelo imposto sobre Bens e Serviços (IBS), bem como do PIS e da COFINS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), além da instituição do Imposto Seletivo (IS), nos termos dos arts. 145, 149-B e 156-A da Constituição Federal. A regulamentação infraconstitucional foi estabelecida pela Lei Complementar nº 214/2025 (IBS e CBS) e demais atos normativos correlatos, disciplinando a não cumulatividade plena, o princípio do destino, a apuração por débito e crédito financeiro e o regime de transição federativa e empresarial. A Companhia declara que: I Realizou testes completos de parametrização sistêmica para emissão de documentos fiscais e apuração do IBS e da CBS; II Revisou seus contratos comerciais e políticas de precificação; III Implementou controles internos compatíveis com o novo regime tributário; IV Encontra-se tecnicamente preparada para o período de transição previsto na Lei Complementar nº 214/2025. Até a presente data, a administração entende que a Reforma Tributária, introduzida pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, não produziu efeitos significativos sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia, tampouco sobre o reconhecimento contábil de suas operações. Os impactos identificados concentram-se em alterações proje-

tadas no fluxo de caixa e na formação de lucros futuros, decorrentes da nova sistemática de tributação sobre o consumo, sendo tais efeitos monitorados continuamente pela administração, em observância aos princípios da relevância, prudência e representação fidedigna previstos na NBC TG Estrutura Conceitual. A Companhia reafirma seu compromisso com a conformidade normativa, governança tributária e transparência das informações contábeis. 3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis, a seguir detalhadas, estão sendo aplicadas de maneira linear em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. a) Apuração do resultado: Foi adotado o regime de competência dos exercícios para elaboração das demonstrações contábeis e apuração dos resultados. 3.1) Reconhecimento da receita: As receitas auferidas representam os ingressos brutos recebidos ou a receber pela venda das mercadorias e serviços, das intermediações e mediações de negócios e se dão da seguinte forma: 3.2) Venda de mercadorias e das prestações de serviços: A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios. Para o reconhecimento da receita, a Companhia adota os seguintes procedimentos: i) identificação do contrato com o cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho no contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação; e por fim, v) reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida. 3.3) Vendas de serviços financeiros: Os valores de vendas de serviços financeiros referem-se às receitas de bonificações, comissões de intermediações e mediações de negócios, reconhecidas pelo regime de competência, relativos aos incentivos financeiros promovidos pela fábrica, com a qual a Companhia possui concessão, bem como de instituições financeiras e demais empresas. b) Caixa e equivalentes de caixa: Os itens de caixa e equivalentes de caixa são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo, sendo posteriormente avaliados pelo custo amortizado com base na taxa de juros efetiva da operação. Os riscos de mercado envolvendo essas aplicações são insignificantes. c) Instrumentos financeiros: A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras de liquidez imediata, duplicatas a receber e contas a pagar. d) Clientes e créditos de fábrica e terceiros: Estão refletidas pelo valor presente estimado de realização. A estimativa de perda do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar os valores devidos. e) Estoques: Os estoques de peças, acessórios, combustíveis e lubrificantes são avaliados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado. Os de veículos são avaliados ao custo histórico de aquisição, identificado por unidade, acrescidos dos impostos não recuperáveis. f) Imobilizado: O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável (impairment), se houver. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear que leva em consideração a vida útil econômica dos bens. O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. g) Demais passivos circulantes e não circulantes: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. h) Fornecedores: Os saldos a pagar a fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial. Veículos fábrica/Peças fábrica e empréstimos estão atualizados pela variação monetária e juros incorridos até a data do encerramento do exercício. Os custos de transação incorridos registrados são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no resultado utilizando o método de taxa de juros efetiva. i) Arrendamento mercantil - CPC 06 (R3): A Companhia avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo em um intervalo temporal em troca de contraprestações, classificando-as como "arrendamento". A Companhia atua como "arrendatária" nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: i) ativo de direito de uso que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; ii) passivos de arrendamento que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos. j) Imposto de Renda e Contribuição Social: A Companhia é optante pelo lucro real como regime de tributação, calculando a apuração mensal por balanço de suspensão/redução em conformidade à legislação em vigor. k) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva. l) Outros passivos financeiros: Outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, são, inicialmente, mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação.

Ronald Tavares Costa Silva - Diretor - CPF/MF sob o nº: 066.444.386-95
Fabiano Cardoso de Faria - Diretor - CPF/MF sob o nº: 028.388.657-90
Lucileia Cordeiro Gomes - Contador CRC/MG nº MG-120059
CPF/MF sob o nº: 082.445.436-71
"As demonstrações contábeis foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 SP 013846/F"

ENSINO PRIVATIZADO

Governo Zema entrega 95 escolas públicas de Minas ao BTG Pactual

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

O fundo de investimento em participações (FIP) IG4 BTG Pactual Health Infra foi escolhido, ontem, para assumir a gestão de infraestrutura e serviços de 95 escolas públicas de Minas Gerais pelos próximos 25 anos.

O fundo venceu o leilão na B3, bolsa de valores de São Paulo, ao apresentar ao governo mineiro a menor proposta de contraprestação mensal máxima pelo serviço, no valor de R\$ 22,35 milhões. A cifra representa um deságio de 14,17% em relação ao valor inicialmente estabelecido no edital público.

Segundo o governo de Minas Gerais, o projeto prevê que, ao longo do contrato, serão investidos cerca de R\$ 5,1 bilhões para “modernizar a infraestrutura” das 95 escolas contempladas, beneficiando cerca de 7 mil estudantes de 34 cidades mineiras. A parceria entre os setores público estadual e privado não contempla a prestação de serviços pedagógico, que seguirão sendo executados por profissionais da Secretaria de Educação de Minas Gerais.

De acordo com o edital, o contrato abrange a reforma, conservação e operação de serviços como manutenção predial, fornecimento de água, energia, gás e esgoto, além de limpeza, jardinagem, tecnologia da informação com internet em todos os ambientes, manuten-

ção de equipamentos, vigilância 24 horas e controle de acesso.

As melhorias devem incluir salas de aula, bibliotecas, laboratórios, cozinhas e refeitórios mais modernos, além de reformas em quadras, pátios, jardins e espaços de convivência.

Segundo o secretário estadual de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias, Pedro Bruno Barros de Souza, a iniciativa liberará as equipes pedagógicas para se dedicarem integralmente a educar os estudantes.

“Só o deságio (da oferta selecionada) já vai representar uma economia bastante significativa para os cofres públicos de Minas Gerais”, disse Souza após a IG4 BTG Pactual Health Infra se sagrar vencedora do certame.

“Para quem não foi vencedor, teremos muitas outras oportunidades”, anunciou o secretário, destacando que o setor educacional reserva muitas outras oportunidades de parcerias público privada.

“Só em Minas Gerais há um potencial exponencial de replicarmos esse projeto. A educação, no Brasil, é um setor que tem muitas oportunidades”, disse. “Quando olhamos para outros estados e municípios, vemos o quanto podemos transformar a educação brasileira e a saúde por meio de projeto pragmáticos que vão trazer melhorias aos serviços prestados e ganhos para o público”, acrescentou Souza.

CLIMATOLOGISTA

Papa Leão IV nomeia Carlos Nobre para conselho da Igreja

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O Papa Leão 14 nomeou ontem o climatologista brasileiro Carlos Nobre para o Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral, uma espécie de conselho sobre temas como direitos humanos, justiça, paz, saúde, migrações, emergências humanitárias e obras de caridade da Igreja Católica.

Pesquisador aposentado do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Nobre é reconhecido internacionalmente por suas pesquisas sobre clima e aquecimento global. Atualmente, atua no Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP).

O Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral foi criado pelo Papa Francisco em agosto de 2016, na

Carta Apostólica Humanam Progressionem.

Ele é resultado da fusão de quatro Pontifícios Conselhos preexistentes: Pontifício Conselho para a Justiça e Paz, o Pontifício Conselho para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes, o Pontifício Conselho Cor Unum e o Pontifício Conselho para os Agentes de Saúde para a Pastoral da Saúde.

Entre as tarefas do órgão está

“promover a pessoa humana e sua dignidade, dada por Deus, os direitos humanos, a saúde, a justiça e a paz”.

Também estão no seu escopo “questões relacionadas à economia e ao trabalho, ao cuidado da criação e da terra como ‘lar comum’, às migrações e às emergências humanitárias”, além de aprofundar e disseminar a doutrina social da Igreja sobre o desenvolvimento humano integra

DESCULPA DE SEMPRE

Defesa diz que Bolsonaro não tinha conhecimento sobre vídeo de Eduardo

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A defesa de Jair Bolsonaro informou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o ex-presidente não teve ciência prévia da gravação feita por seu filho, o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro.

A manifestação foi enviada ao STF após o ministro Alexandre de Moraes dar prazo de 24 horas para Bolsonaro explicar o suposto acesso a um vídeo durante o cumprimento da prisão domiciliar.

O pedido de explicações ocor-

reu após Eduardo Bolsonaro afirmar, em publicação nas redes sociais, que enviaria ao seu pai a gravação da participação dele em um evento de políticos de direita nos Estados Unidos.

“Vocês sabem por que eu estou fazendo esse vídeo? Porque eu estou mostrando para o meu pai”, disse o ex-parlamentar.

Bolsonaro cumpre prisão domiciliar e está proibido de utilizar celulares ou qualquer outro de meio comunicação externa direta ou por meio de terceiros.

Os advogados do ex-presidente

afirmaram ao STF que Bolsonaro não teve participação no episódio, que foi feito por um “terceiro”. A defesa também reafirmou que Bolsonaro cumpre integralmente as regras da prisão domiciliar.

“O petição vem observado de forma rigorosa, integral e permanente todas as condições fixadas para o cumprimento da prisão domiciliar humanitária, especialmente as vedações relativas ao uso de aparelhos de comunicação, utilização de redes sociais e gravação de vídeos ou áudios, diretamente ou por intermédio de

terceiros, comprometendo-se a permanecer em absoluto cumprimento dessas e das demais medidas impostas”, disse a defesa.

Por fim, a defesa negou que Bolsonaro teve contato com terceiros durante período em que passou a cumprir domiciliar.

“Não há qualquer dado objetivo que indique comunicação atual, direta ou indireta, com o petiçãoário, tampouco gravação reprodução ou utilização de qualquer meio vedado no âmbito da prisão domiciliar humanitária temporária”, completou a defesa.

RECREIO VEÍCULOS S.A.

CNPJ: 39.531.199/0001-10-NIRE: 33300304959

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as demonstrações contábeis e notas explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)		Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)	
	31/12/2025	31/12/2024	
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.142.703	1.301.262	
Clientes	22.267.539	10.632.836	
Créditos fábrica e terceiros	13.177.654	9.369.850	
Estoques	74.161.429	58.144.056	
Impostos a recuperar	2.517.371	44.025	
Despesas antecipadas	65.019	9.052	
Total do circulante	113.331.715	79.501.081	
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	1.203.730	1.181.693	
Outros valores	324.508	-	
	1.528.238	1.181.693	
Investimentos			
Imobilizado	17.159.573	2.904.036	
Ativo de direito de uso	41.245.910	41.128.214	
Intangível	1.615.540	2.343.953	
	5.993.485	-	
Total do não circulante	67.542.746	47.557.896	
Total do ativo	180.874.461	127.058.977	
Passivo			
Circulante			
Fornecedores de veículos e peças	57.727.782	36.328.396	
Fornecedores de consumo	8.742.530	2.116.882	
Empréstimos e financiamentos	9.141.913	6.900.944	
Arrendamentos a pagar	867.782	816.175	
Obrigações trabalhistas	5.126.661	4.767.568	
Tributos a recolher	4.266.435	2.580.630	
Adiantamentos de clientes	8.716.868	5.045.194	
Outras obrigações	7.373.754	519.700	
Total do circulante	101.963.725	59.075.489	
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	5.707.234	-	
Arrendamentos a pagar	945.303	1.679.929	
Dividendos a pagar	14.400.000	-	
Total do não circulante	21.052.537	1.679.929	
Patrimônio líquido			
Capital social	14.500.000	14.500.000	
Reserva estatutária	29.601.171	39.444.422	
Reserva legal	2.900.000	2.900.000	
Lucro a disposição da assembleia	5.954.640	4.556.749	
Lucros acumulados	4.902.388	4.902.388	
Total do patrimônio líquido	57.858.199	66.303.559	
Total do passivo e do patrimônio líquido	180.874.461	127.058.977	
Demonstrações do resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)			
	31/12/2025	31/12/2024	
Receita operacional líquida	641.853.793	543.330.364	
Custos das vendas e serviços prestados	(577.416.485)	(493.030.119)	
Lucro bruto	64.437.308	50.300.245	
Despesas com vendas	(41.653.426)	(36.646.692)	
Despesas administrativas	(17.006.679)	(15.698.776)	
Depreciações e amortizações	(2.796.555)	(2.125.554)	
Amortizações de direitos de usos	(853.457)	(1.252.488)	
Despesas vendas de imobilizados	(3.233.766)	(2.975.618)	
Receitas vendas de imobilizados	5.075.459	4.592.060	
Outras receitas operacionais, líquidas	13.197.411	4.028.308	
Lucro operacional antes dos resultados financeiros	17.166.295	221.885	
Receitas financeiras	17.669.927	19.116.375	
Despesas financeiras	(12.789.762)	(8.413.652)	
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	4.880.165	10.702.723	
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	22.046.460	10.924.208	
(-) Contribuição social	(1.294.173)	(872.956)	
(-) Imposto de renda	(3.484.647)	(2.344.503)	
Resultado líquido do exercício	17.267.640	7.706.749	
Atribuível a:			
Acionista controlador	8.430.614	3.762.681	
Participação dos não controladores	8.837.026	3.944.068	
	17.267.640	7.706.749	
Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)			
1. Contexto operacional: A Recreio Veículos S.A., (“Recreio” ou “Companhia”), inscrita no CNPJ nº 39.531.199/0001-10 com Sede na Cidade do Rio de Janeiro – RJ é concessionária da Volkswagen do Brasil S/A. A Companhia é controlada pela J. L. Braz Participações S.A. 2. Apresentação das demonstrações contábeis: A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 16 de março de 2026. 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a legislação em vigor. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, moeda funcional da Companhia. 2.4. Uso de estimativas e julgamentos: Em conformidade com as normas contábeis vigentes, a Administração da Companhia é requerida a fazer julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores apresentados em ativos, passivos, receitas e despesas. 2.5. Alterações nas normas contábeis aplicáveis em 2025: A Administração vem, por meio desta nota, apresentar as principais alterações decorrentes da aplicação de pronunciamentos novos ou revisados, que serão implementados pela primeira vez em 2025. Essas mudanças estão alinhadas com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. 2.6. Reforma tributária sobre o consumo – avaliação dos impactos e adequação operacional: A Emenda Constitucional nº 132/2023 promoveu alteração substancial no Sistema Tributário Nacional, com a substituição do ICMS e do ISS pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), bem como do PIS e da COFINS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), além da instituição do Imposto Seletivo (IS), nos termos dos arts. 145, 149-B e 156-A da Constituição Federal. A regulamentação infraconstitucional foi estabelecida pela Lei Complementar nº 214/2025 (IBS e CBS) e demais atos normativos correlatos, disciplinando a não cumulatividade plena, o princípio do destino, a apuração por débito e crédito financeiro e o regime de transição federativa e empresarial. A Companhia declara que: I) Realizou testes completos de parametrização sistêmica para emissão de documentos fiscais e apuração do IBS e da CBS; II) Revisou seus contratos comerciais e políticas de precificação; III) Implementou controles internos compatíveis com o novo regime tributário; IV) Encontra-se tecnicamente preparada para o período de transição previsto na Lei Complementar nº 214/2025. Até a presente data, a administração entende que a Reforma Tributária, introduzida pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, não produziu efeitos significativos sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia, tampouco sobre o reconhecimento contábil de suas operações. Os impactos identificados concentram-se em alterações projetadas no fluxo de caixa e na formação de lucros futuros, decorrentes da nova sistemática de tributação sobre o consumo, sendo tais efeitos monitorados continuamente pela			

administração, em observância aos princípios da relevância, prudência e representação fidedigna previstos na NBC TG Estrutura Conceitual. A Companhia reafirma seu compromisso com a conformidade normativa, governança tributária e transparência das informações contábeis. 3. **Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis, a seguir detalhadas, estão sendo aplicadas de maneira linear em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. a) **Apuração do resultado:** Foi adotado o regime de competência dos exercícios para elaboração das demonstrações contábeis e apuração dos resultados. a.1) **Reconhecimento da receita:** As receitas auferidas representam os ingressos brutos recebidos ou a receber pela venda das mercadorias e serviços, das intermediações e mediações de negócios e se dão da seguinte forma: a.2) **Venda de mercadorias e das prestações de serviços:** A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios. Para o reconhecimento da receita, a Companhia adota os seguintes procedimentos: i) identificação do contrato com o cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho no contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação; e por fim, v) reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida. a.3) **Vendas de serviços financeiros:** Os valores de vendas de serviços financeiros referem-se às receitas de bonificações, comissões de intermediações e mediações de negócios, reconhecidas pelo regime de competência, relativos aos incentivos financeiros promovidos pela fábrica, com a qual a Companhia possui concessão, bem como de instituições financeiras e demais empresas. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Os itens de caixa e equivalentes de caixa são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo posteriormente avaliados pelo custo amortizado com base na taxa de juros efetiva da operação. Os riscos de mercado envolvendo essas aplicações são insignificantes. c) **Instrumentos financeiros:** A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras de liquidez imediata, duplicatas a receber e contas a pagar. d) **Clientes e créditos de fábrica e terceiros:** Estão refletidas pelo valor presente estimado de realização. A estimativa de perda do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar os valores devidos. e) **Estoques:** Os estoques de peças, acessórios, combustíveis e lubrificantes são avaliados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado. Os de veículos são avaliados ao custo histórico de aquisição, identificado por unidade, acrescidos dos impostos não recuperáveis. f) **Investimentos:** Os investimentos da Companhia são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos, quando aplicável, da estimativa de perda por desvalorização. g) **Imobilizado:** O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável (impairment), se houver. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear que leva em consideração a vida útil econômica dos bens. O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. h) **Demais passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. i) **Fornecedores:** Os saldos a pagar a fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial. Veículos fábrica/Peças fábrica e empréstimos estão atualizados pela variação monetária e juros incorridos até a data do encerramento do exercício. Os custos de transação incorridos registrados são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no resultado utilizando o método de taxa de juros efetiva. j) **Arrendamento mercantil – CPC 06 (R3):** A Companhia avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo em um intervalo temporal em troca de contraprestações, classificando-as como “arrendamento”. A Companhia atua como “arrendatária” nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: i) ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; ii) passivos de arrendamento que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos. k) **Imposto de Renda e Contribuição Social:** A Companhia é optante pelo Lucro Real como regime de tributação, calculando a apuração trimestral em conformidade à legislação em vigor. l) **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva. m) **Outros passivos financeiros:** Outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação.

Ronald Tavares Costa Silva - Diretor - CPF/MF sob o nº: 066.444.386-95.

Celso Duarte da Silveira - Diretor - CPF/MF sob o nº: 808.892.397-20;

José Luiz Souza Ramos - Contador - CRC CRC/RJ nº 126743/0-5

CPF/MF sob o nº: 092.883.627-46

“As demonstrações contábeis foram auditadas

pela BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda, CRC 2 SP 013846/F”

EXECUTIVO

Lula sanciona lei que cria 17,8 mil cargos públicos

GABRIEL HIRABAHASI
E GABRIEL DE SOUSA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (foto) sancionou ontem, lei que cria 17,8 mil cargos públicos. Desses, 16,3 mil são para professores e outras áreas ligadas ao Ministério da Educação e 1.500 cargos no Ministério de Gestão e Inovação.

A lei sancionada também cria o Instituto Federal em Patos (PB), cidade do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). O impacto orçamentário estimado é de R\$ 5,3 bilhões em 2026.

O projeto foi aprovado na Câ-

mara em fevereiro. O Senado aprovou o texto em março e o enviou à sanção.

Motta, que participou do evento de sanção da lei ao lado de Lula, agradeceu ao presidente pela criação do instituto, o que ele chamou de um "sonho". A criação do instituto foi um gesto de Lula ao presidente da Câmara logo no início deste ano, como uma forma de melhorar a relação com o deputado.

"Aqui, presidente, abro um parêntese para lhe agradecer. Como sertanejo, essa é uma luta desde meu primeiro mandato. Há 15 anos esperamos ter a nossa instituição de educação com reitoria no sertão

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



da Paraíba. Hoje, o senhor realiza este sonho", declarou Motta durante evento na Esplanada dos Ministérios em

Brasília.

A proposta original do projeto de lei foi de autoria do Poder Executivo. O texto institui o cargo de analista em atividades culturais, no Ministério da Cultura, além de 225 cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), 68 cargos no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e reajustes salariais, novas gratificações e prêmios.

Pela proposta original, o vencimento básico para o cargo de auditor fiscal da Receita Federal do Brasil classe especial, padrão III, por exemplo, passará de R\$ 29.760,95 para R\$ 32.504,91 em abril de 2026.

VERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ N.º 44.323.802/0001-08 - NIRE 33300341064

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: 1. **Data, hora e local:** Realizada aos 11/11/2025, às 11h, na Cidade e Estado do RJ, na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Palácio Austregêlio de Athayde, Centro, CEP 20030-021. 2. **Convocação e Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas, e administradores da Companhia. Dispensada a convocação face à presença de todos os acionistas, nos termos do § 4º, do artigo 124, da Lei n.º 6.404/76 ("Lei das S.A."). 3. **Composição da Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Carlos Eduardo Assumpção Olesko e secretariados pelo Sr. Leandro da Silva Reis. 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) o aumento do capital social da Companhia, bem como, a alteração do artigo 5º do Estatuto Social; (ii) a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iii) a autorização para que os membros da Diretoria pratiquem todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações aprovadas. 5. **Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, a acionista representando a totalidade do capital social da Companhia deliberou, por unanimidade, sem quaisquer restrições ou ressalvas, o quanto segue: 5.1. Aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), passando o mesmo de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para R\$ 400.001.000,00 (quatrocentos milhões e um mil reais), mediante a emissão de 400.000.000 (quatrocentos milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, em observância ao critério estabelecido no inciso I, do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei n.º 6.404/76 e suas alterações. A acionista da Companhia subscrisse as correspondentes ações ordinárias e as integralizará de acordo com o Boletim de Subscrição anexo à presente (Anexo I). 5.1.1 Em decorrência da deliberação constante do item 5.1 acima, aprovar a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar conforme a seguinte nova redação: "Artigo 5º - O capital social subscrito da Companhia é de 400.001.000,00 (quatrocentos milhões e um mil reais), representado por 400.001.000 (quatrocentos milhões e uma mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional. Parágrafo Primeiro - Todas as ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere a seu titular 1 (um) voto nas Assembleias Gerais. Parágrafo Segundo - É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia." 5.2 Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual, já refletindo a deliberação aprovada acima, que passará a vigorar com a redação constante do Anexo II à presente ata. 5.3 Por fim, autorizar expressamente os membros da Diretoria da Companhia a praticarem todos atos e adotar todas as medidas necessárias para o cumprimento da deliberação aprovada na presente assembleia geral, de acordo com a lei aplicável, inclusive, mas não a tanto se limitando, levar esta Ata a registro na junta comercial competente e publicá-la nos órgãos e veículos de divulgação competentes. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia geral extraordinária, da qual se lavrou a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada em livro por todos os presentes. Presentes: (i) Mesa: Carlos Eduardo Assumpção Olesko - Presidente da Mesa; Leandro da Silva Reis - Secretário da Mesa; e (ii) Acionista: Cymi Construções e Participações S.A. (p. Carlos Eduardo Assumpção Olesko e Leandro da Silva Reis) - Acionista. A presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. RJ, 11/11/2025. **MESA:** Carlos Eduardo Assumpção Olesko - Presidente; Leandro da Silva Reis - Secretário. **ACIONISTA:** CYMI CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A. Carlos Eduardo Assumpção Olesko/Leandro da Silva Reis.

ESTATUTO SOCIAL: CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO: Artigo 1 - A Companhia tem a denominação de VERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A. ("Companhia") e é uma sociedade anônima, de capital fechado, que será regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. Artigo 2 - A Companhia tem sede e foro na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson n.º 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Palácio Austregêlio de Athayde, Centro, CEP 20030-021, podendo abrir e extinguir filiais, escritórios ou representações em qualquer localidade do território nacional ou do exterior, mediante deliberação dos Diretores. Artigo 3 - A Companhia terá prazo de duração indeterminado. **CAPÍTULO II - OBJETO SOCIAL:** Artigo 4 - A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem como objeto social (1) a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica na Rede Básica do Sistema Elétrico Integrado, composto pelas instalações de transmissão objeto do contrato de concessão referente ao Lote 01, do Leilão de Transmissão de Energia Elétrica n.º 001/2022-ANEEL ("Contrato de Concessão"), localizadas nos estados de Minas Gerais e São Paulo e compostas pela: (a) LT 500 kV Burtizeiro 3-São Gonçalo do Pará, C1, CS; (b) LT 500 kV Burtizeiro 3 - São Gotardo 2, C1 e C2, CD; (c) LT 500 kV Pirapora 2 - Burtizeiro 3, C1, e C2, CD; (d) LT 500 kV Jaguara-Estreito, C2, CS; (e) LT 500 kV Presidente Juscelino - Vespasiano 2, C1 e C2, CD; (f) LT 500 kV Itabrito 2-Santos Dumont 2, C1, CS; (g) SE 500/345 kV Santos Dumont 2 - novo pátio LT 500 kV e transformação 500/345 kV; (h) SE 500/345 kV Burtizeiro 3; (i) Trechos de LT 345 kV entre a SE Burtizeiro 3 e a LT 345 kV Pirapora 2-Várzea de Palma C1; (j) Trechos de LT 345 kV entre a SE Burtizeiro 3 e a LT 345 kV Pirapora 2 - Três Marias C1; (k) Trechos de LT 345 kV entre a SE Santos Dumont 2 e a LT 345 kV Itutinga-Juiz de Fora 1 C1; (l) Trechos de LT 500 kV entre a SE São Gonçalo do Pará e a LT 500 kV Bom Despacho 3-Ouro Preto 2, C1; e (m) Transferência do reator manobrável do terminal Bom Despacho 3 referente à LT 500 kV Bom Despacho 3-Ouro Preto 2 C1 para a barra de 500 kV da SE São Gonçalo do Pará e (2) a execução de outras atividades afins ou correlatas à implantação e operação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica, tais como investimentos em reforços, mas desde que não expressamente vedadas pelo Contrato de Concessão. **CAPÍTULO III - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES:** Artigo 5 - O capital social da Companhia é de R\$ 400.001.000,00 (quatrocentos milhões e um mil reais), dividido em 400.001.000 (quatrocentos milhões e uma mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Primeiro - Todas as ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere a seu titular 1 (um) voto nas Assembleias Gerais. Parágrafo Segundo - É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **CAPÍTULO IV - ASSEMBLEIAS GERAIS:** Artigo 6 - As Assembleias Gerais serão ordinárias ou extraordinárias. As Assembleias Gerais ordinárias realizar-se-ão nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e as extraordinárias, sempre que os interesses sociais exigirem. Artigo 7 - As Assembleias Gerais serão convocadas por qualquer membro da Diretoria, ou, ainda, por acionista, nos termos da Lei n.º 6.404 de 1976. Parágrafo Primeiro - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, em 1ª (primeira) convocação, e de 5 (cinco) dias úteis, em 2ª (segunda) convocação. Parágrafo Segundo - As Assembleias Gerais serão instaladas com a presença de acionistas representando a totalidade do capital social votante, em 1ª (primeira) convocação, e com qualquer número de acionistas em 2ª (segunda) convocação, e serão presididas alternadamente por representante de cada um dos acionistas, o qual escolherá o secretário. Artigo 8 - Compete privativamente à Assembleia Geral: (i) a modificação do objeto social da Companhia; (ii) o aumento do capital social; (iii) a redução do capital social da Companhia; (iv) a emissão pública ou privada, no Brasil ou no exterior, primária ou secundária, de quaisquer ações, debêntures ou quaisquer outros valores mobiliários (convertíveis ou não) pela Companhia, caso aplicável, ou a oferta primária ou secundária de quaisquer títulos da Companhia, caso aplicável, em bolsa de valores ou outro sistema equivalente, no Brasil ou no exterior; (v) a criação de qualquer classe de ações ordinárias ou preferenciais de emissão da Companhia, caso aplicável, ou aumento de classe de ações preferenciais existentes, bem como a conversão de ações em qualquer outra classe ou espécie, ressalvada a emissão de ações ordinárias ou preferenciais; (vi) a alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais de emissão da Companhia, caso aplicável, ou criação de nova classe mais favorável; (vii) o pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; (viii) alteração da política de distribuição de dividendos da Companhia e a distribuição de dividendos pela Companhia, sem prejuízo do disposto no Artigo 23, §1º; (ix) qualquer distribuição de juros sobre capital próprio pela Companhia; (x) a criação de qualquer reserva estatutária, reserva para contingências, reserva de capital ou reserva de lucros a realizar da Companhia, caso aplicável, assim como qualquer retenção de lucros ou a aprovação de um orçamento de capital, ressalvados o disposto nos Orçamentos Anual e Plurianual; (xi) qualquer incorporação (incluindo incorporação de parcela cindida do capital de outra sociedade), incorporação de ações, fusão, cisão, transformação, reorganização ou consolidação de negócios envolvendo a Companhia, assim como qualquer desdobramento, grupamento, cancelamento, compra de ações para manutenção em tesouraria ou resgate de ações de emissão da Companhia; (xii) a dissolução ou liquidação da Companhia ou a cessação de seu estado de liquidação, incluindo a nomeação ou remoção de liquidantes e a aprovação das contas dos liquidantes; (xiii) a fixação ou a alteração de quaisquer remunerações, bônus e/ou benefícios a serem pagos, a qualquer título, aos administradores ou aos membros do Conselho Fiscal (se instalado), conforme aplicável, da Companhia, observados os parâmetros definidos no Orçamento Plurianual; (xiv) a outorga de opção

de compra de ações (ou modificação nas opções já outorgadas) aos administradores, aos empregados ou aos membros do Conselho Fiscal (se instalado), conforme aplicável, da Companhia, ou a qualquer pessoa, natural ou jurídica, bem como qualquer ente desprovido de personalidade jurídica, organizado de acordo com a legislação brasileira ou estrangeira, que preste serviços à Companhia, acima dos valores previstos no Orçamento Anual e no Orçamento Plurianual; (xv) a aprovação de reformas e modificações ao Estatuto Social da Companhia; (xvi) participação da Companhia em qualquer grupo de sociedades (conforme artigo 265 da Lei n.º 6.404 de 1976); (xvii) a aquisição, alienação, oneração ou, conforme aplicável, arrendamento de (a) participação em qualquer sociedade ou qualquer pessoa, natural ou jurídica, bem como qualquer ente desprovido de personalidade jurídica, ou (b) qualquer estabelecimento, exceto conforme previsto nos Orçamentos Plurianual e Anual; (xviii) a realização de quaisquer investimentos ou desinvestimentos pela Companhia em sociedades, fundos de investimento em participações, consórcios ou joint ventures, ou a celebração, rescisão, distrato, resilição ou renovação de quaisquer parcerias, acordos, incluindo acordos de acionistas ou alianças similares com quaisquer terceiros; (xix) exceto conforme já aprovado nos Orçamentos Plurianual e Anual, a realização de qualquer investimento ou desinvestimento pela Companhia, incluindo a realização de quaisquer investimentos ou desinvestimentos em mercado financeiro ou de capitais, em valor superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) em qualquer período de 12 (doze) meses, valor este que será considerado por operação isolada ou conjunto de operações correlatas; (xx) a modificação do Orçamento Plurianual e aprovação e modificação do Orçamento Anual; (xxi) a revisão e ratificação do Orçamento Plurianual anualmente; (xxii) exceto pelas operações já previstas nos Orçamentos Plurianual e Anual e qualquer de suas alterações posteriores, a aquisição, alienação, oneração ou arrendamento de bens do ativo da Companhia de qualquer valor, independentemente de sua utilização operacional, ou a aquisição, alienação, transferência, oneração ou arrendamento de uma parcela relevante (em uma operação ou em uma série de operações relacionadas) dos ativos ou dos negócios da Companhia, em qualquer caso de valor superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em uma operação isolada ou em um conjunto de operações da mesma natureza no prazo de 12 (doze) meses; (xxiii) exceto conforme já aprovado nos Orçamentos Plurianual e Anual, a obtenção de qualquer endividamento em valor superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em qualquer período de 12 (doze) meses, valor este que será considerado por operação isolada ou conjunto de operações correlatas; (xxiv) a concessão de empréstimos de qualquer valor ou prestação de quaisquer garantias em favor de terceiros ou afiliadas, incluindo fiança ou aval, pela Companhia e as garantias aprovadas para a obtenção de financiamentos da própria Companhia, exceto a garantia exigida para importação de equipamentos pela Companhia; (xxv) a realização de quaisquer atos que resultem em quaisquer ônus ou gravames nos ativos da Companhia, em valor superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em qualquer período de 12 (doze) meses, valor este que será considerado por operação isolada ou conjunto de operações correlatas; (xxvi) a celebração pela Companhia de quaisquer contratos, transações ou operações entre (a) de um lado, a Companhia, e (b) de outro lado, quaisquer Partes Relacionadas (conforme significado definido no item 9 do Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 03 de setembro de 2010); (xxvii) a celebração ou alteração de qualquer contrato ou a realização de qualquer operação pela Companhia, que resulte em qualquer obrigação de exclusividade ou não competitiva; (xxviii) a criação ou o início de atuação em qualquer novo ramo de negócio ou atividade distinto do curso normal dos negócios da Companhia, bem como o encerramento ou a alteração de qualquer negócio ou atividade desenvolvida ou explorada dentro do curso normal dos negócios da Companhia; (xxix) a contratação de operações de mercado futuro, derivativos e contratação de hedge; (xxx) a aquisição, alienação, cessão do uso, oneração ou licenciamento, seja gratuito ou oneroso, de qualquer propriedade intelectual da ou pela Companhia; (xxxi) a antecipação ou prorrogação do prazo de recebimento, ou liquidação antecipada de obrigações, da Companhia, de qualquer valor não previsto nos Orçamentos Plurianual e Anual; (xxxii) a rescisão, resilição, aditamento ou renúncia a direitos relacionados a contratos relevantes em que seja parte a Companhia; (xxxiii) qualquer ato cuja natureza seja diferente do tipo de negócio realizado no curso normal dos negócios da Companhia; (xxxiv) o pedido de cancelamento de registros, licenças ou autorizações, por parte da Companhia; (xxxv) a eleição da Diretoria e de membros de quaisquer comitês, estatutários ou não; (xxxvii) qualquer notificação, início de perícia técnica, procedimento arbitral ou ação judicial relacionada a contratos com Partes Relacionadas; (xxxviii) aprovação e distribuição de dividendos intercalares e intermediários; e (xxxviii) autorizar a realização de qualquer pagamento ou desembolso, a assunção de qualquer obrigação ou compromisso, bem como a celebração de qualquer contrato ou acordo, em valor superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em uma operação isolada ou em um conjunto de operações da mesma natureza no prazo de 12 (doze) meses, por parte da Companhia, que não estejam previstos no Orçamento Anual e no Orçamento Plurianual. Parágrafo Único - Os quóruns de aprovação referentes às matérias previstas nas alíneas do *caput* desse Artigo 8º serão por maioria absoluta de votos, conforme disposto na Lei nº 6.404/76, salvo aquelas demandem quórum específico, conforme disposto na legislação aplicável. **CAPÍTULO V - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA:** Artigo 9 - A Companhia será administrada por uma Diretoria. **SEÇÃO I - DIRETORIA:** Artigo 10 - A Diretoria será constituída por 03 (três) membros, ambos residentes e domiciliados no país, eleitos, com mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos. Parágrafo Primeiro - Os Diretores terão as atribuições estabelecidas nos parágrafos abaixo e no Artigo 12. Parágrafo Segundo - Os membros da Diretoria terão as seguintes denominações específicas: (i) 01 (um) Diretor Administrativo e Financeiro, (ii) 01 (um) Diretor Técnico e (iii) 01 (um) Diretor sem designação específica. Parágrafo Terceiro - O Diretor Administrativo e Financeiro, além de outras atribuições que poderão ser determinadas pela Assembleia Geral, será responsável pela implementação, monitoramento e controle das políticas, diretrizes e atividades financeiras, contábeis e administrativas da Companhia, tendo autonomia integral no desenvolvimento e execução de suas atividades. No exercício de suas atividades, o Diretor Administrativo e Financeiro será responsável pela coordenação e supervisão das Gerências Financeira, de Controle, de Contabilidade, de Recursos Humanos, Administrativa e de Tecnologia da Informação, as quais terão suas atribuições específicas definidas pelo Diretor Administrativo e Financeiro. Parágrafo Quarto - Caberá ainda ao Diretor Administrativo e Financeiro elaborar e apresentar aos comitês competentes, estatutários ou não, o quadro de acompanhamento dos efetivos desembolsos ocorridos para a implantação de empreendimentos, referentes aos 3 (três) meses anteriores, contendo os pagamentos mensais referentes à construção de empreendimentos, devidamente deflacionados de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado para a data base referenciada em 1º de maio de 2014, bem como a documentação de suporte dos desembolsos realizados. Parágrafo Quinto - O Diretor Técnico, além de outras atribuições que poderão ser determinadas pela Assembleia Geral, será responsável por todas as questões técnicas relacionadas diretamente à implantação de empreendimentos da Companhia, a eventual contrato de EPC, aos subcontratos de empresas construtoras, à contratação e pagamento de fornecedores, à operação e manutenção de empreendimentos e ao encaminhamento de informações técnicas, dentre as quais as medições mensais e documentos de acompanhamento elaborados no âmbito de eventual contrato de EPC, aos comitês competentes, estatutários ou não. Caberá ainda ao Diretor Técnico requerer às construtoras contratadas a aquisição dos materiais e/ou equipamentos a serem adquiridos pela Companhia. Parágrafo Sexto - Os Diretores serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio. Parágrafo Sétimo - Terminado o prazo do mandato, os Diretores permanecerão nos seus cargos até a posse dos seus sucessores. Artigo 11 - Ocorrendo vacância do cargo de Diretor, será convocada Assembleia Geral, no prazo 10 (dez) dias úteis, contado da verificação da vacância, para eleição do substituto, que deverá completá-la o restante do mandato. Artigo 12 - Ressalvados os atos para os quais a competência seja, por lei, pelo presente Estatuto Social ou por acordo de acionistas, atribuída à Assembleia Geral, compete à Diretoria: (i) exercer os poderes de administração geral e a gestão das atividades da Companhia, exceto aqueles cuja competência esteja reservada à Assembleia Geral; (ii) zelar pela execução das deliberações da Assembleia Geral; (iii) elaborar e submeter à Assembleia Geral, em cada exercício, o relatório da administração e as demonstrações financeiras; (iv) elaborar e submeter à Assembleia Geral as solicitações de aumento de capital; (v) postergar o prazo de pagamento de quaisquer recebíveis ou liquidação de obrigações, da Companhia, de qualquer valor, conforme previsto no Orçamento Plurianual; (vi) apresentar ao Comitês de Gestão as demonstrações financeiras trimestrais em até 10 (dez) dias após sua elaboração; (vii) efetuar qualquer contratação e demissão de empregados e alterações nos termos e condições dos seus respectivos contratos de trabalho, níveis salariais, forma de remuneração e benefícios concedidos, desde que estejam dentro do limite do Orçamento Plurianual de Implantação do Empreendimento; (viii) constituir procuradores *ad negotia* e *ad judicia*; (ix) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente; (x) submeter aos membros do Comitê de Gestão todo e qualquer documento e/ou informação requerida; (xi) cumprir o Orçamento Anual, sendo admitidos

acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento), desde que o Orçamento Plurianual de Implantação do Empreendimento não seja de qualquer forma excedido; e (xii) cumprir, a qualquer tempo, as Políticas Anticorrupção da Companhia. Artigo 13 - Ressalvado o disposto no parágrafo único, a Companhia será representada e somente se obrigará da seguinte forma: (a) pela assinatura de 2 (dois) Diretores em conjunto; (b) pela assinatura de 1 (um) Diretor agindo em conjunto com 1 (um) procurador; ou (c) pela assinatura de 2 (dois) procuradores em conjunto. Parágrafo Único - As procurações da Companhia serão outorgadas por 2 (dois) Diretores em conjunto, especificando os poderes outorgados, sendo vedada a outorga de poderes amplos de administração ou com prazo superior a 1 (um) ano, ressalvadas, nesta última hipótese, as procurações outorgadas (i) no âmbito do processo de financiamento de longo prazo da Companhia e (ii) a advogados para representação da Companhia em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, as quais poderão ser outorgados por prazo indeterminado, observadas, em qualquer caso, as regras e limitações previstas neste Estatuto Social. Artigo 14 - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou empregado da Companhia que a envolverem em obrigações estranhas ao seu objeto social, salvo quando previamente autorizados pela Assembleia Geral. **CAPÍTULO VI - CONSELHO FISCAL:** Artigo 15 - A Companhia terá um Conselho Fiscal cujo funcionamento não será permanente. Parágrafo Primeiro - Caso venha a ser instalado, o Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento, para um mandato que durará até a primeira Assembleia Geral Ordinária seguinte à sua eleição, podendo ser reeleitos. Parágrafo Segundo - Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio. Artigo 16 - Em caso de vacância no Conselho Fiscal, será convocada Assembleia Geral, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da verificação da vacância, para eleição do substituto e respectivo suplente, para complementar o restante do mandato. Parágrafo Único - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral. **CAPÍTULO VII - EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS:** Artigo 17 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 18 - Ao fim de cada exercício, a Diretoria elaborará, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras, observada a legislação então vigente, submetendo-as à Assembleia Geral, que, após aprová-las, as submeterá à Assembleia Geral juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício. Parágrafo Primeiro - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou referentes a períodos menores e, mediante deliberação da Assembleia Geral, distribuir dividendos intermediários com base nos resultados apurados ou à conta de lucros acumulados ou reserva de lucros. Parágrafo Segundo - A Companhia, mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros sobre capital próprio, podendo as importâncias pagas ou creditadas a este título ser imputadas ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Artigo 19 - Do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções legais, serão aplicados: (i) 5% (cinco por cento) na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social; e (ii) Os dividendos obrigatórios serão de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral determinará a destinação do saldo restante do lucro líquido do exercício, se houver. Parágrafo Segundo - Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, reverterão em favor da Companhia, na forma da lei, sendo convertidos em reserva de capital. Parágrafo Terceiro - Eventual saldo do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, da declaração do dividendo mínimo obrigatório de que trata o artigo anterior, deduzido ainda do valor destinado pela Assembleia Geral para outras reservas de lucros cuja constituição se faça necessária, poderá ser destinado à "Reserva de Dividendos Complementares". **CAPÍTULO VIII - LIQUIDACÃO:** Artigo 20 - A Companhia somente será dissolvida ou liquidada nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral nomear o liquidante e determinar a forma de liquidação, devendo o Conselho Fiscal funcionar durante todo o período da liquidação. **CAPÍTULO IX - ARBITRAGEM:** Artigo 21 - Qualquer controvérsia oriunda do presente Estatuto Social, que não seja resolvida amigavelmente ("Disputa"), com exceção das controvérsias referentes a obrigações de pagar que comportem, desde logo, processo de execução judicial e aquelas que possam exigir, desde já, execução específica serão resolvidos por arbitragem, de acordo com o previsto na Lei de Arbitragem (Lei n.º 9.307, de 23 de setembro de 1996 e alterações posteriores), mediante as condições que se seguem: (a) toda e qualquer controvérsia resultante e/ou relativa à interpretação deste Estatuto Social, incluindo quaisquer questões relacionadas à existência, validade ou término contratual, deve ser, obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem, a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento de Arbitragem ("Regulamento de Arbitragem") da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional ("CCI"), em vigência no momento do início da arbitragem. A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberão à CCI. Caso o Regulamento de Arbitragem contenha qualquer omissão, as disposições processuais da Lei de Arbitragem e do Código de Processo Civil serão aplicáveis, nesta ordem. (b) A sede da arbitragem será na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, local onde será proferida a sentença arbitral. A arbitragem será regida pelas leis da República Federativa do Brasil e será uma arbitragem de direito, sendo vedado aos árbitros julgar por equidade. Os acionistas e a Companhia concordam em enviar seus melhores esforços para alcançar solução rápida, econômica e justa a qualquer conflito submetido à arbitragem. A língua oficial da arbitragem será o Português. (c) O tribunal arbitral ("Tribunal Arbitral") será constituído por 3 (três) árbitros, cabendo ao(s) autor(es) do pedido arbitral conjuntamente, de um lado, a indicação de um árbitro, por outro lado, caberá ao(s) réu(s), conjuntamente, a indicação de outro árbitro. Os árbitros indicados, de comum acordo, nomearão o terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral. Caso o(s) autor(es) e/ou o(s) réu(s) deixem(m) de indicar árbitro e/ou os 2 (dois) árbitros indicados pelos mesmos deixem de nomear o terceiro árbitro no prazo de 30 (trinta) dias contados da data estabelecida para referida providência, caberá ao presidente da CCI indicar o terceiro árbitro, na forma estabelecida em seu Regulamento de Arbitragem. (d) Durante o procedimento, cada parte envolvida no conflito será responsável por seus próprios custos de arbitragem, incluindo honorários advocatícios. Os honorários dos árbitros e demais despesas com a arbitragem deverão ser rateados entre as partes envolvidas no conflito em proporções iguais. (e) A parte sobre a qual for imposta a decisão desfavorável deverá pagar os honorários e despesas havidas com os árbitros e com a CCI, se de outro modo não for estabelecido na decisão arbitral. (f) As partes arcarão com os custos e honorários dos seus respectivos advogados, sem prejuízo dos ônus da sucumbência, fixados pelo Tribunal Arbitral. (g) Cada parte e a Companhia permanecem com o direito de propor no juízo comum competentes as medidas judiciais que visem à obtenção de providimentos cautelares para proteção ou salvaguarda de direitos ou de cunho preparatório previamente à instauração do Tribunal Arbitral, sem que isso seja interpretado como uma renúncia à arbitragem. Para o exercício das citadas tutelas jurisdicionais, fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, comarca da Capital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. (g) o cumprimento da sentença far-se-á na comarca em que se processou a arbitragem (Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro), sendo lícito ao exequente optar pelo juízo do local onde se encontram bens sujeitos à apropriação ou pelo atual domicílio do executado. Cada parte envia seus melhores esforços para assegurar a conclusão célere e eficiente do procedimento arbitral. (h) O laudo arbitral será definitivo e vinculará as partes. As partes concordam em não submeter qualquer conflito a procedimento judicial ou arbitral diferente do previsto no presente Estatuto Social. **CAPÍTULO X - ACORDO DE ACIONISTAS:** Artigo 22 - A Companhia observará fielmente qualquer Acordo de Acionistas arquivado em sua sede, sendo ineficazes em relação à Companhia quaisquer deliberações da Assembleia Geral e da Diretoria que contrariarem seus termos. Parágrafo Primeiro - O Presidente da Assembleia Geral não computará qualquer voto proferido com infração a Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. Parágrafo Segundo - A Companhia não registrará nos livros sociais, sendo nula e ineficaz em relação à Companhia, aos acionistas e a terceiros, a alienação ou oneração de quaisquer ações em violação a Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. **CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES GERAIS:** Artigo 23 - Os valores em reais previstos neste Estatuto Social serão atualizados anualmente, a partir da data de constituição da Companhia, de acordo com a variação do IPCA, independentemente de alteração estatutária. Extinguindo-se o índice referido neste artigo, adotar-se-á seu substituto e, na sua falta, qualquer outro índice aprovado pela Assembleia Geral. Artigo 24 - A Companhia disponibilizará a seus acionistas contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia, se existentes. Jucerja nº 7322252 em 24/11/2025.

PARAÍBA

Lula sanciona criação de IF em reduto eleitoral de Hugo Motta

GABRIEL HIRABAHASI E GABRIEL DE SOUSA/AE



RICARDO STUCKERT/PP

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou ontem, lei que cria um instituto federal em Patos (PB), reduto eleitoral da família do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB).

O projeto foi aprovado na Câmara em fevereiro. O Senado aprovou o texto em março e enviou à sanção. Além de criar o Instituto Federal do Sertão Paraibano, a norma também reestruturou carreiras do Poder Executivo e cria uma série de cargos no Ministério da Educação e no Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

Motta, que participou do evento de sanção da lei ao lado de Lula, agradeceu ao pre-

sidente pela criação do instituto, o que ele chamou de um "sonho". A criação do instituto foi um gesto de Lula ao presidente da Câmara logo no início deste ano, como uma forma de melhorar a relação com o deputado.

SRI

Gleisi diz que deixa comando da articulação nesta quarta

GABRIEL DE SOUSA/AE

A ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann (foto), afirmou que deixa o comando da articulação do governo na amanhã, para disputar uma das duas cadeiras que estarão em jogo no Senado pelo Paraná. Segundo Gleisi, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve definir o sucessor dela até o final desta semana.

"O presidente ainda está definindo, está conversando. Tem essa questão mais política também, as janelas partidárias e acho que ele vai considerar isso. Até o final da semana ele decide. Se não tiver ninguém, deve ficar alguém interino, talvez o secretário-executivo", declarou Gleisi ontem, em conversa com jornalistas.

Além de Gleisi, pelo menos outros 18 ministros devem deixar o governo Lula nesta semana para cumprir o prazo de descompatibilização, que se encerra no próximo sábado. Hoje, o presidente vai realizar uma reunião ministerial para fazer um balanço do trabalho dos auxiliares que vão sair da Esplanada, além de apresentar os novos chefes das pastas.

A ministra da SRI também afirmou que Lula não deve esperar o fim das eleições para mandar ao Senado a mensagem com a indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para a cadeira vacante no Supremo Tribunal Federal (STF). De acordo com Gleisi, o presi-

dente avalia o melhor momento, mas não há previsão de reunião com o presidente da Casa Alta, Davi Calombari (União-AP). Gleisi também fez uma leitura sobre a oficialização da pré-candidatura do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (PSD), ocorrida na manhã desta segunda. A ministra disse que Caiado é uma figura mais "agressiva" que os outros nomes no PSD que se apresentaram como postulantes à Presidência.

Ela afirmou também que o pleito presidencial será polarizado entre Lula e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e que Caiado deve ficar na "periferia" das eleições.

"Obviamente que o Caiado é uma figura mais agressiva, eu diria. Eu não sei como vai ser o comportamento da extrema-direita com ele, do agronegócio com ele, com o Flávio, como é que isso vai sopesar. Mas eu acho que, num quadro como nós estamos, de polarização, é muito difícil, seja quem seja, na terceira via, ter um espaço maior", disse Gleisi.

TORNOZELEIRAS

A ministra da SRI também disse aos jornalistas que a expectativa é que Lula sancione sem vetos o projeto de lei que obriga agressores de mulheres a utilizarem tornozeleiras eletrônicas. A proposta foi aprovada pelo Senado no último dia 18, e o Executivo a considera como parte do programa federal de combate ao feminicídio.

BURITI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ nº 47.290.852/0001 - 24 - NIRE nº 3330034483 - 7
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29/09/2025. 1. **DATA, HORA E LOCAL:** Aos 29/09/2025, às 11h, na sede da Companhia, localizada na Avenida Presidente Wilson n.º 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Palácio Austregésio de Athayde, Centro, Município do RJ, Estado do RJ, CEP 20030 - 021 ("Companhia"). 2. **CONVOCAÇÃO E MESA:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas, e administradores da Companhia. Dispensada a convocação face à presença de todos os acionistas, nos termos do § 4º, do artigo 124, da Lei n.º 6.404/76 ("Lei das S.A."). 3. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Germán Sánchez González e secretariados pelo Sr. Leandro da Silva Reis. 4. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais); (ii) a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (iii) a consolidação do Estatuto Social; e (iv) a autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia. 5. **DELIBERAÇÕES:** Foram aprovadas as seguintes matérias, por unanimidade dos votos e sem ressalvas: (i) O aumento do capital social da Companhia no valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), passando o mesmo de R\$ 100,00 (cem reais) para R\$ 30.000.100,00 (trinta milhões e cem reais), mediante a emissão de 30.000.000 (trinta milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, em observância ao critério estabelecido no inciso I, do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei n.º 6.404/76 e suas alterações. A acionista da Companhia subscreve as correspondentes ações ordinárias e a integralização de acordo com o Boletim de Subscrição anexo à presente (Anexo I); (ii) Em decorrência do aumento de capital deliberado no item (i) acima, a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 30.000.100,00 (trinta milhões e cem reais), representado por 30.000.100 (trinta milhões e cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional, no montante de R\$30.000.100,00 (trinta milhões e cem reais)."; (iii) Em virtude da deliberação (ii) acima, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme anexo que integra a presente ata (Anexo II); e (iv) A autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização. 6. **ENCERRAMENTO, LAVRATURA E APROVAÇÃO DA ATA:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando - se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. Assinaturas: Germán Sánchez González, na qualidade de Presidente; Leandro da Silva Reis, na qualidade de Secretário; e Cymí Construções e Participações S.A., acionista. A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. RJ, 29/09/2025. **MESA: Germán Sánchez González - Presidente da Assembleia; Leandro da Silva Reis - Secretário da Assembleia. ACIONISTA: Cymí CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A. Germán Sánchez González - Diretor; Leandro da Silva Reis - Diretor.**
ESTATUTO SOCIAL: CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO: Artigo 1 - A companhia tem a denominação de BURITI TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A. ("Companhia"), e é uma sociedade anônima, de capital fechado, que será regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. Artigo 2 - A companhia tem sede e foro Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson n.º 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Palácio Austregésio de Athayde, Centro, CEP 20030 - 021, podendo abrir e extinguir filiais, escritórios ou representações em qualquer localidade do território nacional ou do exterior, mediante deliberação dos Diretores. Artigo 3 - A companhia terá prazo de duração indeterminado. **CAPÍTULO II - OBJETO SOCIAL:** Artigo 4 - A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem como objeto social, a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica na Rede Básica do Sistema Elétrico Integrado, composto pelas instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão, referente ao Lote 03, do Leilão de Transmissão de Energia Elétrica N.º1/2023 - ANEEL, composto pela seguinte instalação no Estado de Minas Gerais: LT 500kV Buritizeiro 3 - São Gonçalo do Pará C2, CS; bem como conforme detalhamento abaixo: (i) Executar outras atividade afins ou correlatas à implantação e operação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica, tais como investimentos em reforços, mas desde que não expressamente vedadas pelo Contrato de Concessão, referente ao Lote 03, do Leilão de Transmissão de Energia Elétrica n.º 1/2023 - ANEEL. **CAPÍTULO III - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES:** Artigo 5 - O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 30.000.100,00 (trinta milhões e cem reais), representado por 30.000.100 (trinta milhões e cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional, no montante de R\$30.000.100,00 (trinta milhões e cem reais). **Parágrafo primeiro** - Todas as ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere a seu titular 1 (um) voto nas Assembleias Gerais. **Parágrafo Segundo** - É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **CAPÍTULO IV - ASSEMBLEIAS GERAIS:** Artigo 6 - As Assembleias Gerais serão ordinárias ou extraordinárias. As Assembleias Gerais ordinárias realizar - se - ão nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e as extraordinárias, sempre que os interesses sociais exigirem. Artigo 7 - As Assembleias Gerais serão convocadas por qualquer membro da Diretoria ou, ainda, por acionista, nos termos da Lei n.º 6.404 de 1976. **Parágrafo Primeiro** - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, em 1ª (primeira) convocação, e de 5 (cinco) dias úteis, em 2ª (segunda) convocação. **Parágrafo Segundo** - As Assembleias Gerais serão instaladas com a presença de acionistas representando a totalidade do capital social votante, em 1ª (primeira) convocação, e com qualquer número de acionistas em 2ª (segunda) convocação, e serão presididas alternadamente por representante de cada um dos acionistas, o qual escolherá o secretário. **Artigo 8** - Compete privativamente à Assembleia Geral: (i) a modificação do objeto social da Companhia; (ii) o aumento do capital social; (iii) a redução do capital social da Companhia; (iv) a emissão pública ou privada, no Brasil ou no exterior, primária ou secundária, de quaisquer ações, debêntures ou quaisquer outros valores mobiliários (convertíveis ou não) pela Companhia, caso aplicável, ou a oferta primária ou secundária de quaisquer títulos da Companhia, caso aplicável, em bolsa de valores ou outro sistema equivalente, no Brasil ou no exterior; (v) a criação de qualquer classe de ações ordinárias ou preferenciais de emissão da Companhia, caso aplicável, ou aumento de classe de ações preferenciais existentes, bem como a conversão de ações em qualquer outra classe ou espécie, ressalvada a emissão de ações ordinárias ou preferenciais; (vi) a alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais de emissão da Companhia, caso aplicável, ou criação de nova classe mais favorecida; (vii) o pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; (viii) alteração da política de distribuição de dividendos da Companhia e a distribuição de dividendos pela Companhia, sem prejuízo do disposto no Artigo 23, §1º; (ix) qualquer distribuição de juros sobre capital próprio pela Companhia; (x) a criação de qualquer reserva estatutária, reserva para contingências, reserva de capital ou reserva de lucros a realizar da Companhia, caso aplicável, assim como qualquer retenção de lucros ou a aprovação de um orçamento de capital, ressalvados o disposto nos Orçamentos Anual e Plurianual; (xi) qualquer incorporação (incluindo incorporação de parcela cindida do capital de outra sociedade), incorporação de ações, fusão, cisão, transformação, reorganização ou consolidação de negócios envolvendo a Companhia, assim como qualquer desdobramento, grupamento, cancelamento, compra de ações para manutenção em tesouraria ou resgate de ações de emissão da Companhia; (xii) a dissolução ou liquidação da Companhia ou a cessação de seu estado de liquidação, incluindo a nomeação ou remoção de liquidantes e a aprovação das contas dos liquidantes; (xiii) a fixação ou a alteração de quaisquer remunerações, bônus e/ou benefícios a serem pagos, a qualquer título, aos administradores ou aos membros do Conselho Fiscal (se instalado), conforme aplicável, da Companhia, observados os parâmetros definidos no Orçamento Plurianual; (xiv) a outorga de opção de compra de ações (ou modificação nas opções já outorgadas) aos administradores, aos empregados ou aos membros do Conselho Fiscal (se instalado), conforme aplicável, da Companhia, ou a qualquer pessoa, natural ou jurídica, bem como qualquer ente desprovido de personalidade jurídica, organizado de acordo com a legislação brasileira ou estrangeira, que preste serviços à Companhia, acima dos valores previstos no Orçamento Anual e no Orçamento Plurianual; (xv) a aprovação de reformas e modificações ao Estatuto Social da Companhia; (xvi) participação da Companhia em qualquer grupo de sociedades (conforme artigo 265 da Lei n.º 6.404 de 1976); (xvii) a

aquisição, alienação, oneração ou, conforme aplicável, arrendamento de (a) participação em qualquer sociedade ou qualquer pessoa, natural ou jurídica, bem como qualquer ente desprovido de personalidade jurídica, ou (b) qualquer estabelecimento, exceto conforme previsto nos Orçamentos Plurianual e Anual; (xviii) a realização de quaisquer investimentos ou desinvestimentos pela Companhia em sociedades, fundos de investimento em participações, consórcios ou joint ventures, ou a celebração, rescisão, distrato, resilição ou renovação de quaisquer parcerias, acordos, incluindo acordos de acionistas ou alianças similares com quaisquer terceiros; (xix) exceto conforme já aprovado nos Orçamentos Plurianual e Anual, a realização de qualquer investimento ou desinvestimento pela Companhia, incluindo a realização de quaisquer investimentos ou desinvestimentos em mercado financeiro ou de capitais, em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em qualquer período de 12 (doze) meses, valor este que será considerado por operação isolada ou conjunto de operações correlatas; (xx) a modificação do Orçamento Plurianual e aprovação e modificação do Orçamento Anual; (xxi) a revisão e ratificação do Orçamento Plurianual anualmente; (xxii) exceto pelas operações já previstas nos Orçamentos Plurianual e Anual e qualquer de suas alterações posteriores, a aquisição, alienação, oneração ou arrendamento de bens do ativo da Companhia de qualquer valor, independentemente de sua utilização operacional, ou a aquisição, alienação, transferência, oneração ou arrendamento de uma parcela relevante (em uma operação ou em uma série de operações relacionadas) dos ativos ou dos negócios da Companhia, em qualquer caso de valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em uma operação isolada ou em um conjunto de operações da mesma natureza no prazo de 12 (doze) meses; (xxiii) exceto conforme já aprovado nos Orçamentos Plurianual e Anual, a obtenção de qualquer endividamento em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em qualquer período de 12 (doze) meses, valor este que será considerado por operação isolada ou conjunto de operações correlatas; (xxiv) a concessão de empréstimos de qualquer valor ou prestação de quaisquer garantias em favor de terceiros ou afiliadas, incluindo fiança ou aval, pela Companhia e as garantias aprovadas para a obtenção de financiamentos da própria Companhia, exceto a garantia exigida para importação de equipamentos pela Companhia; (xxv) a realização de quaisquer atos que resultem em quaisquer ônus ou gravames nos ativos da Companhia, em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em qualquer período de 12 (doze) meses, valor este que será considerado por operação isolada ou conjunto de operações correlatas; (xxvi) a celebração ou alteração de qualquer contrato ou a realização de qualquer operação pela Companhia, que resulte em qualquer obrigação de exclusividade ou não competição; (xxvii) a criação ou o início de atuação em qualquer novo ramo de negócio ou atividade distinto do curso normal dos negócios da Companhia, bem como o encerramento ou a alteração de qualquer negócio ou atividade desenvolvida ou explorada dentro do curso normal dos negócios da Companhia; (xxviii) a contratação de operações de mercado futuro, derivativos e contratação de hedge; (xxix) a aquisição, alienação, cessão do uso, oneração ou licenciamento, seja gratuito ou oneroso, de qualquer propriedade intelectual da ou pela Companhia; (xxx) a antecipação ou prorrogação do prazo de recebimento, ou liquidação antecipada de obrigações, da Companhia, de qualquer valor não previsto nos Orçamentos Plurianual e Anual; (xxxi) qualquer ato cuja natureza seja diferente do tipo de negócio realizado no curso normal dos negócios da Companhia; (xxxii) a eleição da Diretoria e de membros de quaisquer comitês, estatutários ou não; (xxxiii) aprovação e distribuição de dividendos intercalares e intermediários; (xxxiv) autorizar a realização de qualquer pagamento ou desembolso, a assunção de qualquer obrigação ou compromisso, bem como a celebração de qualquer contrato ou acordo, em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em uma operação isolada ou em um conjunto de operações da mesma natureza no prazo de 12 (doze) meses, por parte da Companhia, que não estejam previstos no Orçamento Anual e no Orçamento Plurianual; e (xxxv) abrir ou fechar filiais e/ou qualquer outro tipo de estabelecimento, seja de natureza comercial, industrial, administrativa ou outra, da Companhia. **Parágrafo Único** - Os quóruns de aprovação referentes às matérias previstas nas alíneas do caput desse Artigo 8º observarão o disposto na legislação aplicável e em eventual Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. **CAPÍTULO V - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA:** Artigo 9 - A Companhia será administrada por uma Diretoria. **Seção I - DIRETORIA:** Artigo 10 - A Diretoria será constituída por 3 (três) membros, todos residentes e domiciliados no país, eleitos, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. **Parágrafo Primeiro** - Os Diretores terão as atribuições estabelecidas nos parágrafos abaixo e no Artigo 12. **Parágrafo Segundo** - Os membros da Diretoria terão as seguintes denominações específicas: (i)01 Diretor Administrativo e Financeiro, e (ii) 02 Diretor Técnico, bem como 01 (um) Diretor sem designação específica. **Parágrafo Terceiro** - O Diretor Administrativo e Financeiro, além de outras atribuições que poderão ser determinadas pela Assembleia Geral, será responsável pela implementação, monitoramento e controle das políticas, diretrizes e atividades financeiras, contábeis e administrativas da Companhia, tendo autonomia integral no desenvolvimento e execução de suas atividades. No exercício de suas atividades, o Diretor Administrativo e Financeiro será responsável pela coordenação e supervisão das Gerências Financeira, de Controle, de Contabilidade, de Recursos Humanos, Administrativa e de Tecnologia da Informação, as quais terão suas atribuições específicas definidas pelo Diretor Administrativo e Financeiro. **Parágrafo Quarto** - Caberá ainda ao Diretor Administrativo e Financeiro elaborar e apresentar aos comitês competentes, estatutários ou não, o quadro de acompanhamento dos efetivos desembolsos ocorridos para a implantação de empreendimentos, referentes aos 3 (três) meses anteriores, contendo os pagamentos mensais referentes à construção de empreendimentos, devidamente deflacionados de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado para a data base referenciada em 1º de maio de 2014, bem como a documentação de suporte dos desembolsos realizados. **Parágrafo Quinto** - O Diretor Técnico, além de outras atribuições que poderão ser determinadas pela Assembleia Geral, será responsável por todas as questões técnicas relacionadas diretamente à implantação de empreendimentos da Companhia, ao EPC, aos subcontratos de empresas construtoras, à contratação e pagamento de fornecedores, à operação e manutenção de empreendimentos e ao encaminhamento de informações técnicas, dentre as quais as medições mensais e documentos de acompanhamento elaborados no âmbito do EPC, aos comitês competentes, estatutários ou não. Caberá ainda ao Diretor Técnico requerer às construtoras contratadas a aquisição dos materiais e/ou equipamentos a serem adquiridos pela Companhia. **Parágrafo Sexto** - Os Diretores serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio. **Parágrafo Sétimo** - Terminado o prazo do mandato, os Diretores permanecerão nos seus cargos até a posse dos seus sucessores. **Artigo 11** - Ocorrendo vacância do cargo de Diretor, será convocada Assembleia Geral, no prazo 10 (dez) dias úteis, contado da verificação da vacância, para eleição do substituto, que deverá completar o restante do mandato. **Artigo 12** - Ressalvados os atos para os quais a competência seja, por lei, pelo presente Estatuto Social ou por acordo de acionistas, atribuída à Assembleia Geral, compete à Diretoria: (i) exercer os poderes de administração geral e a gestão das atividades da Companhia, exceto aqueles cuja competência esteja reservada à Assembleia Geral; (ii) zelar pela execução das deliberações da Assembleia Geral; (iii) elaborar e submeter à Assembleia Geral, em cada exercício, o relatório da Companhia e as demonstrações financeiras; (iv) elaborar e submeter à Assembleia Geral as solicitações de aumento de capital; (v) postergar o prazo de pagamento de quaisquer recebíveis ou liquidação de obrigações, da Companhia, de qualquer valor, conforme previsto no Orçamento Plurianual; (vi) apresentar ao Comitês de Gestão as demonstrações financeiras trimestrais em até 10 (dez) dias após sua elaboração; (vii) efetuar qualquer contratação e demissão de empregados e alterações nos termos e condições dos seus respectivos contratos de trabalho, níveis salariais, forma de remuneração e benefícios concedidos, desde que estejam dentro do limite do Orçamento Plurianual de Implantação do Empreendimento; (viii) constituir procuradores ad negocia e ad judícia; (ix) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente; (x) submeter aos membros do Comitê de Gestão todo e qualquer documento e/ou informação requerida; (xi) cumprir o Orçamento Anual, sendo admitidos acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento), desde que o Orçamento Plurianual de Implantação do Empreendimento não seja de qualquer forma excedido; e (xii) cumprir, a qualquer tempo, as Políticas Anticorrupção da Companhia. **Artigo 13** - Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, a Companhia será representada e somente se obrigará da seguinte forma: (a) pela assinatura de 2 (dois) Diretores em conjunto; (b) pela assinatura de 1 (um) Diretor agindo em conjunto com 1 (um) procurador; ou (c) pela assinatura de 2 (dois) procuradores em conjunto. **Parágrafo Único** - As procurações da Companhia serão outorgadas por 2 (dois) Diretores em conjunto, especifican-

do os poderes outorgados, sendo vedada a outorga de poderes amplos de administração ou com prazo superior a 1 (um) ano, ressalvadas, nesta última hipótese, as procurações outorgadas (i) no âmbito do processo de financiamento de longo prazo da Companhia e (ii) a advogados para representação da Companhia em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, as quais poderão ser outorgados por prazo indeterminado, observadas, em qualquer caso, as regras e limitações previstas neste Estatuto Social. **Artigo 14** - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou empregado da Companhia que a envolverem em obrigações estranhas ao seu objeto social, salvo quando previamente autorizados pela Assembleia Geral. **CAPÍTULO VI - CONSELHO FISCAL:** Artigo 15 - A Companhia terá um Conselho Fiscal cujo funcionamento não será permanente. **Parágrafo Primeiro** - Caso venha a ser instalado, o Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento, para um mandato que durará até a primeira Assembleia Geral Ordinária seguinte à sua eleição, podendo ser reeleitos. **Parágrafo Segundo** - Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio. **Artigo 16** - Em caso de vacância no Conselho Fiscal, será convocada Assembleia Geral, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da verificação da vacância, para eleição do substituto e respectivo suplente, para complementar o restante do mandato. **Parágrafo Único** - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral. **CAPÍTULO VII - EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS:** Artigo 17 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 18** - Ao fim de cada exercício, a Diretoria elaborará, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras, observada a legislação então vigente, submetendo - as à Assembleia Geral, que, após aprová - las, as submeterá à Assembleia Geral juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício. **Parágrafo Primeiro** - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou referentes a períodos menores e, mediante deliberação da Assembleia Geral, distribuir dividendos intermediários com base nos resultados apurados ou à conta de lucros acumulados ou reserva de lucros. **Parágrafo Segundo** - A Companhia, mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros sobre capital próprio, podendo as importâncias pagas ou creditadas a este título ser imputadas ao valor do dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 19** - Do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções legais, serão aplicados: (i) 5% (cinco por cento) na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social; e (ii) Os dividendos obrigatórios serão de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. **Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral determinará a destinação do saldo restante do lucro líquido do exercício, se houver. **Parágrafo Segundo** - Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, reverterão em favor da Companhia, na forma da lei, sendo convertidos em reserva de capital. **Parágrafo Terceiro** - Eventual saldo do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, da declaração do dividendo mínimo obrigatório de que trata o artigo anterior, deduzido ainda do valor destinado pela Assembleia Geral para outras reservas de lucros cuja constituição se faça necessária, poderá ser destinado à "Reserva de Dividendos Complementares". **CAPÍTULO VIII - LIQUIDAÇÃO:** Artigo 20 - A Companhia somente será dissolvida ou liquidada nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral nomear o liquidante e determinar a forma de liquidação, devendo o Conselho Fiscal funcionar durante todo o período da liquidação. **CAPÍTULO IX - ARBITRAGEM:** Artigo 21 - Qualquer controvérsia oriunda do presente Estatuto Social, que não seja resolvida amigavelmente ("Disputa"), com exceção de controvérsias referentes a obrigações de pagar que comportem, desde logo, processo de execução judicial e aquelas que possam exigir, desde já, execução específica serão resolvidos por arbitragem, de acordo com o previsto na Lei de Arbitragem (Lei n.º 9.307, de 23 de setembro de 1996 e alterações posteriores), mediante as condições que se seguem: (a) Toda e qualquer controvérsia resultante e/ou relativa à interpretação deste Estatuto Social, incluindo questões relacionadas à existência, validade ou término contratual, deve ser, obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem, ser instituída e processada de acordo com o Regulamento de Arbitragem ("Regulamento de Arbitragem") da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional ("CCI"), em vigência no momento do início da arbitragem. A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberão à CCI. Caso o Regulamento de Arbitragem contenha qualquer omissão, as disposições processuais da Lei de Arbitragem e do Código de Processo Civil serão aplicáveis, nesta ordem. (b) A sede da arbitragem será na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, local onde será proferida a sentença arbitral. A arbitragem será regida pelas leis da República Federativa do Brasil e será uma arbitragem de direito, sendo vedado aos árbitros julgar por equidade. Os acionistas e a Companhia concordam em envidar seus melhores esforços para alcançar solução rápida, econômica e justa a qualquer conflito submetido à arbitragem. A língua oficial da arbitragem será o Português. (c) O tribunal arbitral ("Tribunal Arbitral") será constituído por 3 (três) árbitros, cabendo ao(s) autor(es) do pedido arbitral conjuntamente, de um lado, a indicação de um árbitro, por outro lado, caberá ao(s) réu(s), conjuntamente, a indicação de outro árbitro. Os árbitros indicados, de comum acordo, nomearão o terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral. Caso o(s) autor(es) e/ou o(s) réu(s) deixem de indicar árbitro e/ou os 2 (dois) árbitros indicados pelos mesmos deixem de nomear o terceiro árbitro no prazo de 30 (trinta) dias contados da data estabelecida para referida providência, caberá ao presidente da CCI indicar o terceiro árbitro, na forma estabelecida em seu Regulamento de Arbitragem. (d) Durante o procedimento, cada parte envolvida no conflito será responsável por seus próprios custos de arbitragem, incluindo honorários advocatícios. Os honorários dos árbitros e demais despesas com a arbitragem deverão ser rateados entre as partes envolvidas no conflito em proporções iguais. (e) A parte sobre a qual for imposta a decisão desfavorável deverá pagar os honorários e despesas havidas com os árbitros e com a CCI, se de outro modo não for estabelecido na decisão arbitral. As partes arcarão com os custos e honorários dos seus respectivos advogados, sem prejuízo dos ônus da sucumbência, fixados pelo Tribunal Arbitral. (f) Cada parte e a Companhia permanecerem com o direito de propor no juízo comum competente as medidas judiciais que visem à obtenção de providimentos cautelares para proteção ou salvaguarda de direitos ou de cumprimento do presente Estatuto Social. (g) O cumprimento da sentença far - se - á na comarca em que se processou a arbitragem (Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro), sendo lícito ao exequente optar pelo juízo do local onde se encontram bens sujeitos à expropriação ou pelo atual domicílio do executado. Cada parte envidará seus melhores esforços para assegurar a conclusão célere e eficiente do procedimento arbitral. (h) O laudo arbitral será definitivo e vinculará as partes. As partes concordam em não submeter qualquer conflito a procedimento judicial ou arbitral diferente do previsto no presente Estatuto Social. **CAPÍTULO X - ACORDO DE ACIONISTAS:** Artigo 22 - A Companhia observará fielmente qualquer Acordo de Acionistas arquivado em sua sede, sem ineficazes em relação à Companhia quaisquer deliberações da Assembleia Geral e da Diretoria que contrariarem seus termos. **Parágrafo Primeiro** - O Presidente da Assembleia Geral não computará qualquer voto proferido com infração a Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. **Parágrafo Segundo** - A Companhia não registrará nos livros sociais, sendo nula e ineficaz em relação à Companhia, aos acionistas e a terceiros, a alienação ou oneração de quaisquer ações em violação a Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. **CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES GERAIS:** Artigo 23 - Os valores em reais previstos neste Estatuto Social serão atualizados anualmente, a partir da data de constituição da Companhia, de acordo com a variação do IPCA, independentemente de alteração estatutária. Extinguindo - se o índice referido neste artigo, adotar - se - á seu substituto e, na sua falta, qualquer outro índice aprovado pela Assembleia Geral. **Artigo 24** - A Companhia disponibilizará a seus acionistas contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia, se existentes. Jucerja n.º 7260460 em 17/10/2025.

GUARULHOS

Turbina de avião explode e piloto faz pouso de emergência

O motor do Airbus A330-300, da Delta Airlines, explodiu momentos após a decolagem do Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, na noite de domingo passado. O piloto teve de fazer um pouso de emergência. Ninguém ficou ferido.

O voo tinha como destino a cidade de Atlanta, no estado da Georgia, nos Estados Unidos. Devido ao cancelamento da viagem, outros voos tiveram de ser cancelados. O Corpo de Bombeiros do aeroporto foi acionado e o avião conseguiu pousar em segurança.

Segundo nota da companhia aérea, "o voo 104 da Delta, de São Paulo para Atlanta, retornou ao aeroporto logo após a decolagem após um problema mecânico no motor esquerdo da aeronave. Os passageiros foram levados de ônibus até o terminal. A segurança de nossos clientes e da tripulação é nossa maior prioridade. Pedimos desculpas aos nossos clientes por esse atraso em suas viagens". A aeronave levava 272 passageiros e 14 tripulantes.

A torre de controle alertou a tripulação sobre as chamas, e o piloto declarou emergência, com o chamado "mayday", antes de retornar imediatamente ao aeroporto. Equipes de bombeiros atuaram no local e controlaram o incêndio em poucos minutos. A FAB informou que a investigação segue sem prazo definido para conclusão.

FAB investiga pane em avião que teve explosão de turbina em Guarulhos

ADRIANA VICTORINO/AE

A Força Aérea Brasileira (FAB) iniciou a investigação sobre a pane registrada em um voo que partia de São Paulo para os Estados Unidos e precisou retornar ao Aeroporto Internacional de Guarulhos na noite de domingo passado. Segundo a FAB, investigadores do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) foram acionados para apurar a ocorrência envolvendo a aeronave.

De acordo com a corporação, a equipe realizou a chamada "ação inicial", etapa em que são coletados dados, preservados elementos e verificados os danos à aeronave, além do levantamento de informações necessárias para a investigação.

O incidente ocorreu logo após a decolagem de um avião da Delta Air Lines com destino a Atlanta, nos Estados Unidos. A aeronave, um Airbus A330-300, apresentou falha em uma das turbinas e precisou fazer um

pouso de emergência no aeroporto paulista.

Apesar do susto, não houve feridos entre os 272 passageiros e 14 tripulantes a bordo. Segundo a companhia aérea, o voo foi cancelado por problemas mecânicos, e os passageiros foram levados de ônibus até o terminal após o pouso.

De acordo com dados do Flightradar24, o avião permaneceu no ar por cerca de nove minutos. Durante esse período, houve uma explosão no motor esquerdo, que pro-

vocou a queda de fragmentos na área próxima à pista, o que deu início a um foco de incêndio.

A torre de controle alertou a tripulação sobre as chamas, e o piloto declarou emergência, com o chamado "mayday", antes de retornar imediatamente ao aeroporto. Equipes de bombeiros atuaram no local e controlaram o incêndio em poucos minutos. A FAB informou que a investigação segue sem prazo definido para conclusão.

O que pode ter causado explosão e fogo em avião após decolagem em SP

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

O acidente com o avião da Delta Airlines que realizou um pouso de emergência no Aeroporto Internacional de Guarulhos, na noite de domingo, passado, após incêndio em uma das turbinas, pode ter sido causado por aves, animais ou peças metálicas caídas na pista, segundo especialista. A aeronave, no entanto, tem sistemas de segurança que permitem voar mesmo com uma turbina a menos.

O incidente aconteceu logo após a decolagem para um voo até os Estados Unidos. O Airbus levava 272 passageiros e 14 tripulantes. O piloto acionou sistemas de emergência, comunicou a torre de controle do aeroporto e fez um pouso de emergência no mesmo aeroporto. Ninguém ficou ferido.

A Delta diz em seu site oficial que o voo foi cancelado devido a problemas no motor esquerdo e pediu desculpas aos passageiros pelo transtorno. A companhia afirma que o Airbus A330-300 pousou em segurança, foi recebido pela equipe de combate a incêndio aeroportuário e os passageiros foram levados de ônibus até o terminal.

A aeronave partiu às 23h49 com destino a Atlanta, nos Estados Unidos, quando, segundos após sair do solo, houve uma explosão no motor esquerdo. O incidente provocou a queda de fragmentos chamuscados na área ao lado da pista, o que deu início a um foco de incêndio.

De acordo com o engenheiro mecânico Gerardo Portela, especialista em gerenciamento de risco da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE-UFRRJ), dados históricos mostram que acidentes como esses em geral acontecem por ingestão de objeto estranho, que pode ser um pássaro, um balão, uma ave, ou peças que ficam na pista, como parafusos. "Isso acontece quando carros ou outras aeronaves deixam cair alguma coisa na pista e, na hora da decolagem, quando o avião está ganhando velocidade, levanta a peça que acaba entrando na turbina", explica.

Segundo ele, esse modelo de avião tem turbinas sofisticadas e consegue se manter em voo mesmo que perca uma delas. "As companhias aéreas são velozes nessas atualizações. Um avião muito seguro, muito usado em viagens transatlânticas." Conforme o especialista, mesmo se perder uma turbina, a aeronave ainda tem 100% de capacidade de voar. "Tem também um sistema de detecção de fogo e gás e superaquecimento das turbinas muito confiável, que detecta presença de alteração de temperatura, confirma e manda mensagem para cabine." Ainda segundo ele, esses aviões possuem um sistema de combate a incêndio para cada turbina. "Esse sistema inclui um gás capaz de extinguir com muita eficiência qualquer tipo de incêndio e explosão, e ainda adotar ações de isolamento para que o evento não tome proporções maiores." Sobre os destroços que caíram da turbina do avião durante o incêndio, ele explica que, em caso de desprendimento das paletas instaladas na turbina, ela poderia atingir o avião com a força de um míssil. "Então tem também uma carcaça que não deixa nenhum pedaço ir para dentro da aeronave. Mas não é possível evitar que caia alguma coisa, como vários pedaços caíram causando incêndio no solo, justamente na região da pista do pouso de emergência. A gente tem que esperar investigação para saber o que aconteceu." Além da hipótese da ingestão de objeto estranho pela turbina, outra possibilidade, segundo o engenheiro, é ter ocorrido uma falha do motor. "No solo, foram tomadas todas as ações cabíveis e aplicáveis e conseguiram contornar a situação. Nesses casos, a prioridade é colocar a aeronave no solo, porque ela está funcionando com apenas uma turbina, mesmo que ainda exista alguma coisa ali, um fogo, mas bombeiros tentaram reduzir o incêndio e fizeram isso da melhor maneira possível", diz.

O Airbus A330-300 da Delta Airlines tem capacidade para transportar até 282 passageiros, distribuídos nas classes executiva, premium e econômica. Com 63,4 metros de comprimento e 60,1 m de envergadura (distância entre as pontas das asas), o avião ostenta uma cauda do avião de 16,9 metros de altura.

A aeronave atinge velocidade de cruzeiro de cerca de 855 km/h, com autonomia de 10 mil quilômetros, o que permite voos intercontinentais sem escalas. O modelo é equipado com dois motores de propulsão turbofan - uma espécie de grande ventilador para gerar empuxo.

Segundo ele, esse modelo de avião tem turbinas sofisticadas e consegue se manter em voo mesmo que perca uma delas. "As companhias aéreas são velozes nessas atualizações. Um avião muito seguro, muito usado em viagens transatlânticas." Conforme o especialista, mesmo se perder uma turbina, a aeronave ainda tem 100% de capacidade de voar. "Tem também um sistema de detecção de fogo e gás e superaquecimento das turbinas muito confiável, que detecta presença de alteração de temperatura, confirma e manda mensagem para cabine." Ainda segundo ele, esses aviões possuem um sistema de combate a incêndio para cada turbina. "Esse sistema inclui um gás capaz de extinguir com muita eficiência qualquer tipo de incêndio e explosão, e ainda adotar ações de isolamento para que o evento não tome proporções maiores." Sobre os destroços que caíram da turbina do avião durante o incêndio, ele explica que, em caso de desprendimento das paletas instaladas na turbina, ela poderia atingir o avião com a força de um míssil. "Então tem também uma carcaça que não deixa nenhum pedaço ir para dentro da aeronave. Mas não é possível evitar que caia alguma coisa, como vários pedaços caíram causando incêndio no solo, justamente na região da pista do pouso de emergência. A gente tem que esperar investigação para saber o que aconteceu." Além da hipótese da ingestão de objeto estranho pela turbina, outra possibilidade, segundo o engenheiro, é ter ocorrido uma falha do motor. "No solo, foram tomadas todas as ações cabíveis e aplicáveis e conseguiram contornar a situação. Nesses casos, a prioridade é colocar a aeronave no solo, porque ela está funcionando com apenas uma turbina, mesmo que ainda exista alguma coisa ali, um fogo, mas bombeiros tentaram reduzir o incêndio e fizeram isso da melhor maneira possível", diz.

O Airbus A330-300 da Delta Airlines tem capacidade para transportar até 282 passageiros, distribuídos nas classes executiva, premium e econômica. Com 63,4 metros de comprimento e 60,1 m de envergadura (distância entre as pontas das asas), o avião ostenta uma cauda do avião de 16,9 metros de altura.

A aeronave atinge velocidade de cruzeiro de cerca de 855 km/h, com autonomia de 10 mil quilômetros, o que permite voos intercontinentais sem escalas. O modelo é equipado com dois motores de propulsão turbofan - uma espécie de grande ventilador para gerar empuxo.

Setor de saúde e bem-estar projeta crescimento econômico no Brasil em 2026

ROVENA ROSA/ABRASIL



Expansão de nichos e novos modelos de negócio impulsionam o setor

Para Lucas André, CEO da Fast Tennis, rede de academias voltadas à prática do esporte, os números refletem uma mudança estrutural no setor. "O mercado deixou de operar apenas no conceito de condicionamento físico e passou a integrar saúde, socialização e rotina. Isso amplia a base de consumidores e cria novas frentes de receita", afirmou. Segundo ele, a busca por longevidade tem impulsionado a demanda contínua por serviços relacionados ao bem-estar.

O avanço das academias especializadas também acompanha essa transformação. Modelos focados em modalidades específicas, como esportes de raquete, têm ganhado espaço ao oferecer experiências segmentadas e maior engajamento dos clientes. Esse formato contribui para a fidelização e para o aumento do ticket médio, segundo operadores do setor.

De acordo com José Eduardo Fiates, diretor da ABF, o franchising tem se beneficiado dessa mudança de perfil do consumidor. "Há uma transição clara para serviços que combinam saúde e conveniência. O franchising permite expansão rápida e padronização, o que favorece o crescimento dessas redes em diferentes regiões", disse.

A expansão também é observada em redes já consolidadas. A Fast Tennis, por exemplo, soma mais de 50 unidades em operação e registra média de cerca de 200 alunos por quadra. A empresa projeta atingir 150 unidades e faturamento de R\$ 100 milhões até o fim de 2026, acompanhando a evolução do setor.

Para especialistas ligados ao Ministério da Saúde, o avanço do mercado de bem-estar está associado a políticas públicas de incentivo à atividade física e à maior disseminação de informações sobre prevenção. "A incorporação de hábitos saudáveis reduz a pressão sobre o sistema de saúde no longo prazo e movimentam cadeias produtivas relevantes", afirmou, em nota, a pasta.

A combinação entre demanda crescente, diversificação de serviços e expansão de modelos de negócio indica que o setor de saúde e bem-estar deve permanecer como uma das frentes de crescimento da economia brasileira em 2026, com impacto sobre consumo, investimentos e geração de renda.

POR REDAÇÃO

O setor de saúde e bem-estar deve manter a trajetória de crescimento no Brasil em 2026, sustentado por mudanças no comportamento do consumidor e pelo aumento da demanda por serviços ligados à prevenção e qualidade de vida. Dados da Associação Brasileira de Franchising mostram que o segmento de saúde, beleza e bem-estar registrou alta de 14,6% no faturamento em 2025, configurando-se como a segunda maior expansão entre os setores do franchising nacional.

O desempenho ocorre em um contexto em que a prática de atividades físicas passa a ser incorporada como parte da rotina, com foco na prevenção de doenças e manutenção da saúde. Esse movimento tem ampliado o interesse por modelos de negócios escaláveis, com receitas recorrentes e maior previsibilidade. Para analistas do setor, a consolidação desse comportamento indica que o consumo de serviços de wellness tende a se manter menos sensível a ciclos econômicos.

Dados da plataforma Wellhub reforçam essa tendência ao apontar crescimento na adesão a atividades físicas específicas. A prática de tênis, por exemplo, quase triplicou entre usuários da plataforma nos últimos dois anos. Apenas no início de 2026, o segmento de esportes de raquete registrou aumento de 39% no número de parceiros, enquanto os check-ins ligados ao tênis cresceram 97% no último ano.

Choravam 'de soluçar', 'gritavam fogo', relata passageira do avião

ADRIANA VICTORINO/AE

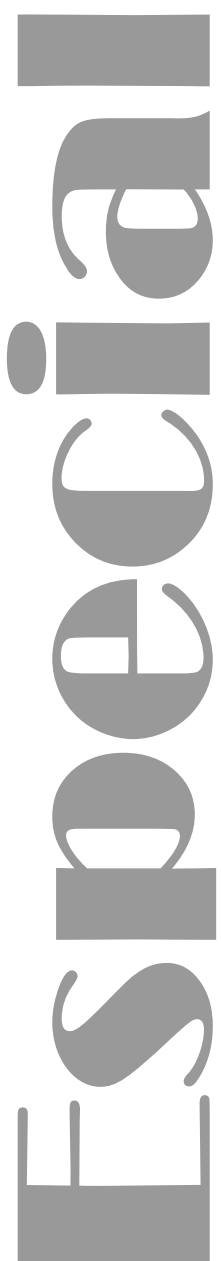
A influenciadora Patrícia Fernandes relatou momentos de pânico a bordo do voo da Delta Air Lines que precisou fazer um pouso de emergência no Aeroporto Internacional de Guarulhos na noite de domingo passado, após uma falha na turbina logo depois da decolagem. Em um vídeo publicado nas redes sociais, Patrícia contou que houve gritos, choro e sensação de desespero entre os ocupantes da aeronave.

"Vivemos um dos momentos mais desesperadores da vida. No momento da decolagem, escutamos uma explosão do lado esquerdo. Eu estava na fileira do meio, então não dava para ver muito bem o que estava acontecendo. Quem estava na janela começou a gritar muito, falando 'fogo, fogo'", relatou. "Depois, teve outra explosão. Às vezes era chama, às vezes faísca, e ninguém entendia o que estava acontecendo".

A passageira contou que, sem conseguir ver o que ocorria fora da aeronave, passou a temer pelo pior. "Você pensa que o avião vai cair, que vai morrer, que vai explodir. Eu mandei mensagem para a minha família em tom de despedida", disse. Segundo ela, havia pessoas passando mal e chorando intensamente. "Depois que pousou, as pessoas estavam em choque, chorando de soluçar e se abraçando."

Apesar do susto, o avião conseguiu retornar e pousar em segurança. Não houve feridos entre os 272 passageiros e 14 tripulantes a bordo. "Foi um caos, mas estamos bem. É isso que importa", afirmou a passageira.

O incidente ocorreu poucos segundos após a decolagem em Guarulhos do voo DL0104, que seguiria para Atlanta, nos Estados Unidos. A aeronave, um Airbus A330-300, apresentou falha no motor esquerdo, acompanhada de explosões e foco de incêndio.



Após interceptar míssil, Otan diz que fará tudo para defender aliados

PEDRO LIMA/AE

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) interceptou ontem mais um míssil balístico lançado do Irã em direção à Turquia, no quarto episódio do tipo desde o início da escalada de tensões entre Estados Unidos, Israel e Irã, segundo o Ministério da Defesa turco.

De acordo com a pasta, o projétil entrou no espaço aéreo turco e foi neutralizado por unidades de defesa aérea e antimísseis da Otan posicionadas no Mediterrâneo oriental. "Todas as medidas necessárias estão sendo tomadas de forma decisiva e sem hesitação contra qualquer ameaça ao território e ao espaço aéreo do nosso país", afirmou o ministro.

Em publicação no X, a porta-voz da Otan, Allison Hart, confirmou a interceptação. "A Otan novamente interceptou com sucesso um míssil balístico iraniano em direção à Turquia. A aliança está preparada

para tais ameaças e fará o necessário para defender todos os aliados", escreveu.

O incidente ocorre em meio à intensificação do conflito regional envolvendo Irã, Israel e EUA, com ataques cruzados atingindo infraestrutura energética e militar em diversos países do Oriente Médio. Nas últimas horas, o Irã lançou ofensivas contra alvos no Golfo, enquanto Israel e forças americanas ampliaram bombardeios em território iraniano.

A Turquia, que tem buscado manter posição de neutralidade e participar de esforços de mediação, reforçou sua defesa aérea com apoio da Otan. No início do mês, a aliança deslocou dois sistemas antimísseis Patriot para o país.

A escalada militar também eleva preocupações com a segurança energética global, diante de ataques a instalações de petróleo e ameaças ao Estreito de Ormuz, rota estratégica para o transporte mundial de energia.

Irã confirma a morte do chefe da Marinha da Guarda Revolucionária

O Irã confirmou que o chefe da Marinha da Guarda Revolucionária, Alireza Tangsiri, foi morto, em comunicado lido na televisão estatal iraniana ontem. "Tangsiri se juntou às fileiras de Allah devido à gravidade de seus ferimentos", acrescentou a nota.

O comunicado elogiou os esforços do chefe, especial-

mente em ajudar o Irã a manter um controle firme sobre o Estreito de Ormuz. "Todo lutador é um Tangsiri, e veremos quais surpresas eles trarão nos dias e meses à frente", mencionou o comunicado.

Anteriormente, na quinta-feira passada, Israel disse que havia matado o contra-almirante.

INDÚSTRIA DE DEFESA

UE aprova 1,5 bilhão de euros para fornecer armas à Ucrânia

PEDRO LIMA/AE

A Comissão Europeia, braço executivo da União Europeia, aprovou ontem um programa de trabalho de 1,5 bilhão de euros no âmbito do Programa da Indústria Europeia de Defesa (EDIP, na sigla em inglês), com foco em ampliar a capacidade produtiva, modernizar o setor e reforçar a cooperação com a Ucrânia.

Em comunicado, o bloco afirma que a iniciativa busca enfrentar "desafios urgentes" na

segurança europeia ao impulsionar a produção industrial, fortalecer compras conjuntas e desenvolver projetos de interesse comum no bloco.

Do total, mais de 700 milhões de euros serão destinados ao aumento da produção de componentes e equipamentos-chave, como sistemas antidrones, mísseis e munições. Desse montante, 260 milhões de euros virão do instrumento de apoio à Ucrânia (USI, na sigla em inglês), voltado à reconstrução e modernização da base industrial de defesa ucraniana, com projetos colaborati-

vos entre Kiev e países europeus.

Outros 325 milhões de euros financiarão Projetos Europeus de Interesse Comum (EDPCI, na sigla em inglês), voltados ao desenvolvimento industrial conjunto, com participação aberta também à Noruega e à própria Ucrânia.

Para reduzir a fragmentação e aumentar a eficiência, o bloco reservará 240 milhões de euros para compras conjuntas de equipamentos militares, incluindo sistemas de defesa aérea e antimísseis, além de capacidades terrestres e navais. Con-

sórcios poderão acessar até 20 milhões de euros por projeto.

O pacote também prevê 100 milhões de euros em apoio a startups e pequenas e médias empresas por meio do fundo FAST, além de 35,3 milhões de euros adicionais para inovação via iniciativa BraveTech EU, com foco em soluções para demandas imediatas das forças ucranianas e no aumento da competitividade europeia.

As primeiras chamadas de propostas serão disponibilizadas no portal de financiamento da UE a partir de hoje

REINO UNIDO

Starmer repete que guerra no Irã não é dos britânicos

PATRICIA LARA/AE

O primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, disse que o país não será "arrastado para dentro do conflito" do Irã.

"É muito importante que eu reitere a minha posição e a posição deste governo, porque esta não é a nossa guerra e não vamos ser arrastados para ela", disse o primeiro-ministro do Reino Unido em evento de lan-

çamento de campanha para eleições locais ontem, enquanto pediu o fim do conflito.

"Estamos enfrentando uma guerra em duas frentes: a guerra na Ucrânia, que já dura quatro anos e alguns meses e agora a guerra no Irã, que sei que está causando enorme preocupação", disse em discurso.

Em reunião com líderes dos setores de transporte marítimo, energia e seguros, Sir Keir afir-

mou que a guerra com o Irã "não é a nossa guerra", o primeiro-ministro anunciou que o Reino Unido está trabalhando com uma coalizão de 35 países de todo o mundo para reduzir a tensão, segundo o The Telegraph.

"É evidente que o mais importante que podemos fazer é reduzir a escalada da situação e pôr fim ao conflito", afirmou, segundo o Telegraph. Starmer afirmou que o Reino Unido está traba-

lhando em um "plano viável" para reabrir o Estreito de Ormuz, inclusive em "nível militar".

Na reunião em Downing Street, a sede do governo em Londres, o primeiro-ministro disse que abrir a estreita passagem marítima seria "mais fácil dizer do que fazer", e pediu aos líderes das empresas de energia, transporte marítimo e finanças que trabalhem em conjunto com o governo.

Rubio diz que os EUA estão decepcionados com cooperação da Otan na guerra com Irã

PEDRO LIMA/AE

O secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, afirmou que a cooperação com aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) tem sido "decepcionante" durante a guerra envolvendo o Irã e Israel, e indicou que a relação poderá ser revista após o fim do conflito.

Em entrevista à Al Jazeera, Rubio criticou a postura de países europeus, citando restri-

ções ao uso de espaço aéreo e bases militares pelos EUA. "Foi muito decepcionante", disse, acrescentando que, diante desse cenário, "tudo isso terá de ser reexaminado" após a operação militar.

O secretário ressaltou que a aliança precisa ser "mutuamente benéfica" e não pode funcionar como "uma via de mão única", ao mencionar questionamentos dentro do governo americano sobre as vantagens estra-

tégicas da Otan.

Rubio também afirmou que a ofensiva contra o Irã tem objetivos claros e duração limitada. Segundo ele, a operação será encerrada quando essas metas forem atingidas. "A guerra no Irã vai acabar quando alcançarmos nossos objetivos", declarou. Entre esses objetivos, ele citou a destruição das capacidades militares iranianas, incluindo força aérea, marinha, lançadores de mísseis e instala-

ções de produção de armamentos. Rubio afirmou que os EUA estão "no caminho certo" para cumprir essas metas e indicou que isso deve ocorrer em "semanas, não meses".

O secretário reiterou que, após o cumprimento dessas metas, caberá ao Irã decidir se seguirá respeitando normas internacionais, especialmente no que diz respeito à navegação no Estreito de Ormuz, ponto-chave para o fluxo global de energia.

UCRÂNIA

Zelenski oferece expertise para ajudar a destravar Ormuz

PATRICIA LARA/AE

O presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, ofereceu as competências ucranianas para desbloquear o estreito de Ormuz. "Os países do Oriente Médio sabem que podem contar na nossa expertise nessa área. Discutimos isso em detalhes", afirmou Zelenski em publicação no X referindo-se a suas recentes visitas ao Oriente Médio.

E enfatizou: "Compartilhemos a experiência sobre nosso corredor do Mar Negro e como ele opera. Eles entendem que nossas Forças Armadas têm sido altamente eficazes no desbloqueio do corredor do

Mar Negro."

Para depois registrar: "Quanto a outros aspectos relacionados a Ormuz, na minha opinião, isso está sendo tratado pelos Estados Unidos. Nós, é claro, estamos sempre prontos para ajudar nossos parceiros."

Zelenski afirmou ainda que segue aberto a discutir qualquer tipo de cessar-fogo com a Rússia - um cessar-fogo total, um cessar-fogo energético, um cessar-fogo de segurança alimentar. "Já propusemos tudo isso e continuamos abertos a essa possibilidade. Se os russos estiverem dispostos, que sugiram qualquer prazo - estamos prontos para resolver essa questão", afirmou.

LEONARDO SIQUEIRA/AE

Os Estados Unidos estão negociando com um "novo, e mais razoável regime" do Irã, disse Donald Trump (foto), por meio do seu perfil na rede social Truth Social ontem. A publicação ainda diz que, por esse motivo, grandes progressos foram feitos, indicando que um novo acordo deve ser fechado em breve.

Mesmo assim, o republicano ameaçou a República Islâmica dizendo que os EUA atacarão as usinas elétricas, os poços de petróleo e a Ilha de Kharg do Irã, caso "o Estreito de Ormuz não seja imediatamente aberto para negócios".

Por outro lado, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Irã, Esmail Baghaei, reconheceu nesta segunda que Teerã recebeu uma proposta de 15 pontos do governo Trump, mas afirmou que não houve negociações diretas com Washington. Ele disse que as exigências americanas eram "excessivas, irrealistas e irracionais".

Anteriormente, o presidente do parlamento iraniano, Mohammad Bagher Qalibaf, classificou as negociações no Paquistão como uma manobra de fachada, enquanto mais tropas



americanas eram enviadas para a região. Ele afirmou que as forças iranianas estavam "aguardando a chegada das tropas americanas em solo iraniano para incendiá-las e punir seus parceiros regionais para sempre", segundo a mídia estatal.

A ilha iraniana de Kharg, onde fica um terminal por meio do qual o país exporta a maior parte de seu petróleo, tornou-se um foco da guerra iniciada há um mês pelos Estados Unidos e por Israel.

Ataques à infraestrutura petrolífera em Kharg - ou uma invasão terrestre - reduziriam drasticamente as exportações de petróleo do Irã, uma fonte essencial de receita para a República Islâmica. Isso também marcaria uma grande escalada do conflito, que poderia provocar ataques retaliatórios ainda mais intensos contra infraestruturas dos países árabes do Golfo e elevar ainda mais os preços do petróleo. O custo disparado do combustível já ameaça a econo-

mia mundial.

Uma ocupação da ilha pelos Estados Unidos colocaria tropas americanas em uma posição estacionária a apenas 33 quilômetros da costa do Irã, bem dentro do alcance de seu arsenal de drones e mísseis.

"Isso será uma retaliação pelos muitos soldados nossos, e outros, que o Irã massacrrou e matou ao longo dos 47 anos de 'Reinado de Terror' do antigo regime", finalizou o presidente dos Estados Unidos.

Nota

CHINA SANCIONA PARLAMENTAR JAPONÊS POR LAÇOS COM TAIWAN; JAPÃO REAGE

A China anunciou ontem sanções ao parlamentar japonês Keiji Furuya, aliado da primeira-ministra Sanae Takaichi, acusando-o de "conluio" com separatistas de Taiwan, em mais um episódio que evidencia a escalada de tensões entre Pequim e Tóquio em torno da ilha. O governo japonês classificou a medida como "inaceitável" e "lamentável" e cobrou sua revogação imediata. "A ação unilateral da China, como se buscasse intimidar opiniões divergentes, é absolutamente inaceitável", disse o vice-chefe de gabinete, Masanao Ozaki. Segundo o Ministério das Relações Exteriores chinês, as sanções incluem a proibição de entrada de Furuya na China - incluindo Hong Kong e Macau - e o veto a contatos com organizações e indivíduos no país, com efeito imediato. Furuya lidera um conselho bipartidário Japão-Taiwan e visita a ilha com frequência. Em março, esteve em Taipei, onde se reuniu com o presidente Lai Ching-te. Próximo de Takaichi, ele também comandou a estratégia eleitoral do Partido Liberal Democrata na vitória de fevereiro. Pequim acusa o parlamentar de ignorar sua oposição e de colaborar com forças pró-independência.